

Jean-Michel Adam

A noção de texto

Tradução

Maria das Graças Soares Rodrigues

João Gomes da Silva Neto

Luis Passegi

Revisão técnica da tradução

João Gomes da Silva Neto

Jean-Michel Adam

A noção de texto

**Reitor**

José Daniel Diniz Melo

Vice-Reitor

Henio Ferreira de Miranda

Diretoria Administrativa da EDUFRN

Maria da Penha Casado Alves (Diretora)

Helton Rubiano de Macedo (Diretor Adjunto)

Bruno Francisco Xavier (Secretário)

Conselho Editorial

Maria da Penha Casado Alves (Presidente)

Judithe da Costa Leite Albuquerque (Secretária)

Adriana Rosa Carvalho

Alexandro Teixeira Gomes

Elaine Cristina Gavioli

Everton Rodrigues Barbosa

Fabício Germano Alves

Francisco Wildson Confessor

Gilberto Corso

Gleydson Pinheiro Albano

Gustavo Zampier dos Santos Lima

Izabel Souza do Nascimento

Josenildo Soares Bezerra

Lígia Rejane Siqueira Garcia

Lucélio Dantas de Aquino

Marcelo de Sousa da Silva

Márcia Maria de Cruz Castro

Márcio Dias Pereira

Martin Pablo Cammarota

Nereida Soares Martins

Roberval Edson Pinheiro de Lima

Tatyana Mabel Nobre Barbosa

Tercia Maria Souza de Moura Marques

Revisão

Karla Geane de Oliveira

Diagramação e Capa

Victor Hugo Rocha Silva

Imagem editada da Capa

Ryunosuke Kikuno em Unsplash

Jean-Michel Adam

A noção de texto

Tradução

Maria das Graças Soares Rodrigues

João Gomes da Silva Neto

Luis Passeggi

Revisão técnica da tradução

João Gomes da Silva Neto

59
a n o s

Fundada em 1962, a EDUFRN permanece dedicada à sua principal missão: produzir livros com qualidade editorial, a fim de promover o conhecimento gerado na Universidade, além de divulgar expressões culturais do Rio Grande do Norte.

Publicação de tradução financiada com recursos do Fundo de Pós-graduação (PPG-UFRN), conforme Edital nº 2/2019-PPG/EDUFRN/SEDIS, para a linha editorial Técnico-científica. A autorização da publicação em língua portuguesa foi realizada pelo autor, sem ônus para a UFRN.

Este livro tem sua origem no artigo “La notion de texte”, publicado na *Encyclopédie Grammaticale du Français*, o qual se encontra disponível on-line: <http://encyclogram.fr>.

Coordenadoria de Processos Técnicos

Catalogação da Publicação na Fonte.UFRN / Biblioteca Central Zila Mamede

Adam, Jean-Michel

A noção de texto [recurso eletrônico] / Jean-Michel Adam ; tradução: Maria das Graças Soares Rodrigues, João Gomes da Silva Neto e Luis Passeggi ; revisão técnica da tradução: João Gomes da Silva Neto. – Dados eletrônicos (1 arquivo : 4360 KB). – Natal, RN : EDUFRN, 2022.

Modo de acesso: World Wide Web

<<http://repositorio.ufrn.br>>.

Título fornecido pelo criador do recurso

ISBN 978-65-5569-190-0

1. Análise do discurso. 2. Linguística do texto. I. Rodrigues, Maria das Graças Soares. II. Silva Neto, João Gomes da. III. Passeggi, Luis. IV. Título.

RN/UF/BCZM

2021/37

CDD 401.41

CDU 81'42

Elaborado por: Jackeline dos S.P.S. Maia Cavalcanti – CRB-15/317

Todos os direitos desta edição reservados à EDUFRN – Editora da UFRN
Av. Senador Salgado Filho, 3000 | Campus Universitário
Lagoa Nova | 59.078-970 | Natal/RN | Brasil
e-mail: contato@editora.ufrn.br | www.editora.ufrn.br
Telefone: 84 3342 2221

APRESENTAÇÃO

A obra de Jean-Michel Adam, *La notion de texte* (2021), cuja tradução ora apresentamos, configura-se, desde já, como uma contribuição fundamental para os estudos linguísticos do texto. Acrescentamos: uma referência incontornável.

Ela se organiza conforme dois movimentos – retrospectivo e prospectivo – retomando fundamentos conceituais e, também, avançando e aprofundando propostas mais recentes. Cada um desses movimentos apresentou diferentes desafios tradutórios.

Com efeito, *A noção de texto* aborda, nas suas três primeiras partes, os conceitos de *Texto*, *Língua* e *Gramática*, assim como os de *Texto* e *Discurso*, e o *Texto* como unidade delimitada, problematizados com a erudição e brilhantismo habituais do autor. Neste ponto, a tradução não apresentou maiores dificuldades, pelo fato de se tratar, em geral, de noções bem estabelecidas na linguística de texto, ainda que pontualmente enriquecidas com novos exemplos e observações de J.-M. Adam.

A quarta e quinta partes da obra, que consideramos como prospectivas, se bem que já tenham sido postuladas em

trabalhos recentes de J.-M. Adam, dizem respeito ao *entrelaçamento complexo da textura*, a saber, os planos de análise (Intra-P, Inter-P e Trans-P) e *a estrutura transfrástica/transperiódica*: os níveis de estruturação textual e sua articulação (níveis microtextual, mesotextual e macrotextual). Aqui, os desafios para os tradutores foram maiores, no sentido em que a terminologia gramatical de língua francesa não tem exata correspondência com a terminologia em língua portuguesa, não obstante sua aparente “transparência”. Um exemplo: o conceito de *período* apresentado pelo autor – que não se usa na terminologia gramatical francesa – não corresponde à definição da nomenclatura gramatical de língua portuguesa, fundamentada na oração ou orações escritas, delimitadas por sinais tipográficos fortes. A solução encontrada foi manter a tradução literal dessa e outras noções “transparentes”, posto que não caberia uma discussão desses conceitos.

Nesse sentido, utilizamos sempre – sem pretender, naturalmente, adentrar nos Estudos da Tradução – os conceitos de “equivalência formal” e “equivalência dinâmica/funcional” propostos por E. Nida para outros contextos tradutórios.

De forma prática aplicamos o princípio: “equivalência formal sempre que possível, equivalência dinâmica quando necessário”.

A sexta e última parte da *Noção de Texto* é, certamente, claramente prospectiva, no sentido em que amplia a reflexão para os *regimes mediológicos e outras formas de textualidade*:

orais, escriturais, icônicas, digitais, introduzindo novos conceitos como *oralituras* e *iconotextos*, adentrando firmemente no campo das textualidades digitais. Nessa parte da obra confirma-se, além da proposta inovadora, uma das principais características da abordagem de Jean-Michel Adam, a saber, a descrição empírica dessas textualidades, detalhadamente analisadas na sua natureza e funcionamento, com perspectivas que exigem a apropriação de ferramentas conceituais que vão além das especificamente linguísticas, na direção da semiótica/semiologia. Algumas escolhas tradutórias são, aqui, mais controversas e os tradutores têm plena consciência dessa situação.

Finalmente, os tradutores esperam ter realizado um trabalho congruente com a qualidade do texto original – para além das nossas inevitáveis falhas –, colocando à disposição dos leitores em língua portuguesa esta obra fundamental do grande linguista que é Jean-Michel Adam.

Por isso, só temos a agradecer a oportunidade que nos foi dada.

Profa. Maria das Graças Soares Rodrigues

Prof. João Gomes da Silva Neto

Prof. Luis Passeggi

SUMÁRIO

A NOÇÃO DE TEXTO

1 O TEXTO, A LÍNGUA E A GRAMÁTICA14

1.1 IMPORTÂNCIA EPISTEMOLÓGICA E METODOLÓGICA
DO TEXTO 14

1.2 DE HJELMSLEV ÀS GRAMÁTICAS DE TEXTOS 17

1.3 GRAMATICALIZAR OU NÃO, O CONCEITO DE TEXTO 22

2 TEXTOS E DISCURSOS: OPOSIÇÃO E COMPLEMENTARIDADE27

2.1 TEXTUALIDADES ESCRITURAIS E ORAIS 27

2.2 OS TEXTOS E OS DISCURSOS 32

3 O TEXTO COMO TODO UNIFICADO E DELIMITADO 41

3.1 FRONTEIRAS DO TEXTO: O PERITEXTO 42

3.2 A IMPRECISÃO DAS FRONTEIRAS E OS
AGRUPAMENTOS COTEXTUAIS 45

4 O ENTRELAÇAMENTO COMPLEXO DA TEXTURA ..53	
4.1 RETORNO À ETIMOLOGIA	53
4.2 O NÍVEL MICROTTEXTUAL DE ESTRUTURAÇÃO	66
4.2.1 Do intra-P ao inter-P	66
4.2.2 Conexidade e coesão semântica [S]	68
4.2.3 Conexidade sustentada por “conectores” [C]	76
4.2.4 Ligações operadas pela materialidade significativa gráfica e fônica [M]	80
4.2.5 Ligações baseadas na recuperação inferencial das informações implícitas [i]	84
4.2.6 Coesão e transições enunciativas [É]	88
4.2.7 Sequenciação dos atos de discurso [A]	90
5 DA TEXTURA À ESTRUTURA TRANSFRÁSTICA/TRANSPERIÓDICA	93
5.1 O NÍVEL MESOTEXTUAL	93
5.2 O NÍVEL MACROTTEXTUAL	107
5.2.1 Estruturação reticular e configuracional	108
5.2.2 Os planos de texto	112
6 REGIMES MEDIOLÓGICOS E FORMAS DE TEXTUALIDADE	120
6.1 OS REGIMES ORAIS DE TEXTUALIDADE	125
6.1.1 Textualidades orais poligeradas: o texto conversacional (T ¹)	126
6.1.2 Textualidades orais monogeradas (T ²)	129

6.1.3 Na junção das textualidades orais e escriturais: as <i>oralituras</i> (T⁶)	131
6.2 OS REGIMES ESCRITURAIS DE TEXTUALIDADE	134
6.2.1 Textualidades escritas no sentido estrito (T³)	134
6.2.2 Textualidades iconotextuais (T⁷)	136
6.2.3 Entre escritural e digital: hiperestruturas textuais (T⁵)	142
6.3 DO TEXTO AO TEXTO DIGITAL NATIVO: OS REGIMES DIGITAIS DE TEXTUALIDADE	145
CONCLUSÃO	152
OBRAS DE REFERÊNCIA (ORDEM CRONOLÓGICA)	153
REFERÊNCIAS.....	154

A NOÇÃO DE TEXTO

“A noção de texto seria, segundo alguns, impossível de definir.”

(WEINRICH, 1973, p. 13)

O primeiro obstáculo encontrado por toda tentativa de definição da noção de *texto* reside na extrema diversidade e heterogeneidade dos textos possíveis:

Que definição seria, ao mesmo tempo, aplicável e fecunda para abarcar textos tão diferentes como uma tragédia de Racine, um artigo de jornal esportivo, um tratado de anatomia humana ou de bioquímica, um editorial político, uma monografia publicada nas resenhas da Academia de Ciências, um romance e uma tese de história? (MOLINO, 1989, p. 41).

E o que dizer das textualidades orais (monogeradas e poligeradas) e das textualidades digitais? A essa diversidade, junta-se outra dificuldade: o conceito de *texto* é o objeto legítimo de disciplinas bastante diferentes como a retórica, a hermenêutica, a estilística, a filologia, a textologia, a poética, a semiótica, as ciências da informação e da comunicação, a genética, a lógica e a filosofia. Além disso, já no final da década de 1920, Vološinov (2010) não questionava a própria possibilidade do estabelecimento de um *conceito linguístico de texto*?

A construção da frase complexa (o período), eis tudo que a Linguística pode levar em conta. Quanto à organização do enunciado completo, ela a remete à competência de outras disciplinas: a retórica e a poética. A Linguística não tem método para abordar as formas de composição de um todo. (VOLOŠINOV, 2010 [1929], p. 281).

É no ambiente de uma frase que o linguista sente-se mais à vontade. Quanto mais se aproxima dos limites da fala, do enunciado enquanto um todo, menos segura é sua posição. Ele não tem nenhum meio para abordar a totalidade; nenhuma das categorias linguísticas convém para definir uma totalidade. (*Id.*, p. 353).

Sessenta anos mais tarde, na revista *La linguistique*, Françoise-Geiger (1988, p. 7), considerando a definição do texto como “inadequada”, acrescenta ainda: “Em todo caso, é evidente que o linguista não pode se restringir aos limites estreitos da frase e deve, por sua conta e risco, aventurar-se ao objeto-texto.”. Para enfrentar esse desafio e, apesar de tudo, traçar os contornos de uma definição, questionaremos, inicialmente, as relações entre *texto*, *língua* e *gramática* (1). O questionamento da redução tradicional do conceito de texto à esfera da escrita levar-nos-á a redefinir os conceitos de *texto* e de *discurso* (2), depois, a examinar a questão das *fronteiras peritextuais* e da completude de um todo textual e de cada uma de suas partes (3). Partindo da etimologia do “tecido do texto”, identificaremos a complexidade da *textura* microtextual infra- e interfrástica/interperiódica (4), antes de definirmos as unidades transfrásticas/transperiódicas mesotextuais e macrotextuais (5). A última parte será dedicada às diferentes *formas de textualização* que resultam da combinação dos regimes mediológicos escrito, oral, icônico e digital (6)¹.

1 Agradeço a Solange Ghernaouti, por suas observações fundamentadas sobre os textos digitais.

1 O TEXTO, A LÍNGUA E A GRAMÁTICA

1.1 IMPORTÂNCIA EPISTEMOLÓGICA E METODOLÓGICA DO TEXTO

O próprio termo “linguística textual” foi introduzido por Coseriu (1955-1956), em *Determinación y entorno: dos problemas de una lingüística del hablar*. Nessa perspectiva, o conceito de *texto* torna-se um primeiro conceito da linguística, em conformidade com o princípio enunciado por Saussure (1922), em 1894, e comentado por Benveniste (1965, p. 30), em um artigo em que retraza o ensino do linguista genebrino na Escola de Altos Estudos²:

Antes de tudo, não se deve renunciar ao princípio segundo o qual o valor de uma forma está inteiramente no texto em que ela ocorre, isto é, no conjunto das circunstâncias morfológicas, fonéticas, ortográficas, que o circundam e esclarecem (SAUSSURE, 1922, p. 514).

Weinrich (1994, p. 308) disse isso de outra forma, na última edição de *Tempus*: “Os textos de uma língua não estão, portanto, no final ou mesmo muito além da gramática, mas *em seu ponto de partida*.”³. O que seus trabalhos sobre os tempos verbais ilustram:

- 2 École des Hautes Études en Sciences Sociales (EHESS), instituição francesa de ensino superior e pesquisa em ciências sociais, situada em Paris. [N. T.].
- 3 “Die Texte einer Sprache stehen also nicht am Ende oder gar weit jenseits der Grammatik, sondern an ihrem Anfang”.

[...] as formas temporais nos vêm inicialmente – e retornam a nós – por meio dos textos. É aí que elas desenham com outros signos, e também com outros tempos, um complexo de determinações, uma rede de valores textuais. (WEINRICH, 1973 [1964], p. 13).

Mais recentemente, Neveu (2006, p. 86) considera o texto como “um observatório da língua” e imputa a esse conceito uma tripla função definidora “de estabelecimento, atestação e instituição de acontecimentos linguísticos”. Bronckart (2008, p. 39) segue no mesmo sentido: “Um procedimento de ciências da linguagem deve abordar, inicialmente, os *textos*, na medida em que constituem as realizações empíricas primeiras da ordem linguística”. Os dois unem-se, assim, a Rastier (1989, p. 5), que faz do texto “não apenas o objeto empírico, mas o objeto real da linguística”. É todo o paradoxo da linguística textual:

[...] parte menos desenvolvida e menos reconhecida da disciplina, a linguística textual constitui, de fato, o fundamento empírico, metodológico e teórico de todo o edifício disciplinar, tanto é verdade que as línguas só são acessíveis pelos textos, e a linguagem, pelas línguas [...]. (RASTIER, 2008, p. 3).

No entanto, não devemos ceder à tentação da evidência natural do *texto*, denunciada tanto por Charles (1995, p. 40) como por Chartier (1998, p. 279): os textos são construções

saídas de procedimentos mediadores que asseguram sua circulação. É o que os conceitos de “texto grama” (contração de texto e programa [*software*]) e *arquitecto* (de *arkhè*, origem e comando), desenvolvidos por Davallon *et al.* (2003), dão conta, sublinhando a importância da ferramenta técnica que permite produzir um texto digital:

Do banal tratamento de texto ao programa de escrita multimídia, não se pode produzir um texto na tela sem instrumentos de escrita situados na origem. Assim, o texto é imbricado com textos de mesma natureza, ao infinito, em outra estrutura textual, um “arquiteto”, que o rege e lhe permite existir. [...] Em outras palavras, o texto nasce do arquiteto que baliza sua escrita. (DAVALLON *et al.*, 2003, p. 10).

A teoria do texto deve integrar uma atenção metodológica às operações a que os enunciados são submetidos, para se tornarem textos de um *corpus*. Isso é muito importante, quando do estabelecimento dos grandes *corpora* digitais e da transcrição de interações conversacionais, mas é válido, do mesmo modo, para a questão da passagem do manuscrito/datilografado [digitado] para o livro, para certo artigo em um jornal ou em uma revista, para o cartaz impresso etc. O estabelecimento filológico dos textos reunidos em um *corpus* e a observação dos estados de variação do “mesmo” texto são tão importantes, no caso das versões pronunciadas e escritas de um discurso político (ADAM, 2011a, p. 251-268;

2016), quanto aqueles das edições e das traduções dos textos literários (ADAM, 2018), da passagem da informação de uma agência de notícias aos diferentes artigos jornalísticos sobre um mesmo acontecimento e da retomada de um mesmo artigo em vários jornais (SIMON, 2011). Com o digital, as potencialidades eletrônicas dos arquivos são os elementos de textualidade potenciais, estabilizados em um instante t , mas modificáveis a todo instante, para formarem, assim, tantos textos em gênese ou em variação.

1.2 DE HJELMSLEV ÀS GRAMÁTICAS DE TEXTOS

Hjelmslev (1971), em *Prolégomènes à une théorie du langage*, é o primeiro linguista da época moderna a haver atribuído um lugar importante ao conceito de texto nas ciências da linguagem (CONTE, 1985; RASTIER, 1997; BADIR, 1998):

A teoria da linguagem interessa-se por textos, e seu objetivo é indicar um procedimento que permita o reconhecimento de um dado texto, por meio de uma descrição não contraditória e exaustiva desse texto. Mas ela deve, também, mostrar como se pode, da mesma forma, reconhecer qualquer outro texto da mesma suposta natureza, fornecendo-nos instrumentos utilizáveis para tais textos. (HJELMSLEV, 1971, p. 26-27).

Como o mostra Kyheng (2005), os capítulos de 1 a 8 de *Prolégomènes* (HJELMSLEV, 1971), consagrados aos aspectos teóricos da teoria da linguagem, são dominados pelo *conceito descontinuista de textos* [tekster], objeto empírico contável. Os capítulos de 9 a 20, que tratam dos princípios e elementos de análise linguística, privilegiam o *conceito continuista de texto* [tekst], soma de tudo que foi escrito e dito em uma língua, “[...] dado primário absoluto, a partir do qual começa toda análise linguística.” (KYHENG, 2005). A ambição é extrema:

Não é suficiente que a teoria da linguagem permita descrever e construir todos os textos possíveis de uma dada língua; é preciso ainda que, sobre a base dos conhecimentos que a teoria da linguagem contém, em geral, ela possa fazer o mesmo pelos textos de não importa que língua. (HJELMSLEV, 1971, p. 27).

Naturalmente, percorrer todos os textos existentes é humanamente impossível, e, de resto, seria inútil, porque a teoria deve ser igualmente válida para textos que ainda não foram realizados. (*Ibid.*, p. 28).

As primeiras entradas do conceito de *texto* na lexicografia linguística de língua francesa apoiavam-se em Hjelmslev (1971). É também o caso do *Dictionnaire de linguistique*, de Dubois *et al.* (1972, p. 486), e do *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*, de Ducrot e Todorov (1972, p. 375). Os trabalhos, em seguida, tomam duas direções. Greimas (1976b)

ampliou as teses de Hjelmslev, no sentido de uma *semiótica do texto* e de uma *semiótica textual* (GREIMAS, 1976a), ou seja, a passagem de uma noção linguística de texto a uma noção semiótica muito mais geral (DE ÂNGELIS, 2018a, p. 140). A gramática gerativa e transformacional influenciou as *gramáticas de texto* anglo-saxônicas, que tinham, igualmente, a ambição de descrever e de produzir todos os textos bem formados das línguas (ISENBERG, 1970; 1971; LANG, 1972; DIJK, 1972; 1973; PETÖFI; REISER, 1973; WERLICH, 1976; REISER, 1978). Era ainda o caso, em bases linguísticas e lógicas, da “Teoria parcial do texto”, de Petöfi (1975).

A gramática do texto de Slakta (1975; 1980; 1985), por outro lado, apoiou-se na *perspectiva funcional da frase* do Segundo Círculo de Praga (MATHESIUS, 1929; FIBRAS, 1964; DANEŠ, 1974). Direção seguida, igualmente, por Combettes (1983), em *Pour une grammaire textuelle: la progression thématique*, e por Carter-Thomas (2000), em *La cohérence textuelle*. Esses trabalhos têm por interesse definir o texto como o lugar de uma tensão permanente e de um equilíbrio precário entre *retomada-repetição* de uma informação colocada como conhecida (*o tema*) e *progressão*, pelo aporte de novas informações (*rema*, o que é dito a respeito do tema, e *focalizado*, foco de informação). Combettes (1986, p. 69) resume muito bem esse equilíbrio instável: “A ausência de pontos de ancoragem que remetem a um ‘já dito’ levaria a uma sequência de frases que, a mais ou menos longo prazo, não teria nenhuma relação entre

si.”. Colocando o velho problema da ordem das palavras na frase (WEIL, 1879), é, sobretudo, a questão dos diversos tipos de encadeamentos interfrásticos que esses trabalhos abordam. Interrogando-se sobre o que faz, de uma sequência de frases, um texto, eles encontram uma ideia de Blinkenberg (1928):

Em sua maioria, as frases não são isoladas, elas são encadeadas umas às outras; uma frase leva a uma outra, ela a desencadeia; e o ponto de chegada de uma frase é, muito frequentemente, a noção inicial da frase seguinte; o predicado da primeira torna-se o sujeito da segunda, e assim sucessivamente; ou, em outros casos, um mesmo sujeito recebe uma série de atributos sucessivos. (BLINKENBERG, 1928, p. 30).

Reconhecem-se aí os princípios da *tematização do rema* (progressão por tematização linear) e da *continuidade temática* (progressão com tema constante). A combinação dessas duas modalidades de progressão textual está bem ilustrada por essa notícia curta de jornal, conhecida como *fait-divers*, redigida por Félix Fénéon⁴, em 1906, no jornal parisiense *Le Matin*:

4 Félix Fénéon (1861-1944). Francês, anarquista, jornalista, escritor, crítico de arte, tradutor.

- (1) Dormir no vagão foi mortal para o Sr. Émile Moutin, de Marselha. Ele estava apoiado na porta; ela se abriu, ele caiu.

O rema de P1 (“Sr. Émile Moutin tornou-se tema de P2, por pronominalização (“Ele”). O rema de P2 (“a porta”) torna-se tema do enunciado seguinte (“ela”). À essa progressão linear, sucede, na queda, uma volta ao tema pronominal de P2 (“ele caiu”):

[P1] Dormir no vagão foi mortal para o **Sr. Émile Moutin**, de Marselha [c1].

[P2] **ELE** estava apoiado **na porta** [c2];

ELA se abriu [c3],

Ele caiu [c4].

A segmentação das quatro cláusulas de comprimento decrescente faz-se por meio de uma pontuação cada vez menos forte, que gera uma aceleração do ritmo: [c1-12 palavras, c2-5 palavras; c3-3 palavras, c4-2 palavras.]. A separação de P1 e P2 explica-se pelo fato de que a informação principal é contínua, na primeira frase gráfica. A segunda avança, narrativamente, a cadeia causal, que conduz à morte da infeliz vítima, trazendo uma resposta à questão “como ele morreu?”, sendo “Porque ele estava dormindo”, menos uma resposta ao “porquê...?”, do que uma espécie de enigma inicial que P2 esclarece.

1.3 GRAMATICALIZAR OU NÃO, O CONCEITO DE TEXTO

Dizer que “O texto é, inicialmente, um objeto”, como era o caso, por exemplo, nas entradas “Texto” e “Gramática de texto” do *Dictionnaire historique, thématique et technique des littératures* (DEMOUGIN, 1985-1986), já havia sido posto em questão por Halliday e Hasan (1976):

Um texto é melhor pensado não como uma unidade gramatical, em absoluto, mas sim como uma unidade de tipo diferente: uma unidade semântica. (*op. cit.*, p. 293);

Um texto é uma unidade de língua em uso. Não é uma unidade gramatical, como uma cláusula⁵ ou uma sentença, e não é definido pelo seu tamanho. (*op. cit.*, p. 1);

Em outras palavras, não é, simplesmente, uma grande unidade gramatical, algo do mesmo tipo de uma sentença, mas diferindo dela em tamanho – uma espécie de super sentença. (*op. cit.*, p. 293).⁶

5 Nossa tradução mantém a terminologia original, considerando, no entanto, suas equivalências com a tradição terminológica gramatical em português: “clause” (dos originais em francês e inglês), para oração (período simples), e “sentence” (do original em inglês) e “période” (do original em francês), para período composto.

6 “A text is best thought of not as a grammatical unit at all, but rather as a unit of different kind: a semantic unit.” (*op. cit.*, p. 293); “A text is a unit of language in use. It is not a grammatical unit, like a clause or a sentence; and it is not defined by its size.” (*op. cit.*, p. 1); “In other words it is not simply a large grammatical unit, something of the same kind as a sentence but differing from it in size – a sort of supersentence.” (*op. cit.*, p. 293).

Jakobson (1963, p. 47) diz isso, de outro modo: “Na combinação das frases em enunciados, a ação das regras restritivas da sintaxe para [...]”. Essa posição é reafirmada por Soutet (2005, p. 325):

No caso particular do texto, a relação do todo com a parte não deriva do mesmo tipo de previsibilidade que aquele que existe entre cada uma das unidades subfrásticas e seus constituintes imediatos.

Segundo um ponto de vista distribucional, se procedimentos de segmentação e de comutação permitem estabelecer classes e definir o morfema, o signo, o sintagma e a frase como sequências ordenadas de fonemas, signos, morfemas e sintagmas, “[...] não se vê bem o que poderia ser uma classe distribucional de frases.” (SOUTET, 1995, p. 325). No exemplo (1), estudado anteriormente, foi visto que uma classe de morfemas, como os pronomes pessoais de terceira pessoa (“ELE” e “ELA”) assume uma função textual de retomada e de ligação entre cláusulas, para além da fronteira do ponto, e difere, assim, dos outros membros da classe morfológica dos pronomes pessoais, à qual ela não se reduz, portanto.

No início de sua tese sobre a anáfora, precisamente, Apothéloz (1995) escolhe falar de *linguística textual*, em vez de *gramática de texto*. Ele pontua, assim, o fato de que

A questão que se encontra no centro da linguística textual – e que, de alguma maneira, funda sua problemática – é a que consiste em determinar quais são os dispositivos linguageiros que, no nível inter- e transfrástico, assumem a sintaxe. (APOTHÉLOZ, 1995, p. 9-10).

Embora em seu livro, *Le transphrastique*, Stati (1990, p. 12) tenha interesse apenas nos “encadeamentos de dois enunciados e de duas réplicas dialogais”, ele renuncia ao termo “sintaxe transfrástica (*op. cit.*, p. 11). Essa é uma posição contradita pela *macrossintaxe* das pesquisas do GARS⁷ e do Groupe de Fribourg (2012), e, mais ainda, por Coseriu (2007), que não hesitou em desenvolver uma *gramática transfrástica* (“*gramática transaccional*”), com a ambição de prolongar a sintaxe e a gramática das línguas.

Mesmo assim, como dizem Desclés e Guentchev (1987, p. 112), “Toda gramática do texto [deve], necessariamente, apoiar-se em uma análise detalhada das formas e dos valores dos marcadores gramaticais [...]”, é preciso levar em conta o fato de que, como demonstrado por Lundquist (1980), o julgamento de textualidade (texto *versus* não texto) está próximo do julgamento de gramaticalidade (frase *versus* não frase), mas também que as regras linguísticas possíveis de serem tiradas do fato de que “[...] o agenciamento das partes do texto (as frases) parece regido por expressões linguísticas contidas em certas partes [...]” (LUNDQUIST, 1999, p. 72) não são suficientes.

7 “Groupe aixois de recherche en syntaxe” [Grupo de pesquisa em sintaxe de Aix-en-Provence, Université de Provence, França]. [N. T.].

Outros princípios entram em jogo – “princípios cognitivos” –, a saber: esquemas e *scripts*, “Modelos Cognitivos Idealizados”, de Lakoff (1987), “padrões para estruturas simbólicas integrativas”, de Langacker (1991; 1999; 2008). Entre os numerosos trabalhos que fizeram avançar a pesquisa, é preciso citar, ainda, a abordagem textual e funcional da gramática de Givón (1998), como também a *Rhetorical Structure Theory* (RST) [teoria da estrutura retórica], de Mann e Thompson (1988), com suas vinte e três relações entre cláusulas ou entre sequências, que formam um parágrafo ou um texto (PERY-WOODLEY, 1993), e, mais recentemente, a *Théorie des Représentations Discursives Segmentées* (SDRT) [teoria das representações discursivas segmentadas], de Busquets *et al.* (2001).

Para se engajar em uma extensão da gramática para fatos mais vastos que a frase e o período e romper com as concepções clássicas, centradas na boa formação de frases-tipo, é preciso partir do fato de que as solidariedades morfossintáticas entre unidades da língua têm apenas um alcance limitado. Uma vez que se ultrapasse o limite do sintagma e do núcleo da frase, para entrar nos domínios do interfrástico/periférico e do transfrástico/trans periférico, outros sistemas de conexões aparecem, que se apoiam em marcas cujo alcance pode ser distante. Ao assinarem que “[...] essa ou aquela unidade deve ser compreendida como estabelecendo essa relação com aquela ou aquela outra [...]” (CHAROLLES, 1993, p. 311), essas marcas linguísticas têm por função pragmática incitar o destinatário-interpretante a estabelecer pontes entre cláusulas ou segmentos textuais.

Por exemplo, ainda em (1), além das anáforas de que falamos, os tempos verbais assumem a narração do *fait-divers* e instauram relações entre cláusulas que fazem, dessa sequência de duas frases gráficas, uma narrativa:

[c1] Dormir no vagão **foi** mortal para o Sr. Émile Moutin, de Marselha. [c2] Ele **estava apoiado** na porta; [c3] ela **se abriu**, [c4] ele **caiu**.

O pretérito perfeito de c1, com o verbo ser, resume o acontecimento e permite o deslocamento, em posição remática, do nome da vítima, enquanto que a ação de dormir passa para a posição temática e torna-se causa do verbo conjugado. O pretérito mais-que-perfeito composto de c2 serve de apoio descritivo (estado) à irrupção do drama contado pelos dois pretéritos perfeitos (acontecimentos) de c3 e c4 (sobre o funcionamento textual dessa distinção estado/acontecimento, ver DESCLÉS; GUENTCHEV, 1987).

Compreende-se que Prandi (2007, p. 75) possa propor passar “[...] da dimensão frástica, regida pela gramática, a uma dimensão textual, regida pela coerência dos conceitos suportados por meios coesivos apropriados.”. A teoria do texto interessa-se, prioritariamente, por esses “recursos coesivos especializados” (PRANDI, 2007, p. 81), a começar pelas marcas de conexão que indicam posições: tal enunciado sendo temporal, causal e argumentativamente colocado antes ou após outro, hierarquicamente secundário ou mais importante que um

outro (de modo que se pensa, por exemplo, na relação *prótase* > *apódose* da teoria clássica). Essas ferramentas de conexão, próprias às diversas línguas – como acima, os empregos dos pronomes anafóricos e do par pretérito imperfeito-pretérito perfeito –, fazem parte, claramente, da competência linguageira dos sujeitos falantes, habituados a vê-las/ouvi-las em ação e a tratá-las em gêneros de discurso diferentes.

2 TEXTOS E DISCURSOS: OPOSIÇÃO E COMPLEMENTARIDADE

2.1 TEXTUALIDADES ESCRITURAIS E ORAIS

No capítulo “Qu’est-ce qu’un texte?”, de *Du texte à l’action*, de Ricoeur (1986), a fórmula *o texto é um discurso fixado pela escritura* enfatiza uma diferença: “O que é fixado pela escritura é um discurso que, certamente, poderíamos haver dito, mas que justamente escrevemos, porque não o dizemos.” (RICOEUR, 1986, p. 138). Ao insistir sobre essa distinção, o filósofo acaba por seguir a opinião corrente e a reservar a palavra *texto* ao domínio da escrita, e a palavra *discurso*, ao domínio da oralidade: “Essa libertação da escritura, que a põe no lugar da fala, é o ato de nascimento do texto.” (*Id. Ibid.*). A tradição textológica não diz outra coisa: “Não existe texto sem inscrição.” (LAUFER, 1989, p. 11). É, por fim, igualmente, a posição de Berrendonner (GROUPE DE FRIBOURG, 2012),

no início do “capítulo 2” de *Grammaire de la période*. Após haver afirmado que “[...] o fato linguístico primeiro é que ocorrem interações verbais [...]” e, em seguida, haver nomeado *discurso*, “[...] o conjunto dos materiais semióticos postos em ação pelos parceiros em uma interação [...]” (*op. cit.*, p. 21), Berrendonner reserva o nome de *texto* para os “registros gráficos ou acústicos de sequências verbais enunciadas”. Nessa perspectiva, o *texto* é apenas um avatar degradado do *discurso*, o “[...] simples traço instrumental, frequentemente grosseiro, em todo caso, fragmentário e descontínuo, das organizações discursivas.” (*Id. Ibid.*).

Se, a título de exemplo, considerarmos a abertura do discurso de política geral, pronunciado pelo primeiro ministro francês Manuel Valls, em 8 de abril de 2014, na Assembleia Nacional, é evidente que a realização discursiva histórica⁸ desse início de discurso é, apenas muito parcialmente, recuperada por essas duas transcrições que devem ser, tanto uma quanto outra, ponderadas:

- (2) Senhor presidente,
Senhoras, senhores deputados,
Demasiado sofrimento, pouca esperança, essa é a situação da França.
E é consciente dessa realidade que eu me apresento diante de vós. [...].

8 Disponível no YouTube: https://www.youtube.com/watch?v=vY7xOUZoN_s

(2^{bis}) Senhor presidente^ // Senhoras e Senhores deputados_v //
De / demasiado sofrimento^ // pouca / esperança / essa
/ é a situação / da França.
*[agitação da assistência e intervenção do presidente da
Assembleia: Continue / por favor, que se sobrepõe à
primeira cláusula do período seguinte]*
E é consciente^ // dessa realidade^ // que eu me apresento
// diante de vós_v ///
*[durante a segunda parte da frase, o orador afasta para a
esquerda a primeira folha das anotações que está lendo]*

A despeito das falhas manifestas, essas duas textualizações tornam possível a análise de certos fatos linguísticos. A versão escrita oficial (2) foi publicada com um destaque em negrito que será explicitada pela análise. A transcrição de trabalho (2 bis) deixa de lado os gestos de Valls: seus movimentos de cabeça, que vão de suas anotações a breves olhares, vagamente dirigidos em direção a seu auditório, e, sobretudo, o fato de que ele afasta a folha de suas anotações, enquanto pronuncia o fim do segmento citado. Nossa transcrição desse segmento de escrita oralizada permite identificar unidades concluídas por um abaixamento da voz (v), seguido de uma pausa bastante marcada (///). As outras pausas dão conta da marcação de palavras rápidas, com muito poucas ligações, que caracteriza a elocução de Manuel Valls e o distingue das ligações múltiplas do presidente Macron (para uma comparação com a frase de André Malraux, ver ADAM, 2019, p. 49-54). Os cortes breves são indicados por uma barra (/) e, por duas barras (//), as pausas mais longas, geralmente acompanhadas

de uma subida tonal (^), mais ou menos marcada, que indica que um período não está provavelmente encerrado.

Para pensar a unidade da língua, é impossível limitar a língua escrita à transcodificação da língua oral e reduzir o texto à transcodificação-inscrição do que seria o discurso. Às definições que dão a entender que *o oral não faria texto*, poderíamos objetar que, de um ponto de vista textual, não há nenhuma diferença entre um provérbio oral e um provérbio escrito, entre um *slogan* político ou publicitário escrito e um *slogan* político ou publicitário oral. Bastante submetidos a restrições formais, esses gêneros discursivos comuns na escrita e na oralidade diferem pela materialidade de sua enunciação: os recursos sonoros e de acentuação da oralidade e os da espacialidade topográfica do canal visual. Elas derivam, certamente, de dois regimes distintos de uso da língua, mas *fazem texto*, tanto um quanto outro. Pode-se dizer, com um especialista das tradições orais, como Zumthor (1983, p. 125), que,

Do ponto de vista linguístico, oral ou escrito, um texto permanece um texto, resultante dos métodos críticos (quaisquer que sejam eles) dos quais ele é, como texto, por definição, o objeto. Ele comporta, necessariamente, marcas deste estatuto [...].

Enfatizando mais suas propriedades comuns, numerosos linguistas não separam *texto escrito* e *texto oral*. É o caso de Coseriu (2007, 86), que definiu o texto como “[...] a série de

atos linguísticos conexos que um dado locutor realiza, em uma situação concreta que, naturalmente, pode tomar a forma falada ou escrita.”. Halliday e Hasan (1976) substituem a “série de atos linguísticos conexos” por propriedades de *tudo unificado* e de *coesão*, que caracterizam tanto os textos orais quanto os textos escritos, qualquer que seja sua extensão: “A palavra TEXTO é usada em linguística para referir qualquer passagem, falada ou escrita, de qualquer extensão, que forma um todo unificado.”⁹ (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 1). Embora minimalista e insistindo, sobretudo, na linearidade da língua, a definição que Weinrich (1989) fornece do conceito de texto expande a de *tudo unificado*, valendo tanto para o escrito quanto para o oral:

Toda interlocução desenrola-se no eixo do tempo, entre um início e um fim. No início, os interlocutores em presença assumem uma posição de comunicação que lhes convém. [...] No final da interlocução, a posição de comunicação é abandonada, mas a LINEARIDADE da interlocução pode, além disso, ser determinada e estruturada por interrupções mais ou menos marcadas. Chamamos TEXTO o enunciado linear que está compreendido entre duas interrupções perceptíveis da comunicação e que vai dos órgãos da fala ou da escritura do emissor aos órgãos da audição e da vista do receptor. (WEINRICH, 1989, p. 24).

9 “The word TEXT is used in linguistics to refer to any passage, spoken or written, of whatever length, that does form a unified whole.”

Com essa ideia de “linearidade da interlocução determinada e estruturada por interrupções mais ou menos marcadas” de Weinrich (1989), desenha-se a identificação de um todo delimitado e de suas partes. Embora as textualidades digitais, amplamente multimodais, pareçam pôr em causa as questões de fronteiras e de linearidade, veremos que elas podem ser abordadas, a partir dos princípios que extraímos das textualidades escritas e faladas.

2.2 OS TEXTOS E OS DISCURSOS

A distinção entre os conceitos de *texto* e *discurso* não passa, portanto, pela oposição entre o *escrito* e o *oral*: trata-se de uma diferença de escala que resume bem o duplo princípio enunciado por Provost-Chauveau (1971, p. 19): (a) “A análise do discurso supõe a *junção de vários textos* [...]” e (b)

O texto – *exemplo de discurso* – nunca está realmente fechado, ele é continuação, por um lado, e inacabamento, por outro. Ele só existe como texto pelo que o precede e o constitui, isto é, em função de outros discursos.

É precisamente por essa razão que a teoria do texto é apenas uma parte da análise discursiva (COSSUTTA; MAINGUENEAU, 2019). Charaudeau (2015) retoma essa ideia comumente compartilhada no campo da análise do discurso:

O texto é fabricado com regras que lhe são próprias, que é preciso atualizar e que testemunham, ao mesmo tempo, restrições e estratégias do sujeito falante, todas elas, coisas que constroem a “materialidade textual” [...] Mas, ao mesmo tempo, há discurso, ou, mais propriamente, discursos que circulam sob os textos (quer sejam orais ou escritos) e que é preciso detectar, por meio dos jogos de intertextualidade e de interdiscursividade que os constituem. (CHARAUDEAU, 2015, p. 125-126).

Todo efeito ou julgamento de textualidade acompanha-se do relacionamento diferencial do texto considerado – oral ou escrito – com outros textos, no âmbito de um *sistema de gêneros de discurso* próprio a uma época e a um determinado grupo social. É assim que convém reformular o princípio de *intertextualidade* posto adiante, tanto por Beaugrande (1984, p. 358) quanto por Bronckart (1997, p. 138), que fala de

[...] *interfaceamento* entre as representações construídas pelo agente, a respeito de sua situação de ação (motivos, intenções, conteúdo temático a transmitir etc.), e as representações desse mesmo agente, referentes aos gêneros disponíveis no intertexto.

O pertencimento genérico de um texto condiciona sua aceitabilidade e sua pertinência, pois, como afirma Foucault (1969), em *L'archéologie du savoir*,

Não é nem mesmo a sintaxe, nem mesmo o vocabulário, que são acionados em um texto e em uma conversação, em um jornal e em um livro, em uma carta e em um cartaz. Mais que isso, há sequências de palavras que formam frases bem individualizadas e perfeitamente aceitáveis, se elas figuram nas manchetes de um jornal, mas que, no entanto, ao longo de uma conversação, não poderiam jamais valer como frase que tem um sentido. (FOUCAULT, 1969, p. 133).

A unidade textual que constitui esse *slogan* de uma publicidade antiga para a marca Opel (ver anexo 1) aparece como pontuada de forma intempestiva, inadmissível, de um ponto de vista normativo:

(3) [P1] A Manta.

[P2] Rapidez. E temperamento!

A alínea após a frase gráfica P1 isola o tema e destaca a elipse do verbo *ter*, introdutor das duas propriedades emprestadas a esse tema e que poderia ligar as três frases nominais reduzidas ao estado de sintagmas. O ponto final, antes do conector aditivo “E”, separa os dois remas, assinalando o segundo, modalizado por um ponto de exclamação. Em conformidade com o gênero *slogan* de atração publicitária, uma estrutura rítmica domina a sintaxe frástica. Mas, sobretudo, a autonomização dos três sintagmas anuncia a primeira parte do módulo redigido: para cada segmento nominal, corresponde um dos três primeiros parágrafos (ponho em destaque), o

que transforma o *slogan* em título temático, introdutor de um conteúdo descritivo:

(3 continuação)

Manta. O conversível que tem classificação: o favorito na Europa. Não é por acaso!

Há, primeiramente, sua linhagem raceada, incomparável. Graças a ela, a Manta se destaca, ao correr com outros carros. **E isso, pela rapidez.**

Quanto ao temperamento, veja, principalmente, o desempenho da nova Manta i240, com seu impetuoso motor à injeção 2.4l: de 0 a 100Km/h em 8,8seg., velocidade de ponta de mais de 200Km/h!

Junte a isso, um chassi esporte rebaixado, rodas largas em metal leve, freios a disco ventilados na dianteira, amortecedores de pressão a gás Bilstein e um equipamento esportivo completo. [...]

Em outras palavras, a agramaticalidade do *slogan* é corrigida, por um lado, pelo vínculo com o gênero *slogan* de atração publicitária e, por outro, pelo plano de texto, que faz a sobressegmentação corresponder aos três parágrafos do início do texto.

Por sua vez, este pequeno poema de Paul Éluard, retirado de *Les nécessités de la vie et les conséquences des rêves* [As necessidades da vida e as consequências dos sonhos], seria ilegível sem seu peritexto:

(4) CANTIGA DE NINAR a Cécile Éluard

Filha e mãe e mãe e filha e filha e mãe e mãe e filha e
filha e mãe e mãe e filha e filha e mãe e mãe e mãe e
filha e filha e filha e mãe.

A repetição obcecante de três palavras (dez vezes “filha” e dez vezes “mãe”, lexemas fracamente ligados pela repetição, por dezenove vezes, do coordenador “e”) impedem a introdução de informações novas e o desenvolvimento de uma predicação. A noção de satisfação da exigência de progressão textual engendra um julgamento de inadmissibilidade. No entanto, a presença desse texto em uma coletânea poética de um poeta surrealista e seu título, genericamente explícito, “Cantiga de ninar”, acompanhada de uma dedicatória pessoal que tem o mesmo sobrenome do autor, tudo isso permite emprestar uma coerência ao todo textual constituído pelo poema, por seu peritexto e por sua inscrição na seção “Les conséquences des rêves” [As consequências dos sonhos] da coletânea.

O canto da cantiga de ninar deve fazer adormecer a filha do poeta que, além disso, presta homenagem ao sexo feminino. O leitor recupera as disfunções de superfície desse texto, tendo acesso a outra ordem do sentido, uma ordem dominada, semanticamente, por uma temática da filiação e da procriação, e, ritmicamente, por uma estrutura repetitiva: uma vez o vocábulo *filha* isolado (no início) e uma vez *mãe* isolado (no final), três vezes a repetição de *mãe* e três vezes,

igualmente e em alternância, a de *filha*, uma vez a triplicação de *mãe* e uma vez a de *filha*. Tudo isso torna-se aceitável apenas porque o título sugere um outro uso da língua: uma passagem poética para a língua-balbucio – língua para o sono e os sonhos, língua materna tornada musical. Esse fato rítmico é, assim, altamente portador de sentido.

A recuperação semântica da pontuação intempestiva de (3) e da repetição excessiva de (4) faz-se de maneira descendente (do *global* para o *local*). O princípio da determinação das escolhas linguageiras pelo *todo* textual, ele mesmo inseparável de uma *genericidade discursiva*, foi evidenciado por Bakhtin (1984), em “Le problème du texte”:

Quando escolhemos um determinado tipo de proposição, não escolhemos apenas uma determinada proposição, em função do que queremos exprimir com o auxílio dessa proposição, nós selecionamos um tipo de proposição em função do *todo* do enunciado finito que se apresenta em nossa imaginação verbal e determina nossa opinião. A ideia que temos da forma de nosso enunciado, isto é, de um gênero preciso do discurso, guia-nos em nosso processo discursivo. (BAKHTIN, 1984, p. 288).

A mesma ligação descendente, apoiada na *representação de um todo* e dos *gêneros discursivos* em uso na formação sociodiscursiva, já estava presente, no início do Século XIX

(1805/1833), nas observações e nos aforismos do filósofo alemão Schleiermacher (1987):

A representação geral do todo limita, por si só, a diversidade do detalhe, incorporando-a a um gênero determinado. Pois, tanto os elementos materiais quanto os elementos formais têm esferas diferentes na poesia e na prosa, na exposição científica e na exposição familiar. (SCHLEIERMACHER, 1987, p. 81).

Consagrado ao “caráter do estilo, seguindo os diferentes gêneros de obras”, o “Livre IV” do *Traité de l’art d’écrire*, de Condillac (2002 [1803]), já havia esboçado, na segunda metade do Século XVIII, ao mesmo tempo, uma teorização das questões da *coesão do todo e das partes e das particularidades genéricas dos diferentes tipos de textos*. O primeiro capítulo expõe o método de composição “[...] comum a todos os gêneros [e] que ensina a fazer um todo.” (CONDILLAC, 2002 [1803], p. 210). Para ele (*op. cit.* p. 209), “Se, aprofundando-se de detalhes em detalhes, não se vê a unidade em lugar algum, a obra inteira seria apenas um caos. Todas as partes devem formar um todo.” E acrescenta:

Se a obra inteira tem um assunto e um final, cada capítulo tem, igualmente, um e outro, cada artigo, cada frase. É preciso, portanto, manter a mesma conduta nos detalhes. Por aí, a obra será uma em seu todo, uma em cada parte, e tudo nela estará na maior ligação possível. (CONDILLAC, 2002 [1803], p. 212).

Embora distinga a *unidade de ação*, própria aos textos feitos para interessar e, potencialmente, narrativos (exemplo (1) estudado anteriormente), e a *unidade de objeto*, própria aos textos feitos para instruir e potencialmente argumentativos e descritivos (exemplo (3)), ele fixa, no entanto, as mesmas condições de composição para esses textos:

Cada parte precisa ser considerada em particular e subdividida tantas vezes quanto contenha objetos que possam constituir, cada um, um todo. Nada pode entrar nessa subdivisão que possa alterar a unidade, e as partes não conhecem outra ordem, senão aquela que é indicada pela gradação mais sensível. Nas obras feitas para interessar, é a gradação de sentimento; nas outras, é a gradação de luz. (CONDILLAC, 2002 [1803], p. 211).

Condillac (2002 [1803], p. 214) distingue três grandes “gêneros de obras”, uma vez que, diz ele, “[...] raciocina-se, narra-se ou descreve-se.”. Essas três grandes ações sociodiscursivas correspondem às distinções, em geral bastante admitidas hoje em dia, entre o *argumentativo* e o *explicativo* (acolhidos no didático), a *narração* (narrativa factual ou ficcional) e os usos bastante variados da *descrição*. Os diferentes “gêneros de obras” são pensados com base em um princípio de gradação entre dois polos extremos: o *ensaio filosófico*, caracterizado por um “estilo de análise”, e o *poema lírico*, com seu “estilo de imagem” (*op. cit.*, p. 233). Ele insiste nas restrições que os gêneros como a ode, o poema lírico, a tragédia, a comédia,

as epístolas, os contos, as fábulas etc., exercem na leitura; insiste, sobretudo, nos efeitos dos gêneros na percepção da completude e da coerência de um texto:

Já no título de uma obra, estamos dispostos a desejar o estilo mais ou menos da arte, porque queremos que tudo seja de acordo com a ideia que temos do gênero. [...] Todas as vezes que os gêneros diferem, estamos dispostos de forma diferente, e [...], em consequência, julgamos de acordo com regras diferentes.”. (CONDILLAC, 2002 [1803], p. 236).

É bem o que constatamos com os exemplos publicitário (3) e poético (4), cujos fatos locais de agramaticalidade tornam-se aceitáveis à luz do todo textual e do gênero de discurso que põe cada um desses textos em relação com outros textos semelhantes, disponíveis em uma certa comunidade sociodiscursiva. Sob a influência de Vološinov (2010), Bakhtin (1984) atribui às observações de Schleiermacher (1987) e Condillac (2002 [1803]), uma dimensão decididamente dialógica, que inclui as textualidades escritas e faladas:

Aprendemos a moldar nossa fala nas formas do gênero e, ao ouvir a fala de outro, adivinhamos, já na primeira palavra, seu gênero, presenciamos o volume determinado (a extensão aproximada de um todo da fala), a estrutura composicional dada, prevemos o seu final, em outras palavras, desde o início, sentimos o todo da fala que, em seguida, diferencia-se no processo da fala. Se os gêneros da fala não

existissem, se não tivéssemos o domínio dela, se fosse preciso criá-los, pela primeira vez, no processo da fala, e construir, livremente e pela primeira vez, cada enunciado, a comunicação verbal, a troca dos pensamentos, seria praticamente impossível. (BAKHTIN, 1984, p. 285; tradução revista com I. Tylkowski-Ageeva [informação do autor]).

Isso leva-nos a considerar o *efeito de completude*, produzido por um todo unificado e delimitado, e o *juízo de completude*, que dele resulta, como constituindo um primeiro critério de *textualidade*, inseparável da *genericidade*, que liga todo *texto* a um *corpus* de textos e a (pelo menos) uma classe de *discurso*.

3 O TEXTO COMO TODO UNIFICADO E DELIMITADO

Em *Tempus*, Weinrich (1973) retorna às pausas próprias da oralidade e às delimitações, na escrita, da totalidade do livro e das seções que o compõem. Ele confere a essa pontuação textual uma função “metalinguística”, instrucional:

Um texto é uma sucessão significativa de signos linguísticos entre duas rupturas manifestas de comunicação. Serão consideradas como “manifestas”, as pausas bastante longas da comunicação oral, exceto as pausas de respiração ou as que indicam a busca de palavras. Na comunicação escrita, serão, por exemplo, as duas abas da capa de um livro. Serão também

esses cortes, deliberadamente introduzidos e que, em um sentido quase metalinguístico, organizam rupturas manifestas na comunicação. (WEINRICH, 1973, p. 13).

Oralidade e escrita são caracterizadas, macrotextualmente, por modalidades de abertura e de fechamento da unidade verbal delimitada à qual damos o nome de *texto*. No dispositivo que faz do texto uma unidade, esses limites iniciais e finais exercem um papel fundamental:

É [...] por suas fronteiras que um todo é determinado, e suas fronteiras passam pelo ponto de contato do enunciado com o meio extraverbal e verbal (isto é, com os outros enunciados). (VOLOŠINOV, 2010, p. 323).

Esse *todo* pode ser constituído de uma ou mais seções pontuadas por interrupções secundárias, intermediárias, marcadas, na oralidade, por um silêncio prolongado, acompanhado de uma completude sintática do último enunciado e de uma baixa entonativa, e, na escrita, por um branco mais ou menos longo (a linha vazia de final de parágrafo, o afastamento de uma ou várias linhas, ou uma página em branco).

3.1 FRONTEIRAS DO TEXTO: O PERITEXTO

As fronteiras externas e internas, que chamaremos *peritextuais*, assumem diversas formas:

- Em uma interação oral, os limites inicial e final de um intercâmbio – quer se trate de uma conversação telefônica ou por *FaceTime*, *Skype* ou *WhatsApp*, de um encontro previsto ou inesperado de amigos, de uma entrevista etc. – são ocupados por intercâmbios fáticos de abertura e de fechamento, mais ou menos longos, conforme as culturas e as situações. Entram nessa categoria, os créditos das emissões radiofônicas e televisivas, seguidos das aberturas e precedidos pelos fechamentos ritualizados e rotineiros das emissões. No interior desses limites, toda mudança de tópico, ao longo de conversação, é negociada pelos interactantes e é objeto de uma introdução de uma delimitação. Capt, Jacquin e Micheli (2009, p. 131-132) apresentam o exemplo da discussão de um projeto de lei, em um debate parlamentar. A intervenção de um deputado, marcada, peritextualmente, pelo fato de que o presidente da Assembleia passa-lhe a palavra e assinala o fim de sua intervenção, agradecendo-lhe e passando a palavra a um outro deputado, ou encerrando a sessão, poderá ser considerada como formando um texto. Mas pode-se muito bem considerar o conjunto da discussão de uma emenda ou de um projeto de lei, como formando um texto, no caso, constituído por um certo número de intervenções, cuja completude é marcada, peritextualmente, pela abertura da sessão e fechada pelo voto da emenda em questão e pelo encerramento da sessão.
- Em uma interação escrita, os *limites* de um livro ou de uma revista, dos artigos de uma revista ou de um jornal, de

um contrato, uma carta, um parecer, um cartaz publicitário ou político, um poema, são ocupados por um *peritexto* materialmente ligado ao corpo do texto propriamente dito. Seguindo Genette (1987, p. 9), *pode-se, sem dúvida, adiantar que não existe, e que nunca existiu, texto sem peritexto externo* (ao menos um *título* e, facultativamente, conforme os gêneros de discurso e as épocas, um subtítulo, um nome de autor e de editor, uma capa e uma contracapa, uma página de título, uma dedicatória, um prefácio e/ou um posfácio, um sumário, a indicação de uma data e de um lugar de publicação e de impressão, a autorização legal para publicar) e, mais facultativamente, sem *peritexto interno* (intertítulos e/ou numeração de partes, de seções ou de capítulos, janelas e lide de imprensa escrita, ilustrações com ou sem legenda). No exemplo do poema de Éluard (4), constatamos a importância do peritexto composto pelo título da coletânea, pelo intertítulo da seção, pelo título do poema (título genérico) e pela dedicatória. No exemplo (3), o *slogan* exerce mais um papel de título-anúncio, introduzindo o conteúdo do módulo redigido.

Por causa de seu prefixo, o conceito de *peritexto* apresenta a ambiguidade de ser mais colocado na periferia do texto e, portanto, separado do texto. Na verdade, o peritexto faz parte do texto e, portanto, delimita mais precisamente o início e, mais facultativamente, o final. A questão das fronteiras dos subconjuntos textuais intermediários é bem ilustrada pelo caso da divisão em capítulos (DIONE, 2008) e pelo exemplo

do encaixamento de uma narrativa em um texto escrito ou na continuidade de uma conversação oral. A inscrição de uma narrativa em um cotexto dialógico (narrativa oral, monólogo narrativo de teatro ou narração escrita, encaixada em uma novela, uma argumentação ou uma explicação) caracteriza-se pela presença, na abertura, de um preâmbulo em forma de *resumo* e/ou de simples *entrada-prefácio* e, no término da narração, de uma *avaliação final*, que assume a forma da *moral* das fábulas e dos contos, ou reduz-se a um simples *fechamento*, ou uma *coda*, que assinala o fim de um turno de fala narrativo (LABOV; WALETZKY, 1967; ADAM, 2011a, p. 117-148; 2011b). Esses segmentos textuais especializados asseguram *a entrada no* e *a saída do* mundo ficcional ou real (passado) da narrativa, a articulação entre o *mundo narrado* e o *mundo atual* da interação em curso, entre o narrador e seu ouvinte/leitor.

3.2 A IMPRECISÃO DAS FRONTEIRAS E OS AGRUPAMENTOS COTEXTUAIS

As fronteiras textuais são mais ou menos marcadas, ao ponto de serem, por vezes, imprecisas, como lembram Halliday e Hasan (1976):

Seria enganoso sugerir que o conceito de um texto está totalmente determinado, ou que podemos sempre tomar decisões claras sobre

o que constitui um único texto e o que não. Muitas vezes, podemos dizer com certeza que o todo de uma passagem constitui um texto e, igualmente, com frequência, podemos dizer com certeza que, em outra situação, temos de lidar não com um texto, mas com dois ou mais. Mas há muitos casos intermediários, ocorrências de dúvida em que não estamos totalmente seguros, se queremos considerar todas as partes da passagem, como abrangendo o mesmo texto, ou não. (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 294-295).¹⁰

É com essa imprecisão das fronteiras textuais que Félix Fénéon joga com seus *fait-divers*, breves jornalísticas que misturam várias notícias em um só texto. Escolhi, voluntariamente, quatro *fait-divers* que apresentam um trabalho diferente com a sintaxe: duas frases separadas, em (5), e três frases, das quais a última exerce um papel de ligação, em (6); uma frase periódica terminada por dois pontos introdutórios de uma tripla causalidade que reúne o que estava, parataticamente, enumerado, em (7); um texto em que a causalidade comum precede a enumeração, em (8).

10 “It would be misleading to suggest that the concept of a text is fully determinate, or that we can always make clear decisions about what constitutes a single text and what does not. We can often say for certain that the whole of a given passage constitutes one text; and equally we can often say for certain that in another instance we have to deal with not one text but two, or more.”

- (5) [P1] Entre Deuil e Épinay, roubaram 1.840 metros de fios telefônicos.
[P2] Em Carrières-sur-Seine, o Sr. Bresnu enforcou-se com um fio de aço.
- (6) [P1] Um desconhecido pintava de ocre os muros do cemitério de Pantin.
[P2] Dujardin perambulava nu por Saint-Ouen-l'Aumône. [P3] Loucos, parece.
- (7) A Sr^a Fournier, o Sr. Vouin, o Sr. Septeuil, de Sucy, Tripleval, Septeuil, enforcaram-se: neurastenia, câncer, desemprego.
- (8) Trens mataram Cosson, em Etang-la-Ville; Gaudon, perto de Coulommiers, e o empregado das hipotecas Molle, em Compiègne.

Duas frases de (5) parecem não formar um texto único. Duas notícias independentes, relativas a dois fatos diferentes, foram postos juntos para produzir um efeito que vai além da simples informação. Seu único vínculo é o lexema comum “fio(s)”: por um lado, mil e oitocentos metros de *fios de cobre* que trazem dinheiro para os ladrões e, por outro, um miserável *fio de aço* e uma morte sórdida por enforcamento. Em (6), por outro lado, a última frase (P3) cria uma ligação semântica explícita – uma isotopia declarada – entre as ações relatadas nas duas frases correspondentes às duas notícias: a loucura aparece como uma explicação possível dos comportamentos dos sujeitos de P1 e P2, mesmo se essa

explicação, modalizada impessoalmente (“parece”), não seja assumida pelo enunciador-jornalista.

Em (7), uma ligação é estabelecida pelo núcleo verbal comum no plural (“enforcaram-se”), que reúne três notícias. Elas são agrupadas em uma só frase-texto que enumera, inicialmente, os nomes de três pessoas e, em seguida, os nomes de três lugares. Após os dois-pontos que seguem o núcleo verbal comum, uma tripla explicação das causas desses suicídios, friamente dada por meio de três substantivos desprovidos de determinante: uma doença psíquica, uma doença incurável e uma circunstância socioeconômica conotada como doença social, devido à série enumerativa criada.

Esses três destinos cortados pelo suicídio contrastam com as três vítimas de trens que, por todo o país, parecem, em (8), atacar a população. Dessa vez, o agente e o verbo são colocados em início de frase periódica, o que induz uma forma de agentividade criminal, e as vítimas humanas são enumeradas, em seguida, com a indicação do lugar do drama. Essa enumeração em três tempos aparece, assim, como uma acumulação trágica. A despeito da brevidade desses textos, é realmente um trabalho do texto, que começa com a sintaxe e permite ao escritor-jornalista transgredir os limites informativos habituais do gênero de notícia curta: um *fait-divers* = um texto.

Certas experiências artísticas, literárias e cinematográficas têm explorado, em grande escala, dessa vez, o modelo de textualidade complexa. Assim, *The Wild Palms*, de William

Faulkner (1939, originalmente intitulado, *If I Forget Thee, Jerusalem*), alterna, capítulo por capítulo, duas narrativas paralelas: o primeiro, intitulado “*Wild Palms*” (cinco capítulos ímpares), narra o naufrágio de um casal, e o segundo, “*Old Man*” (cinco capítulos pares), narra a história, igualmente cruel, de um prisioneiro e uma mulher, vítimas das intempéries. A obra é, assim, constituída de dois textos entrelaçados que, embora não se juntem jamais, esclarecem um ao outro, por ecos, e terminam em uma conclusão comum: a ausência trágica de livre arbítrio. *Le Conte du Graal*, de Chrétien de Troyes (1181), que alterna as histórias de Perceval, o Gaulês, e do cavaleiro Gauvain, corresponde ao mesmo modo de composição, enquanto que as duas narrativas alternadas, uma, autobiográfica, e outra, ficcional, de *W ou le souvenir d'enfance*, de Perec (1975)¹¹, juntam-se, parcialmente, no final, como os dois “V” do “W”.

O cinema experimental mudo americano de David W. Griffith já apresentava, em 1916, com *Intolerance: Love's Struggle Throughout the Ages*, o caso extremo da montagem alternada de quatro histórias: o festim de Baltazar e a tomada da Babilônia pelos exércitos de Ciro (539 a.C.), a vida e a “Paixão de Cristo”, o massacre da “Noite de São Bartolomeu” (1572) e “*The Mother and the Law*”, situado em 1914, que põe em cena a intolerância de um grupo de mulheres conduzindo uma greve que leva à decadência de um personagem. A

11 Georges Perec (1936-1982), romancista, poeta e ensaísta francês. [N. T.].

montagem alternada, cada vez mais rápida, dos quatro textos de extensão desigual torna a legibilidade bastante difícil. Diante do fracasso comercial de seu filme, Griffith retomará as duas narrativas mais longas, separadamente, “*Fall of Babylon*” e “*The Mother and the Law*”, dando, assim, a cada uma das duas, sua unidade textual, perdida na montagem alternada.

O caso da nota, embora um pouco particular, é um bom exemplo de continuidade e descontinuidade textual. A *chamada de nota* inscreve-se na continuidade da cadeia gráfica, enquanto que as *notas* são deslocadas para uma zona distinta: pé de página, margem direita, às vezes, final de artigo, de capítulo ou de livro, ou sob forma de janela, nas edições eletrônicas. Lefebvre (2011, p. 74) considera a chamada-remissão de nota “[...] como o eixo de uma textualidade cuja inscrição descontínua no espaço gráfico é uma das propriedades primeiras.”. Dois tipos de chamadas de nota podem ser distinguidos. No caso em que a chamada-remissão liga o corpo do texto a um enunciado acessório, deslocado em nota, a descontinuidade gráfica é compensada por ligações anafóricas, conectores e modificadores do substantivo; o segmento anexo da nota está na continuidade do texto principal e estreitamente ligado a ele. No segundo caso, a nota, geralmente mais longa, tem mais autonomia, ao ponto de aparecer como um subtexto, no texto principal. Esse fragmento anexo, que possui uma certa completude, é o lugar de um discurso paralelo ao texto principal: ele conserva

o que foi excluído do corpo do texto. Essas observações levam-nos, diretamente, à problemática das textualidades digitais hipertextuais e arborescentes (ERTZSCHEID, 2003). A questão da nota exemplifica o problema das textualidades esfaceladas “e, no entanto, ‘una’” (LEFEBVRE, 2011, p. 80), dessas textualidades singulares, caracterizadas pela descontinuidade espacial.

O caso das coletâneas de artigos científicos ou jornalísticas, de poemas, contos, novelas, anedotas e piadas, os números de revistas, os artigos de jornais e de revista de imprensa escrita apresentam problemas de relações não apenas entre partes de um só texto, mas entre textos reunidos em um mesmo material, estabelecendo, por isso, relações cotextuais. A autonomia textual de cada um desses artigos reunidos em uma revista ou em um volume coletivo, ou dossiê jornalístico, poemas ou contos reunidos em um volume, é maior ou menor, em função da estrutura da coletânea, de sua divisão ou não, em seções que agrupam um certo número de textos entre os quais uma ligação é estabelecida, ou apenas sugerida. Essa ligação depende do número de ecos entre (co)textos, e isso é válido tanto para um contexto literário quanto para um jornalístico ou científico¹².

12 Sobre a elaboração da coletânea de *Fleurs du Mal*, ver Adam e Heidmann (2009, p. 101-117); sobre os agrupamentos de pequenos poemas em prosa de Baudelaire, ver Adam (2019); sobre a coletânea de *Illuminations*, de Rimbaud, ver Adam (2018, p. 371-425); sobre os primeiros contos de Andersen, ver Adam e Heidmann (2009, p. 85-99); sobre os contos de Perrault, ver Heidmann e Adam (2010, p. 191-234).

Charles (2018, p. 86) vai mais longe, considerando que “[...] o texto julgado ‘descontínuo’ ou fragmentado, ou mesmo fragmentário, não caracteriza exceção. Basta [...] que eu tenha o sentimento de que ele exista como um todo.” É frequente que um conjunto de fragmentos textuais seja, editorialmente, proposto para a leitura como uma totalidade. Assim, para tomar apenas um exemplo, tem-se o caso da composição em variação, entre os estados textuais de 1688 (420 fragmentos) a 1696 (1120 fragmentos), das diferentes seções das nove edições sucessivas de uma coletânea, como *Les Caractères*, de La Bruyère¹³ (sobre o “fragmento 128”, ver ADAM, 2019, p. 49-51, 115, 120-122, 153-154, 168-171, 188-189).

O problema apresenta-se, por exemplo, com as folhas manuscritas de Ferdinand de Saussure (2002), reunidas com o título *De l'essence double du langage*. As notas de trabalho publicadas por Bouquet e Engler (Saussure, 2002) tendem a fazer texto e a induzir uma certa continuidade lá onde a escritura de Saussure é, por essência, fragmentária, como foi muito bem mostrado por Matsuzawa (2012), que se interroga sobre o que poderia constituir um ponto de partida da teoria. Os editores transformam uma textualidade provisória e inacabada, feita de recuos e dúvidas, em uma textualidade definitiva, tendo um início e um fim, e até mesmo umas espécies de capítulos. Eles tornam, assim, legível, uma forma de pensamento. Seu ideal do texto e de sua continuidade não dá acesso a uma escritura

13 Jean de La Bruyère (1645-1696), ensaísta e moralista francês. [N. T.].

em estado de gênese e de pesquisa (ver, igualmente, a edição crítica proposta por AMACKER, 2011).

Podemos tirar desses diferentes casos, uma **PRIMEIRA DEFINIÇÃO GERAL E BÁSICA:**

Para ser interpretada como um texto, ou um subtexto em um texto, até mesmo como um fragmento que possui uma certa autonomia, uma sequência material de signos deve formar um todo ao qual pode ser atribuído um início e um fim. O fim podendo ser significado pelo início de um outro texto, subtexto, cotexto ou fragmento.

Resta precisar como, entre os limites do *todo textual*, em equilíbrio entre retomadas-repetição e progressão-apoio de sentido, uma série de signos forma um tecido textual que possui uma certa conectividade, ou *textura*, como sugere a etimologia.

4 O ENTRELAÇAMENTO COMPLEXO DA TEXTURA

4.1 RETORNO À ETIMOLOGIA

A etimologia latina *textos* (de *texo*: tecer, entrançar) – presente, parece, tardia e figurativamente, no Livro IX (4, 13 e 17) de *Institution oratoire*, de Quintiliano¹⁴, a respeito do tecido da frase/período e do tecido do estilo – é convocada

14 Marco Fábio Quintiliano, orador e professor de retórica (35-96 a. D.). [N. T.].

em quase todas as definições do texto como *enlaçamento*, *contextura*, *tecido*, *trama*. Particípio passado de *texo*, o *textus* é aquilo que é tecido. Por trás da ideia de estado acabado, realizado, do verbo, perfila-se a fixação da palavra divina (SEGRE, 2006, p. 360-361). É assim que a noção de texto foi comumente construída, na escrita, de forma jurídica (o que é atestado, inscrito, gravado) e dissociada da oralidade.

Em *Traité de l'art d'écrire*, Condillac (2002, p. 175) atribui ao volume “*Livre III*”, o título “*Du tissu du discours*” [Do tecido do discurso]. Sua tese é a seguinte: “O tecido forma-se, quando todas as frases construídas, em relação ao que precede e ao que segue, unem-se umas às outras pelas ideias em que se percebe uma maior ligação.”. O primeiro capítulo tem por título “*Comment les phrases doivent être construites les unes pour les autres*” [Como as frases devem ser construídas umas pelas outras] (*op. cit.*, p. 177). Quando as frases “[...] seguem-se, sem fazer um tecido [...]”, quando elas “[...] não sustentam mais umas às outras [...]”, diz ele, “[...] parece que, a cada uma, eu retomo meu discurso, sem me ocupar com o que eu disse, nem com o que vou dizer.” (*Id.*, p. 178). Seu “princípio da maior ligação” (*Id.*, p. 176) diz respeito à ligação das “ideias principais” entre si e à relação entre “ideias secundárias” e “principais”. Os exemplos (5) e (6) de Fénelon ilustraram bem esse problema. No poema (4), a associação sistemática das palavras, duas a duas, por meio do conector “E”, assegura, certamente, uma tessitura formal rigorosa, mas a progressão do sentido é arruinada pela repetição.

A questão das unidades linguísticas encarregadas da conexão entre enunciados é abordada apenas alusiva e normativamente, nos exemplos que Condillac (2002) manipula, reescrevendo-os. Além de anáforas pronominais (*op. cit.*, p. 177-178) e do caso da abundância de certos conectores, que julga importuna, ele considera como uma falta, por exemplo, um emprego do advérbio dêitico “agora”, em contexto enunciativo de narração histórica no imperfeito. A respeito de uma passagem de Bossuet¹⁵, seu julgamento normativo é definitivo: “Há aqui um pequeno erro: *agora ela não tinha*; é preciso dizer, *ela não tem*.” (*op. cit.*, p. 180). Sem outra explicação, compreende-se que se trata de uma tensão enunciativa entre *plano embreado do discurso* (aqui/agora) e *plano debreado da enunciação histórica* (imperfeito), um efeito de enálage temporal, que é aqui estigmatizada. A audácia de Bossuet não é maior que a de Racine¹⁶, nessa quadra da narrativa de Terâmenes, cujo jogo com a língua engendra, juntos, “outrora” e “agora”, no co(n)texto narrativo do imperfeito:

- (9) Seus soberbos corcéis que víamos OUTRORA,
Plenos de um ardor tão nobre, obedecerem à sua voz,
O olhar sombrio AGORA e a cabeça baixa,
Pareciam conformar-se com seu triste pensamento.
(*Fedra*, Ato V, cena 6, versos 1503-1506)

15 Jacques-Bénigne Bossuet (1627-1704), bispo, teólogo e escritor francês, um dos principais teóricos do absolutismo. [N. T.].

16 Jean Baptiste Racine (1639-1699), dramaturgo, poeta e historiador francês. [N. T.].

Em 1919, Ferdinand Brunot¹⁷ (*Histoire de la langue française*, tomo 6) ainda condenará esse emprego, que, no entanto, havia-se tornado banal na arte narrativa do século XIX, pelo menos a partir de Flaubert e Maupassant¹⁸.

Mas o que diria Condillac (2002), a respeito deste texto do século XXI?

(10)

Je déteste les épinards, c'est bon pour la santé mon enfant.

*La vie est pleine d'imprévus.
Nos solutions de prévoyance s'y adaptent.*

www.swisslife.ch/tournaits



[Eu detesto **espinafre** (c1), é bom para a saúde minha criança (c2).

A vida é cheia de imprevistos.

Nossas soluções de previdência adaptam-se a eles.]

Aqui, é a pontuação que arruína o “tecido do discurso”. Ou a vírgula separa dois enunciados assumidos por dois enunciadores diferentes, um “eu” infantil que enuncia a parte situada à esquerda (c1), enquanto que um parente ou um

17 Ferdinand Brunot (1860-1938), linguista e filólogo francês. [N. T].

18 Gustave Flaubert (1821-1880), Guy de Maupassant (1850-1893), escritores franceses do realismo literário. [N. T].

adulto (dizendo “minha criança”) assume a outra parte, à direita (c2). A ligação seria, então, uma ligação de réplica entre dois enunciados separados, enunciativamente, e que deveriam ser, também, graficamente. O fato de que “espinafre” esteja em negrito poderia significar que o rema de c1 é retomado como tema de c2. Ou estamos em presença de um jogo solicitado pela companhia de seguros, cuja logomarca, “SwissLife” dá sentido ao anúncio, na forma de um enunciado a ser completado, “Eu detesto...”, à espera de um objeto da detestação: “espinafre, é bom para a saúde”, que seria, então, uma citação. Essa recuperação contextual do sentido tem apoio na logomarca e nas duas frases em pequenos caracteres: “A vida é cheia de imprevistos. / Nossas soluções de previdência adaptam-se a eles.” Essa sequência do enunciado estranho colocado em posição de *slogan* não é, em absoluto, esclarecedora: as coisas detestadas (como aqui, espinafre) tornam-se esses “imprevistos” da vida com os quais a empresa de seguros se engaja, para trazer soluções. A “ligação de ideias” de Condillac é, pelo menos, encontrada aqui. O efeito pragmático da campanha publicitária, da qual esse texto é apenas um exemplo, seria, certamente, surpreender e, assim, atrair a atenção.

Acabamos de ver: ao evocar a etimologia, arriscamo-nos a esquecer que um texto é menos um tecido que uma renda, se queremos seguir a metáfora. “Um tecido com espaços em branco, com interstícios a serem preenchidos”, escreveu Eco

(1985a, p. 66), que acrescenta: “[...] um texto é um mecanismo preguiçoso (ou econômico) que vive da mais-valia de sentidos que nele é introduzida pelo destinatário.” (*op. cit.*, 66-67). Esse trabalho de inferência é, com certeza, gradual: mais fraco no texto informativo ou instrucional (de tipo de manutenção de aviões ou de intercâmbios entre controladores de tráfego aéreo e pilotos, que pretende uma explicitação máxima) e mais intenso na publicidade moderna – bem mais diferente, nesse ponto, do *reclame*, ou anúncio – ou nas definições de palavras cruzadas, nos enigmas (gênero do qual (10) aproxima-se), nos romances policiais e, sobretudo, nos textos poéticos (como (4)).

A etimologia das fibras entremeadas e da tessitura textual transparece sob a palavra *textura*, que encontramos em numerosos linguistas, em oposição à linearidade e para dar conta da complexidade: “O texto é, finalmente, uma textura, é qualquer coisa de muito mais complicado que o linear.” (CULIOLI, 2012, p. 147). Halliday e Hasan (1976) alargam o conceito ao todo que o texto forma com seu ambiente discursivo (o que exploramos para ler (4) e (10)):

O conceito de TEXTURA é inteiramente apropriado para expressar a propriedade de “ser um texto”. Um texto tem textura, e isso é o que o distingue de algo que não é texto. [...] A textura é sustentada pela RELAÇÃO coesiva. (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 2); Um texto é melhor pensado não como uma unidade gramatical, em absoluto, mas sim

como uma unidade de tipo diferente: uma unidade semântica. A unidade que ele tem é uma unidade de sentido em contexto, uma textura que expressa o fato de que, como um todo, ele se relaciona com o ambiente no qual está situado. (*op. cit.*, p. 293).¹⁹

Mais recentemente, Legallois (2006) relacionou a textura com a organização reticular dos vocábulos em um texto:

A organização reticular de um texto está em perfeita congruência com a etimologia da palavra *texto*. É um *tecido* de frases entrelaçadas, uma *trama*, uma *textura*, toda uma construção e uma concepção de um objeto complexo que são evidenciadas pela análise da repetição lexical nos discursos. (LEGALLOIS, 2006, p. 70).

O célebre artigo “Discourse Analysis”, de Harris (1952a), permite ilustrar essa organização reticular. Ele apresenta, por um lado, uma repetição significativa do vocábulo *text* [texto] e de seus derivados *textual* [textual] (em “*textual structure/method*” [estrutura/método textual]) e *textually* [textualmente] e, por outro, do vocábulo-título do artigo, *discourse* [discurso].

19 “The concept of TEXTURE is entirely appropriate to express the property of “being a text”. A text has texture, and this is what distinguishes it from something that is not a text. [...] The texture is provided by the cohesive RELATION.” (*op. cit.*, p. 2); “A text is best thought of not as a grammatical unit at all, but rather as a unit of different kind: a semantic unit. The unity that it has is a unity of meaning in context, a texture that expresses the fact that it relates as a whole to the environment in which it is placed.” (*op. cit.*, p. 293).

De modo surpreendente, às 227 ocorrências do vocábulo *text* [texto] correspondem apenas 47 ocorrências do vocábulo *discourse* [discurso]. As 23 ocorrências da colocação “*discourse analysis*” [análise de discurso] fazem alusão, claramente, ao método de análise de “connected speech (or writing)” [fala conectada (ou escrita)] (HARRIS, 1952a, p. 1). As outras 24 ocorrências de *discourse* [discurso] são, em sua maioria, muito próximas do conceito de *text* [texto]. É o caso das cinco ocorrências da colocação “*connected discourse*” [discurso conectado], quando Harris (*op. cit.*) opõe “*The successive sentences of a connected discourse*” [as sentenças sucessivas de um discurso conectado] às “*Arbitrary conglomerations of sentences*” [aglomerações arbitrárias de sentenças]. O discurso é assimilado ao texto nas duas ocorrências de “*that one discourse*” [aquele discurso] e, mais ainda, quando os dois vocábulos, não distinguidos, alternam-se:

O método apresentado aqui é visto, então, desenvolvendo-se a partir de uma aplicação dos métodos distribucionais da linguística a um DISCURSO de cada vez. Ele pode ser aplicado diretamente a um TEXTO, sem usar qualquer conhecimento linguístico sobre o TEXTO, exceto os limites do morfema. (HARRIS, 1952a, p. 3).²⁰

20 “The method presented here is thus seen to grow out of an application of the distributional methods of linguistics to one DISCOURSE at a time. It can be applied directly to a TEXT, without using any linguistic knowledge about the TEXT except the morpheme boundaries.”

O resumo que Harris (1952b, p. 474) fornece de seu segundo artigo, “Discourse Analysis: a Sample Text”, apresenta a mesma indiferenciação entre “*connected discourse*” [discurso conectado] e “*a particular text*” [um texto particular], “*in our text*” [em nosso texto] e “*any particular text*” [qualquer texto particular].

A adoção desse artigo pela análise de discurso francesa, que vinha despontando em fins dos anos sessenta, é bastante surpreendente. Nem sua metodologia nem sua definição de discurso fazem desse estudo, inteiramente voltado para a análise de um só texto publicitário, um exemplo de análise de discurso. Ele ilustra bem, no entanto, a confusão terminológica sobre a qual falamos anteriormente.

A posição de Legallois (2006) é avançada por De Angelis (2018b), a respeito das textualidades digitais:

Ao passar da cultura dos textos impressos para a dos textos digitais, o texto torna-se, finalmente, uma verdadeira textura, graças à visualização, na tela, da rede de elementos intratextuais e intertextuais. Na cultura digital, “[...] a textualidade deve, necessariamente, ser pensada como a combinação de percursos lineares e reticulares.” (ADAM, 2006, p. 5). É, justamente, a “[...] combinação” desses elementos – a textura – que é visível na tela.”. (DE ANGELIS, 2018b, p. 480).

Essa complexidade da *textura* explica o fato de que linguistas como Le Goffic (2011, p. 22), espantados com a imensa “labilidade” do nível textual, curvam-se ao “conceito organizador de *frase*”. Uma vez que, segundo ele, a “solidez da referência da frase” oferece “um ponto estável, um ponto de apoio”, Le Goffic (*Id. Ibid.*) faz dessa unidade da escrita, “o ponto chave da construção do texto”. A partir desse ponto de apoio, cada sequência de tratamento sintático seria integrada “[...] ao processo global de construção do texto, no curso do qual a autonomia de cada unidade constituinte é reavaliada.” (*Id.*, p. 11). Ao definir, por comparação, o texto como um “conjunto organizado de frases”, Riegel (2006, p. 53) propõe completar as “ferramentas de uma boa gramática frástica”, levando em conta, simplesmente, “[...] condicionamentos propriamente textuais das frases, quando são postas em sequência.” Mas, para descrever esses “condicionamentos textuais” e essa “colocação em sequência”, apenas a delimitação de *unidades frásticas* (LE GOFFIC, 2011; RIEGEL, 2006), de *unidades periódicas* (GROUPE DE FRIBOURG, 2012; PRANDI, 2013), de *unidades textuais de base* (GARDES-TAMINE, 2004), ou de *unidades discursivas de base*, tanto sintáticas quanto prosódicas (SIMON; DEGAND, 2014; DEGAND; SIMON, 2011), não diz muito sobre os encadeamentos de mais de duas ou três dessas unidades. Nada é dito a respeito dos *condicionamentos propriamente textuais* e da sua *colocação em sequência*, da *reavaliação de sua autonomia* e de *seu lugar na organização textual global*.

O texto não é, conforme a expressão de Halliday e Hasan (1976, p. 293), uma série de frases: “Um texto [...] não é apenas uma série de sentenças.”²¹. A linguagem não aparece sob a forma de palavras ou frases soltas, mas, como diz Harris (1952a, p. 3), em discursos conexos e porções conexas de enunciados: “A linguagem não ocorre em palavras ou sentenças isoladas, mas em discurso conectado[...]”, “[...] trecho conectado de fala.”²². É o que teoriza Dijk (1973, p. 19), quando fala de agrupamentos ordenados de frases: “A diferença com as gramáticas de sentença, no entanto, é que as derivações não terminam como sentenças simples ou complexas, mas como *n*-tuplas ordenadas de sentenças (*n* 1), isto é, como SEQUÊNCIAS.”²³.

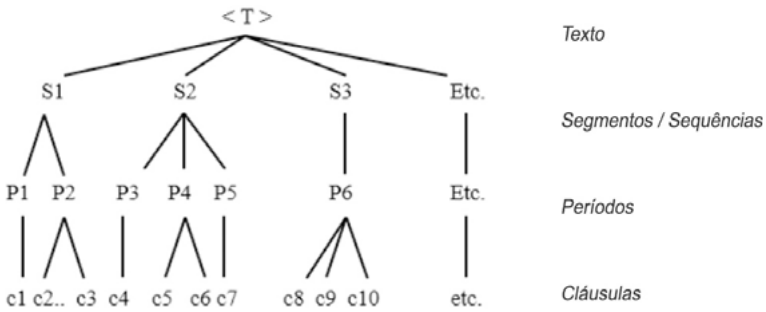
Em outras palavras, e deixando de lado o conceito gráfico de frase em benefício do de *cláusulas* (c) reunidas em *períodos* (P), estes últimos não estão diretamente associados ao todo textual. O esquema 1 descreve a passagem do *nível microtextual* das cláusulas reunidas em períodos (P) ao *nível macrotextual* (T), delimitado pelos marcos, ou fronteiras, inicial e final do peritexto (< >), introduzindo o *nível intermediário transfrástico/transperiódico* dos *segmentos e sequências* (S):

21 “A text [...] is not just a string of sentences.”. (HALLIDAY; HASAN, 1976, p. 293).

22 “Language does not occur in stray words or sentences, but in connected discourse”, “connected stretch of speech”. (HARRIS, 1952a, p. 3).

23 “The difference with sentential grammars, however, is that derivations do not terminate as simple or complex sentences, but as ordered *n*-tuples of sentences (*n* 1), that is as SEQUENCES.”. (DIJK, 1973, p. 19).

Esquema 1



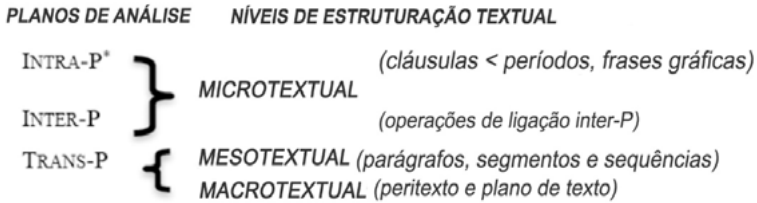
Essa distinção de três *níveis de textualização* foi publicada em trabalhos anglo-saxões sobre o parágrafo e, portanto, a respeito dos textos escritos. Dijk (1981-1982, p. 177) situa a noção de *parágrafo* “[...] no ‘mesonível’ entre a unidade de uma cláusula ou uma sentença [...] e a unidade de um texto, um discurso ou uma conversação como um todo [...]”²⁴. Ele avança, assim, as distinções estabelecidas por Longacre (1968), entre “*Discourse, Paragraph and Sentence Structure*” [discurso, parágrafo e estrutura da sentença]. Este último, aliás, fala de um “paragraph level” [nível de parágrafo], situado entre a “microsegmentation” [microsegmentação] e a “macrosegmentation” [macrosegmentação] dos textos (LONGACRE, 1992). Mais recentemente, Allison *et al.* (2013) e Algee-Hewitt *et al.* (2015, p. 22) fazem do parágrafo uma estrutura de nível mediano, que ocupa uma posição única e

24 “at a “meso-level” in between the unit of a clause or sentence on the one hand, and the unit of a text, a discourse, or conversation as a whole”. (DIJK, 1981, p. 177).

central na economia dos textos. Ao falarmos de *Segmentos* e *Sequências*, trata-se de ir além desse caso particular do parágrafo, muito próprio à escrita, para ser generalizável.

Os três níveis de estruturação dos enunciados distinguidos no esquema 1 constituem uma textura complexa, pois não se passa do micronível ao mesonível, em seguida, ao macronível textual e ao macronível discursivo, conforme uma ordem ascendente de encaixamento de unidades estruturais. Para se aproximar da organização daquilo que Beaugrande (1984) chama de “sistema-texto”, distinguiremos (esquema 2, adiante) três *planos de análise linguística* e três *níveis de estruturação textual* que constituem subsistemas que interagem uns com os outros, tanto na produção quanto na interpretação: “Cada subsistema de um texto [...] funciona, em parte, de acordo com seus próprios princípios internos e, em parte, conforme demandas e retroações dos outros subsistemas.” (*op. cit.*, p. 356). Esses subsistemas interagem em permanência, conforme um duplo movimento complementar: descendente (do macro para o micro, *top-down*) e ascendente (do micro para o macro, *bottom up*).

Esquema 2



(*) Logo adiante, a maiúscula P corresponde ao conceito de período, sem excluir a noção (tipo)gráfica de frase [“Phrase”]. Sobre esses dois conceitos, ver nesta mesma obra as entradas “período” e “frase”.

4.2 O NÍVEL MICROTEXTUAL DE ESTRUTURAÇÃO

4.2.1 Do intra-P ao inter-P

- **No plano intra-P**, colocam-se as questões de morfossintaxe, de articulação das cláusulas em períodos e de pontuação (segmentação em unidades orais ou gráficas).
- **No plano inter-P**, a articulação dos enunciados depende de seis fatores de conexidade e de coesão, listados a seguir em uma ordem numérica não significativa, pois não se trata de um macrossistema ordenado. Cada um dos seis subsistemas é um fator de textualidade, mas nenhum deles é uma condição suficiente por si só. Esses diferentes subsistemas estando descritos em outras entradas da *Encyclopédie grammaticale du*

*français*²⁵ (entradas *anáforas*, *conectores*, *memória discursiva*, *tempos verbais*, *dêiticos*, *atos de discurso* etc.), veremos a seguir apenas algumas referências indicativas ou já clássicas e uma exemplificação parcial.

O entrelaçamento desses diferentes procedimentos ativos, tanto no nível intraperiódico (da frase complexa ao período) como no nível interperiódico, explica a diversidade dos julgamentos emitidos sobre a completude, a conexidade e a coesão de textos ou de porções de texto. Com efeito, quando vários desses subsistemas, conjuntamente, asseguram a ligação de uma sequência de enunciados, a impressão de *conexidade* e de *coesão* é forte. No caso contrário, essa impressão – e, portanto, o *efeito de textura* – é gradualmente mais fraco.

As ligações inter-P podem operar a distâncias curtas ou longas e ter, assim, um papel decisivo no nível mesotextual (conferindo uma certa unidade a um parágrafo ou a uma parte de texto) e no nível macrotextual (pelo jogo das redes de vocábulos e dos fatos de isotopia; a preparação de um ato de discurso pode estender-se sobre uma porção muito longa de texto). A textura fina das ligações microtextuais lança pontes entre pontos da cadeia verbal. Essa tessitura é dita microtextual, menos em razão da distância entre os pontos a ligar, que por causa do tipo das unidades linguísticas concernidas: sintagma, colocação, palavra, morfema, grafema ou fonema, sinal de pontuação, ato de discurso.

25 <http://encyclogram.fr/> <http://encyclogram.fr/>

4.2.2 Conexidade e coesão semântica [S]

S1. *Anáforas, catáforas e cadeias de referência.*

É, certamente, o domínio mais explorado e já clássico na linguística do interfrástico (APOTHÉLOZ, 1995; CORBLIN, 1987; 1995; KLEIBER, 1994; sobre a catáfora: KESIK, 1989; COMBETTES, 2001).

O funcionamento da anáfora pronominal neste texto encontrado no jornal *Le Dauphiné libéré*, de 1º de dezembro de 2012, e maliciosamente ridicularizado no jornal *Le canard enchaîné*, da quarta-feira, 19 de dezembro, esclarece bem os problemas colocados pelo tratamento da anáfora (destaco):

- (11) [P1] **Os proprietários de cães de 1ª ou 2ª categoria DEVEM** ser titulares de uma autorização de porte, expedida pela prefeitura de SEU município.
[P2] Além disso, **ELES DEVEM** ser mantidos com coleira.

A anáfora pronominal, por meio do pronome da terceira pessoa “ELES”, é tomada, textualmente, em um paralelismo entre “*Os proprietários de cães de 1ª ou 2ª categoria devem ser...*” e “*Ademais, eles devem ser...*”. De um ponto de vista textual, essa construção, fundada sobre a repetição dos dois verbos e sobre o pronome de terceira pessoa, indica qual é o tema vigente. Como mostra Kleiber (1994, p. 110-111), o pronome “ELES” é o sinal de uma continuidade temática, da manutenção do tema em vigor na frase precedente. Mas, no

final de P1, uma continuidade referencial liga, claramente, o possessivo “SEU” ao tema-tópico “os proprietários”, únicos suscetíveis de obter uma “autorização de porte *de cães*”. O constituinte nominal de abertura apresenta a particularidade de encadear dois modificadores sucessivos de um nome, introduzidos pela preposição “de”; cada vez, a extensão do nome é restringida pelo grupo preposicionado posposto: “Os proprietários < DE cães < “DE 1ª ou 2ª categoria”. Em outros termos, a informação não concerne a todos os proprietários nem aos proprietários de qualquer espécie canina. Fica a questão: foi essa dupla recursividade que perturbou o redator desse decreto municipal, que extraiu o conjunto preposicionado, determinando “cachorros de 1ª ou 2ª categoria”, no lugar do determinado “os proprietários” e da relação de posse induzida pelo complemento de nome?

A interpretação mais intuitiva e natural de “ELES” é, portanto, guiada no sentido de uma retomada do constituinte nominal de abertura “humano”, e não do complemento determinativo “cães de 1ª ou 2ª categoria”. É essa interpretação, linguisticamente guiada, que permite zombar do jornal que publicou (11). No universo estranho de (11), os proprietários de cachorros seriam, por lei, obrigados a serem, eles próprios, mantidos na coleira... pelo seu animal de companhia. Claro, fatores cognitivos intervêm na interpretação, com o objetivo de resolver os problemas de coerência e plausibilidade, em função de nossos conhecimentos do mundo e de um princípio

de economia cognitiva. O conteúdo da frase que engloba o pronome deve estar de acordo com o referente escolhido e, se não é assim, “[...] o referente convocado é eliminado, e outro candidato é chamado.” (KLEIBER, 1994, p. 108).

É exatamente o que acontece aqui: o restabelecimento do “bom referente” apoia-se na procura da pertinência (coerência isotópica) da ligação entre “eles” e “na coleira”. Todo o olhar satírico do jornal *Le canard enchaîné* consiste em jogar com esse conflito entre restrições textuais e fatores cognitivos, fundamentando a interpretação do pronome no conteúdo do texto e no saber extralinguístico supostamente partilhado (KLEIBER, 1994, p. 108). A interpretação do modelo da cena de Raymond Devos, “Meu cão é alguém”, é muito custosa em termos cognitivos, e o contexto discursivo não guia a interpretação no sentido de gênero da narrativa fantástica. O gênero legal da informação municipal é desviado pelo jornal satírico, que transforma (11) em pérola do discurso administrativo, pertencendo, então, ao gênero da história engraçada.

Outro exemplo: na primeira frase periódica-parágrafo do discurso de Valls (2), destacada em negrito na versão escrita da abertura do discurso, “ESSA”, resume o conteúdo das duas cláusulas antitéticas precedentes (como será também o caso com o “TAL” de c12 do cartaz (13) da “França livre”, citado mais adiante). “ESSA” é o instrumento de uma anáfora resumitiva (ou de encapsulamento):

(2) Demasiado sofrimento, pouca esperança,

ESSA

é a situação da França.

Nessa construção, o atributo denota uma ou mais propriedades deduzidas do cotexto anterior e atribuídas ao sujeito invertido da frase (RIEGEL; PELLAT; RIOUL, 1994, p. 616).

As pontes anafóricas e as cadeias de referência podem operar a distâncias maiores: ligar períodos entre si, assegurar a unidade de um segmento textual (ligações intraparágráficas, por exemplo), e ligar segmentos entre si: das ligações interparágráficas às ligações entre capítulos ou partes. Uma retomada pronominal assinala uma ligação forte entre parágrafos, mas é frequente que uma mudança de parágrafo tenha como consequência um restabelecimento explícito do referente, para melhor assegurar sua conservação na memória.

A questão das anáforas e da correferência é inseparável da tensão textual entre a simples *retomada-repetição* e a *progressão* da informação. As anáforas demonstrativas e as reformulações-renominações são o lugar e o meio de uma transformação do referente ao longo de um texto.

S2. Funcionamento textual da *nominalização* (MOIRAND, 1975; BERRENDONNER, 1995).

A nominalização é frequentemente utilizada para se passar de um parágrafo a outro e até de um capítulo a outro.

A retomada pode ser fiel (nominalização estrita) ou fazer progredir o sentido (nominalização com reformulação), como é o caso entre o final do capítulo VIII e o início do capítulo IX de *O pequeno príncipe*, de Saint-Exupéry:

- (12) [...] “Eu não soube então compreender nada! Deveria tê-la julgado pelos atos e não pelas palavras. Ela me perfumava e me iluminava. Não deveria jamais **ter fugido!** Deveria ter adivinhado sua ternura por trás de suas pobres astúcias. As flores são tão contraditórias! Mas eu era jovem demais para saber amá-la.

IX

Creio que ele aproveitou, para **sua fuga**, de uma migração de pássaros selvagens. Na manhã da partida, pôs seu planeta em ordem. [...]”

A mudança de enunciador (discurso direto do “pequeno príncipe”, depois, palavras do narrador) explica, parcialmente, a infidelidade da retomada. Uma nominalização estrita teria dado: “para *sua fuga*”. A escolha do lexema “*evasão*” acrescenta, à ideia de fuga precipitada, a ideia de um personagem retido no seu planeta pelo seu apego à rosa que ele ama, prisioneiro dos seus sentimentos e “que se tornara muito infeliz”, como o narrador diz um pouco antes.

S3. Progressões temáticas/remáticas (COMBETTES, 1983; CARTER-THOMAS, 2000).

O exemplo (7) de Fénéon mostra uma utilização interessante da sintaxe. O plural do tema (Agente: *Trens*) e do primeiro rema (transição verbal de dois lugares) permite englobar, em posição remática R2 e R3, três elementos provenientes de três *faits-divers* diferentes e, assim, formar um único texto:

<i>Tema</i>	<i>Rema 1</i>	<i>Remas 2</i>	<i>Remas específicos</i>
Trens	mataram	Cosson,	em Étang-la-Ville
		Gaudon,	perto de Coulommiers,
		e o empregado das hipotecas Molle,	em Compiègne.
<i>Quem?</i> <i>(agente)</i>	<i>O quê?</i>	<i>Quem? (paciente)</i>	

Esse dispositivo textual permite acumular, à direita do verbo, os nomes das vítimas na posição dos pacientes (R2). O fato de os locais das mortes serem acrescentados (remas próprios), em seguida, dá um certo alcance geográfico à ação nefasta dos trens, que parece estender-se por todo o território. Isso acentua a agentividade da máquina e a força dramática dos seus atos mortíferos. Em um mundo que se tornou louco ou fantástico, temos a impressão de assistir a uma multiplicação de ataques mortíferos.

S4. Colocações (HAUSSMANN; BLUMENTHAL, 2006) e **coocorrências de vocábulos** (LEGALLOIS, 2006; VIPREY, 2006).

Como Mayaffre (2007) mostra muito bem, é aí que se encontram a linguística textual e a análise de texto assistida por computador (análise de dados textuais ADT, também chamada Análise Textual), leitura linguística *linear* e leitura digital *tabular*. Os trabalhos mais inovadores nesse domínio, ao apontar copresenças atestadas e microdistribuições de vocábulos dentro de um texto ou de um *corpus*,

[...] visam completar a abordagem estatística paradigmática, ou não-sequencial, original da lexicometria com um tratamento mais global da superfície dos textos e dos *corpora*, capaz de dar conta de sua organização espacial, linear ou contínua: é o que doravante será designado como a sua organização *topográfica* ou *topológica*. (MAYAFFRE, 2007, p. 3).

O estudo do poema (17) mostrará isso mais adiante (§5.2.2).

S5. Isotopias: *cotopia, poliisotopia e heterotopia* (GREIMAS, 1970, p. 188 e, para a sua aplicação à questão das figuras, BONHOMME, 2005; 2006).

Na sequência de Greimas, Eco (1985a, p. 120) fala da isotopia em termos de “coerência de um percurso de leitura, nos diferentes níveis textuais” (frástico e transfrástico) e insiste na sua função de desambiguação transfrástica ou textual. A determinação do tópico é, segundo Eco (*op. cit.*, p. 131), um “movimento cooperativo (pragmático)” que leva o interpretante (leitor ou ouvinte) a “[...] determinar as isotopias como propriedades semânticas de um texto.”. É assim que

o texto publicitário (3) desliza, progressivamente, do objeto mecânico para o animado feminino (animal ou humano), já pelos dois substantivos do título-slogan e, em seguida, por meio de dois adjetivos (destaco em negrito):

(3) A Manta.

Rapidez. E temperamento!

Manta. O conversível que tem classificação: o favorito na Europa. Não é por acaso!

Há, primeiramente, sua linhagem **raceada**, incomparável. Graças a ela, a Manta se destaca, ao correr com outros carros. E isso, pela **rapidez**.

Quanto ao **temperamento**, veja, principalmente, o desempenho da nova Manta i240, com seu **impetuoso** motor à injeção 2.4l: de 0 a 100Km/h em 8,8seg., velocidade de ponta de mais de 200Km/h! [...].

Além dos efeitos figurativos – como, aqui, a metáfora da égua de concurso²⁶, induzida pelas colocações “*linhagem raceada*” e “*temperamento impetuoso*” –, os problemas de ambiguidade e desambiguação fazem sentido, particularmente, no nível da conexão-coesão semântica. Fuchs (1985) sublinha isso, lamentando a falta de “estudos sistemáticos sobre ambiguidade e a paráfrase no nível do texto”:

26 Aqui é preciso levar em conta o gênero feminino da palavra implícita que, em francês, designa o referente: “voiture” [carro]. [N. T.].

Tais estudos seriam, contudo, valiosos, pois, nesse domínio de constituição da significação, a limitação à frase aparece como uma restrição prejudicial: [...] muitas ambiguidades potenciais de frases isoladas não subsistem em um contexto mais amplo e, inversamente, outras ambiguidades são geradas pela tessitura progressiva dos significados ao longo do texto; do mesmo modo, algumas relações de paráfrase são bloqueadas ou, ao contrário, liberadas, dependendo do contexto. (FUCHS, 1985, p. 20-21).

Em (3), podemos dizer que uma ambiguidade é “[...] gerada pela tessitura progressiva dos significados [...]” e pela feminização do automóvel. Como mostra a evolução da lexicometria (SALEM, 1987), a unidade de tratamento é menos a palavra, unidade gráfica/fônica, muitas vezes ambígua, do que o *segmento*:

Assim, o estudo de segmentos repetidos oferece uma alternativa à lematização. Ele permite desambiguar os termos de maneira formal e, sobretudo, de maneira endógena, no *corpus* e não em relação a uma referência (arbitrária) ao dicionário ou à língua. (MAYAFFRE, 2007, p. 9).

4.2.3 Conexidade sustentada por “conectores” [C]

Vários tipos de “conectores” podem ser distinguidos (ADAM, 1990, p. 141-252; 2019, p. 140-160).

C1. Os organizadores textuais: organizadores espaciais, organizadores temporais, organizadores enumerativos (*aditivos e de integração linear*), marcadores de mudança de tópico (*quanto a, no que se refere a, por outro lado...*; ver COMBETTES, 1999), marcadores de ilustração e de exemplificação (*por exemplo, notadamente, em particular, como, entre outras coisas, assim...*; ver LANDOLSI, 2018). A redação de (3) ilustra bem o papel desses organizadores textuais, que são completados pelo aditivo “Acrescente a isso”:

(3) A Manta.

Rapidez. E temperamento!

Manta. O conversível que tem classificação: o favorito na Europa. Não é por acaso!

Há, **PRIMEIRAMENTE**, sua linhagem raceada, incomparável. Graças a ela, a Manta se destaca, ao correr com outros carros. **E ISSO, PELA** rapidez.

QUANTO AO temperamento, veja, principalmente, o desempenho da nova Manta i240, com seu impetuoso motor à injeção 2.4l: de 0 a 100Km/h em 8,8seg., velocidade de ponta de mais de 200Km/h!

JUNTE A ISSO, um chassi esporte rebaixado, rodas largas em metal leve, freios a disco ventilados na dianteira, amortecedores de pressão a gás Bilstein e um equipamento esportivo completo. [...]

O marcador de integração linear “*primeiramente*” assinala o tratamento do primeiro rema (P2) e o marcador de mudança de tópico “*Quanto ao temperamento*”, que abre o segundo parágrafo, anuncia a passagem para o segundo rema (P3). O encerramento do segundo parágrafo é sublinhado por um conclusivo: “*E isso, pela rapidez*”.

Poderíamos acrescentar o aditivo da segunda frase de (11), “*Além disso*”, que introduz uma informação suplementar.

C2. Os **conectores** propriamente ditos (DUCROT, 1980): argumentativos e concessivos (*mas, entretanto, no entanto, certamente, contudo, mesmo assim...*), explicativos e justificativos (*pois, porque, uma vez que, se é isso que, por isso, é por isso que...*), simples marcadores de um argumento (*mesmo, aliás, além disso...*); funcionamento periódico dos hipotéticos reais e ficcionais em SE c1 ENTÃO c2 e dos intensivos consecutivos em *tão... que*: TÃO + adjetivo c1 QUE c2 etc.

O célebre cartaz da “França livre”, espécie de versão escrita do “Apelo de 18 de junho de 1940” (ver anexo 2), apresenta uma estrutura claramente articulada em torno dos conectores argumentativos “MAS” [3] e “NO ENTANTO” [5] e dos conectores explicativos “PORQUE” [7] e “EIS PORQUE” [13], que enquadram os organizadores temporais “*Um dia*” [9], “*esse dia*” [10] e “*então*” [11], todos isolados e destacados por um sinal de pontuação (ponto e vírgula ou par de vírgulas):

[1] **A TODOS OS FRANCESES**

[2] *A França perdeu uma batalha!*

[3] **MAS** a França não perdeu a guerra!

§1 [4] Governantes de ocasião podem ter capitulado, cedendo ao pânico, esquecendo a honra, entregando o país à servidão. [5] **NO ENTANTO**, nada está perdido!

§2 [6] Nada está perdido, [7] **PORQUE** esta guerra é uma guerra mundial. [c8] No universo livre, forças imensas ainda não foram empenhadas. [9] **UM DIA**, essas forças esmagarão o inimigo. [10] É preciso que a França, **NESSE DIA**, esteja presente na vitória. [11] **ENTÃO**, ela encontrará de volta sua liberdade e sua grandiosidade.

§3 [12] Esse é meu objetivo, meu único objetivo!

§4 [13] **EIS POR QUE** eu convido todos os franceses, onde quer que estejam, a se unirem a mim na ação, no sacrifício e na esperança.

§5 [14] Nossa pátria está em perigo de morte. [15] Lutemos para salvá-la!

[16] **VIVA A FRANÇA!**

[17] [assinatura manuscrita]

GENERAL DE GAULLE

[18] QUARTEL-GENERAL,

4, CARLTON GARDENS,

LONDRES, S. W. 1]

C3. Marcadores de coesão textual (*veremos mais adiante/ depois/abaixo, ver abaixo/acima, página x/capítulo y etc.*) e **marcadores discursivos** próprios da oralidade (*bom, aí, assim, ok etc.*). Os marcadores de coesão textual são reveladores de relações intratextuais a distâncias variáveis (LEFEBVRE, 2014), da escolha de não dizer *aqui*, mas *em outro lugar* do texto (*remissão intratextual local*), no texto considerado no seu conjunto (*remissão intratextual global*: “na presente obra”, “neste artigo”) ou como dito no texto de outrem (*remissão intertextual* do tipo: *ver X; X, 2011; Cf. X*). Os marcadores do discurso oral são indicadores muito importantes.

4.2.4 Ligações operadas pela materialidade significante gráfica e fônica [M]

As retomadas de grupos de grafemas e de grupos de fonemas (**ligações isográficas e isofônicas M1**) formam espécies de isotopias do plano de expressão, denominadas “isoplasmias” pelo Grupo μ (1977, p. 34-36). Com os **paralelismos morfosintáticos** (RUWET, 1975; 1979) e as repetições sob forma de **anáforas retóricas (M2)**, com a **estruturação rítmica** dos períodos (M3; ADAM, 2019, p. 127-134, 164-171), essas ligações do significante são importantes fatores de organização textual, especialmente nos *slogans*, nos provérbios, na canção e na poesia, nos trocadilhos, nos lapsos e nos ditos espirituosos, mas também nas manchetes da imprensa escrita e na arte oratória em geral.

Essa atenção às ligações do significante tem sua origem nos trabalhos de Jakobson (1963), sobre a “função poética da linguagem” (revistos por RUWET, 1975), e na pesquisa de Saussure dedicada aos anagramas (TESTENOIRE, 2013 e, sobre os anagramas homéricos, SAUSSURE, 2013). Entre 1906 e 1909, o linguista genebrino interessou-se por um princípio de composição da poesia greco-latina que se baseia na disseminação, nos versos, das sílabas de uma “palavra-tema” (na maioria das vezes um nome próprio) e nos acoplamentos sistemáticos de fonemas e grupos de fonemas que caracterizam, em particular, os versos saturninos. Testenoire (2018) examinou como esses trabalhos de Saussure foram interpretados e reutilizados nas teorias linguísticas do texto (incluindo as ligações de significantes M1, tal como as considero aqui).

O título-slogan (3), já estudado acima, é estruturado por ligações isofônicas (M1):

(3) [P1] **A Manta.**

[P2] **Rapidez.** [P3] **E temperamento!**

Ao mesmo tempo, a sintaxe é trabalhada pelo ritmo silábico (P1 = 3 sílabas + P2 = 3 sílabas “E” P3 = 6 sílabas) e pelas ligações fônicas entre P1, P2 e o final de P3: /a mãta/... /rápidos/ ... /amãta/ .../ tēperamêto/²⁷. Podemos dizer que

27 Adaptação fonética ao original francês: LA MANta. De L'Allure. Et du tempérAMENT!; /la mãta/ ... /lalyr/ et /lamãta/ ... /tāperamã/. [N.T.].

a palavra-tema nominal presente em P1 difrata-se em P2 e em P3, segundo o funcionamento identificado por Saussure.

A primeira frase periódica-parágrafo do discurso de Valls (2), destacada em negrito na versão escrita oficial, é muito elaborada, a partir do modelo do período ternário da arte oratória, e é, inclusive, ritmicamente um belo exemplo de um período ropálico (um período cujos membros tornam-se cada vez mais longos):

- | | | | |
|-------------------|------|-----------------------------------|---------------------|
| | (c1) | TROP de sou FRANCE ^// | 4 sílabas |
| <i>Ligações</i> | | [demasiado sofrimento] | <i>Ligações do</i> |
| | | <i>Antítese</i> | |
| <i>semânticas</i> | | | <i>significante</i> |
| | (c2) | PAS / ASSEZ d'espé RANCE / | 6 sílabas |
| | | [pouca esperança] | |
| | | <i>Anáfora presuntiva</i> | |
| | (c3) | TELLE / est la situation / | 10 sílabas |
| | | de la FRANCE √// | |
| | | [essa é a situação da França] | |

Esse período é marcado por um importante trabalho do significante (M1), com as repetições, no final de cada um dos três membros do período, da sílaba “-RANce” e duas vezes “(F) RANce”. A pressão do significante gera um deslizamento metonímico da parte (os cidadãos, os franceses) para o todo (França), sob a forma de alegorização. O terceiro membro do período é a soma decassilábica dos dois membros anteriores. Não há melhor maneira de combinar um fato formal com um fato semântico.

O cartaz (13) começa com a colocação em paralelo (M2) de dois enunciados (centrados, destacados por itálico e acentuados por um ponto de exclamação), em que o segundo é a refutação argumentativa do anterior:

(13)		A França	Perdeu	uma batalha!
	MAS	a França	não perdeu	a guerra!

Assim constituído, o período assume a forma binária característica dos provérbios e ditados. Isso confere-lhe a força de um *slogan* memorizável, resumo do argumento do texto que se segue.

A frase periódica [4] é um belo exemplo sintático e rítmico (M3) de um período de quatro membros, com expansão ternária (construções deslocadas) à direita do verbo:

- (13) Gover**NANTES** **ceDENDO** ao pânico,
de o**C**asião podem **esqueCENDO** a honra,
ter capitulado, **entreGANDO** o país à servidão.

O texto (7) de Fénéon explora, plenamente, a estrutura do paralelismo (M2) e do ritmo ternário. A estrutura informacional situa-se em torno do verbo pronominal, com uma forte expansão à esquerda do verbo, que coloca em posição forte, à direita do verbo e após os dois pontos introdutórios, a explicação causal dessa acumulação de suicídios por enforcamento.

4.2.5 Ligações baseadas na recuperação inferencial das informações implícitas [i]

Como resumem Berrendonner e Béguelin (1989, p. 124),

Certamente, um texto é uma sequência de elementos. Mas estes são tanto implícitos como explícitos. Um período consiste não só de cláusulas, mas também de estados cognitivos intersticiais, produzidos por inferência, a partir da cláusula anterior, e pressupostos por aquela que se segue.

Essa ideia também está presente na teoria do texto e da leitura de Beaugrande (1984, p. 359), para quem “Uma atividade de INFERÊNCIA intervém, quando uma descontinuidade específica obriga a construir uma ponte para restabelecer a continuidade do discurso.” [ênfase no original francês]. Dependendo do grau de transparência ou opacidade que pretende dar ao seu texto, o enunciador deveria antecipar a informação que os ouvintes/leitores serão capazes de restabelecer. Várias formas de não dito participam da tessitura de sentidos, permitindo preencher os brancos da escrita e os silêncios da oralidade: as **elipses (i1;** CHERCHI, 1978; HALLIDAY; HASAN, 1976, capítulo 4, p. 142-224), os **pressupostos (i2;** DUCROT, 1969; KLEIBER, 2012), os **subentendidos (i3;** DUCROT, 1969; PERNOT, 2018) e a **intertextualidade (i4;** ADAM, 2018, p. 205-316). Como vimos acima, o texto está, a esse respeito, mais próximo da renda do que do tecido. E o não dito é tão importante quanto o dito.

Em (13), o encadeamento das duas frases tipográficas é baseado num paralelismo, tão fortemente articulado em torno do conector “MAS”, que essas duas cláusulas formam, além da fronteira do ponto de exclamação, um único período. Essa estrutura binária sob forma de entimema baseia-se na elipse (i1) de uma terceira cláusula, *premissa menor* de um silogismo: (ora) *uma guerra não se reduz a uma única batalha* [c2]. Essa cláusula c2 assegura a passagem da *premissa principal* concedida e colocada como admitida (essa é a natureza das premissas): (*certamente*) *a França perdeu uma batalha* [c1] até à *conclusão-refutação*: (portanto) *a França não perdeu a guerra* [c3].

O pequeno poema em prosa seguinte, de Baudelaire (14), permite ilustrar quase todos os casos de implicitação listados:

(14)

O ESPELHO

Um homem muito feio entra [c1] e olha-se no espelho [c2].
“Por que o senhor olha-se no espelho [c3], uma vez que só pode se ver nele com desprazer?” [c4]
O homem muito feio responde-me [c5]: “– Senhor [c5-1], de acordo com os imortais princípios de 89 [c5-2], todos os homens são iguais em direitos [c5-3]; portanto, eu possuo o direito de me mirar [c5-4]; com prazer ou desprazer, isso só diz respeito à minha consciência.” [c5-6]
Em nome do bom senso, eu tinha, sem dúvida, razão [c6]; mas, do ponto de vista da lei, ele não estava errado [c7].

A elipse (ele) do sujeito do segundo verbo do primeiro parágrafo: “Um homem feio entra e [Ø] olha-se ao espelho” é

uma elipse recuperável simples. Essa elipse acentua a unidade periódica formada pela coordenação das cláusulas c1 E c2. Uma outra elipse ocorre no parágrafo 2, marcada pela ausência de verbo atributivo do discurso direto. É preciso aguardar o início do terceiro parágrafo para que, com “O homem feio responde-me” e por pressuposição (i2, *para responder, é preciso, com efeito, que uma pergunta haja sido feita*), possamos restabelecer a elipse, entendendo que o sujeito designado pelo pronome de primeira pessoa “ME” foi o autor da pergunta. Uma outra pressuposição passa pelo conector “UMA VEZ QUE”. A asserção “só pode se ver nele com desprazer” [c4] é colocada como um fato admitido, interlocutivamente. Esse acordo, sob a forma de uma pressuposição (i2), torna possível a pergunta intrigada do narrador.

No discurso direto do terceiro parágrafo, o raciocínio do personagem assume a forma de entimema, em razão da supressão da premissa menor de um silogismo: só se pode passar da *premissa maior*, que cita a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão* [c5-2], para a *conclusão* introduzida por “PORTANTO”, apoiando-se em uma *premissa menor* do tipo: *Ora, sou um homem* (subentendido complementar: apesar da minha feiura extrema; embora “feio”, ele não deixa de ser um homem). Quanto à cláusula [c5-6] “isso só diz respeito à minha consciência”, ela contém um subentendido (i3) conclusivo: *Se me olho no espelho ou não, não é da sua conta*, e um implícito: *Não temos mais nada a nos dizer; este intercâmbio acabou!*

Um último aspecto da implicitação é também exemplificado nesse texto: a retomada de um enunciado presente em um outro texto (i4). É o caso da expressão formulaica “os imortais princípios de 89”. Esse segmento já aparece no *corpus* baudelairiano²⁸ (intratextualmente), numa passagem de *Mon coeur mis à nu* (seção 15, subseção “Portraits et anecdotes”), em que Baudelaire pinta um retrato de Charpentier, editor da *Revue nationale*, que se permitia corrigir os poemas em prosa enviados pelo poeta: “[Charpentier] que corrige os seus autores, em virtude da igualdade dada a todos os homens pelos imortais princípios de 89”. Esse mesmo segmento encontra-se, intertextualmente, na profissão de fé republicana do farmacêutico Homais, no capítulo 1 da segunda parte do romance *Madame Bovary*, de Gustave Flaubert: “Meu Deus, para mim, é o Deus de Sócrates, de Franklin, de Voltaire e de Béranger! Sou pela Profissão de Fé do vigário saboiano e pelos imortais princípios de 89!”. Esse segmento textual remete a um interdiscurso político do qual ambos os escritores distanciam-se, um e outro, ironicamente. Certamente legível por um número limitado de leitores, esse piscar de olhos intertextual e intratextual torna o personagem de “O Espelho” tão pedante e ridículo quanto o farmacêutico de *Madame Bovary* e o editor da *Revue nationale*.

28 Referência ao poeta francês Charles Baudelaire (1821-1867). [N. T.].

4.2.6 Coesão e transições enunciativas [É]

Três grandes categorias de fatos enunciativos asseguram a unidade de porções de texto e as transições entre seções enunciativamente heterogêneas: as rupturas de continuidade na assunção enunciativa e a atribuição dos enunciados (E1. DENDALE; COLTIER, 2011; ADAM, 2019, p. 90-95), de onde decorrem variações ou mesmo confrontações de *pontos de vista* (RABATEL, 1998; NØLKE; FLØTTUM; NORÉN, 2004, p. 31-37); as variações dos *planos de enunciação* (E2. SIMONIN-GRUMBACH, 1975; ADAM, 2019, p. 231-249) e os retornos ou *loops meta-enunciativos* do dizer sobre o dito (E3. AUTHIER-REVUZ, 1995).

O apagamento enunciativo que caracteriza as breves jornalísticas de Fénéon é acentuado em (6) pelo aparecimento da frase P3: “Loucos, *apparentement*”. A qualificação dos atos na categoria de doença mental é atribuída a um enunciador anônimo que imaginamos ser institucional (polícia, médicos). O enunciador distancia-se, assim, tanto dos rumores como do julgamento oficial.

Certas proposições, mais ou menos indicadas como tais, podem aparecer como enunciativamente heterogêneas. Os casos mais simples são os da citação e do discurso relatado. Do mesmo modo, o discurso direto de “o homem feio”, em (14), marcado por aspas e um travessão, e onde os pronomes pessoais de primeira pessoa EU e ME podem referir a dois

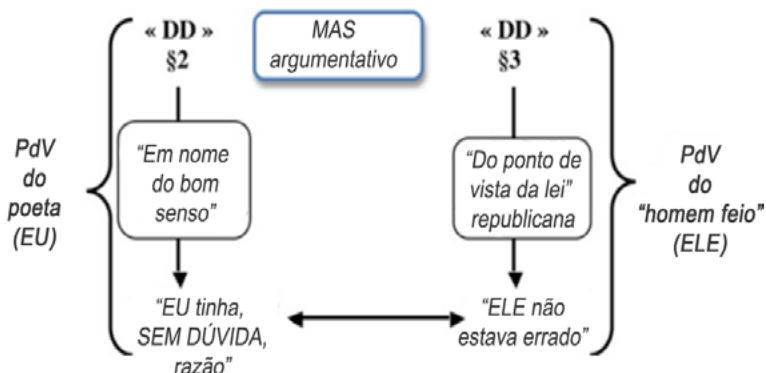
enunciadores diferentes: EU do narrador nos enunciados narrativos e EU do personagem no discurso direto. O presente de narração (“entra”, “olha-se”) e os imperfeitos do último parágrafo (“tinha”, “estava”) fazem de (14) uma narrativa embreada, enunciativamente. É, igualmente, para marcar a assunção enunciativa que servem os três *enquadrativos* presentes nesse poema: introduzem uma “enunciação mediaticizada” (GUENTCHEVA, 1994; 1996) e, portanto, pontos de vista (PdV) diferentes:

[...] “– Senhor [c5_1], **DE ACORDO COM** os imortais princípios de 89 [c5_2], todos os homens são iguais em direitos [c5_3]; portanto, eu possuo o direito de me mirar [c5_4]; com prazer ou desprazer [c5_5], isso só diz respeito à minha consciência.” [c5_6] **EM NOME DO** bom senso, eu tinha, sem dúvida, razão [c6]; mas, **DO PONTO DE VISTA** da lei, ele não estava errado [c7].

“DE ACORDO COM os imortais princípios de 89” remete ao texto da *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*. Os *enquadrativos* “EM NOME DO bom senso e DO PONTO DE VISTA da lei” opõem dois PdV, enquanto que a estrutura concessiva coloca, de maneira muito polêmica, a lei republicana e democrática fora da esfera do bom senso. Acrescentemos que a negação “ele *não* estava errado” é muito diferente da “razão” atribuída, sem negação, ao locutor-enunciador “EU”.

O dispositivo enunciativo, que se situa em torno do conector argumentativo MAS, é resumido no esquema 3:

Esquema 3



4.2.7 Sequenciação dos atos de discurso [A]

Na continuidade de Apostel (1980), Viehweger (1990, p. 48) critica, muito acertadamente, as gramáticas de texto, por não captarem a estrutura acional dos textos e pelo fato de os atos de discurso estarem “[...] ligados uns aos outros para realizarem objetivos complexos.”. Eles constituem, assim, *estruturas ilocucionárias* as quais, ele observa, “[...] encontram-se numa relação sistemática com estruturas globais de textos (por exemplo, estruturas de textos argumentativos, descritivos, narrativos etc.)” (*Id. Ibid.*). Vanderveken (1992) também insistiu nessa estruturação textual dos atos de discurso:

Um verdadeiro discurso é muito mais do que uma simples sequência finita de atos ilocucionários. Tem uma estrutura e condições de felicidade que lhe são próprias e que são irreduzíveis às dos atos ilocucionários isolados que dela fazem parte. (VANDERVEKEN, 1992, p. 64).

As *intervenções complexas* de Vanderveken (1992) são muito próximas das *estruturas ilocucionárias* de Viehweger (1990) e dos meus tipos de *sequências de base* (ADAM, 2011a): “descrições, argumentações, explicações, justificações e questionamentos” (VANDERVEKEN, 1992, p. 58). Ele os considera como atos de discurso “[...] cuja natureza é mais complexa do que a dos atos ilocucionários elementares auxiliares que os compõem.” (*Id. Ibid.*). Em sua perspectiva interacionista, Kerbrat-Orecchioni (2001, p. 58-68) retoma essa ideia de “organização sequencial dos atos de linguagem”. A famosa dedicatória de *O pequeno Príncipe*, de Saint-Exupéry, é um belo exemplo de uma unidade (peri)textual estruturada por atos de discurso (destacados em negrito), entre os quais desenvolve-se um conjunto argumentativo balizado pelos conectores SE-ENTÃO e PORTANTO, aos quais MESMO pode ser acrescentado, assim como o MAS do parêntese final:

(15)

A Léon Werth

Eu peço perdão às crianças por **haver dedicado este livro a** uma grande pessoa. Tenho uma séria desculpa: essa pessoa grande é o melhor amigo que tenho no mundo. Tenho outra desculpa: essa pessoa grande pode compreender tudo, **MESMO** os livros para crianças. Tenho uma terceira desculpa: essa pessoa grande mora na França, onde ela tem fome e sente frio. Ela tem bastante necessidade de ser consolada. **SE** todas essas desculpas não são suficientes, quero **dedicar este livro à** criança que foi, antigamente, essa pessoa grande. Todas as pessoas grandes foram, primeiramente, crianças. (MAS poucas entre elas lembram-se disso.) **Eu corrijo, PORTANTO, minha dedicatória:**

A Léon Werth

quando ele era menino.

O enunciado “A Léon Werth”, amigo judeu do autor, que foge da polícia de Vichy e procura escapar da Gestapo, é um ato ritual no limiar de um livro (performativo implícito: “Dedico este livro a Léon Werth”). Contudo, de maneira surpreendente e rara, o escritor detém-se nesse primeiro ato de dedicatória, antes de reiterá-lo após outro ato (performativo metadiscursivo): “Corrijo”, no final do texto. Outro ato de discurso forte intervém entre os dois: “Peço perdão”, antes que uma tripla desculpa seja alegada, obviamente julgada

insuficiente, dialogicamente, mas que permite ao autor de *Piloto de guerra* e de *Carta a um refém* inscrever *O Pequeno Príncipe* no contexto histórico da “Ocupação” e da escrita no exílio de um livro publicado pela primeira vez em Nova Iorque, em 1943.

No cartaz político (13), os atos sucessivos de concessão [5], de explicação [7], de predição [9 a 11] preparam *o apelo* propriamente dito: “Convido todos os franceses ...” [13]. Esse apelo à deserção e ao engajamento na guerra, contra a decisão de capitulação do governo então vigente, só ocorre no término de uma longa preparação argumentada que o torna possível, ao legitimá-lo. O texto encerra com uma injunção à ação (imperativo de primeira pessoa do plural, “Lutemos todos ...” [15]), que vai além do convite de [13].

5 DA TEXTURA À ESTRUTURA TRANSFRÁSTICA/TRANSPERIÓDICA

5.1 O NÍVEL MESOTEXTUAL

Levar em consideração a escrita como fato autônomo permitiu o surgimento de um estudo linguístico da *pontuação do texto*. De acordo com a concepção da “imagem textual”, desenvolvida por Neveu (2000), podemos distinguir dois tipos de fatos de pontuação que, ainda que próprios da escrita, lembram a distinção comum entre *função expressiva*

(icônica) e *função demarcatória* (convencional) da entonação na oralidade (distinção contestada por MOREL; DANON-BOILEAU, 1998, p. 9-12).

- Os *fatos de modulação* agrupam os “acréscimos tipográficos” tais como itálico, negrito (ex. 2), sublinhado, aspas, e os diferentes procedimentos de ênfase gráfica, como os “sinais de pontuação da afetividade” (os pontos de exclamação de (3) e (13), em particular). Ligados às necessidades enunciativas da escrita, esses fatos são bem descritos por Dahlet (2003), em *Ponctuation et énonciation*.
- Com os *fatos de segmentação* (fronteiras gráficas), passamos dos fatos microtextuais a fatos meso e macrotextuais, que não foram suficientemente distinguidos de forma clara por Neveu (2014 [2000], p. 2):

[...] envolvidos nos mecanismos de hierarquização das zonas de localidade e que formam fronteiras gráficas intrafrásticas ou transfrásticas: pontuação de separação e de fechamento dos segmentos sintáticos, modos de inserção das sequências textuais nas estruturas englobantes, títulos, tipos de planos – numéricos, alfanuméricos etc. –, numeração e estrutura volumétrica dos parágrafos, gestão das alíneas e dos espaços etc.

Ao falar de “pontuação de sequência”, Dahlet (2003, p. 52) descreve esses *fatos de segmentação* como “[...] meios de balizar,

agrupar/desagrupar e hierarquizar os conteúdos [...]” em um nível textual. Essa ideia já está presente na textologia de Laufer (1986, p. 76): “A valorização tipográfica articula, visualmente, a profundidade dos níveis textuais.”. O que é válido, como mostra a enumeração de Neveu (2000), tanto no nível microtextual do período como no nível mesotextual da estruturação interna dos parágrafos e das sequências textuais, assim também no nível macrotextual das seções, partes e capítulos, dos planos de texto e das fronteiras peritextuais (títulos etc.).

Na escrita, é necessário distinguir os *atos de segmentação microtextual*, os *atos de segmentação mesotextuais* (como a alínea e o parágrafo) e os *atos de segmentação macrotextuais* (títulos, subtítulos e intertítulos, planos digitais, alfanuméricos, brancos intercalares). No nível mesotextual, a *alínea simples* delimita a fronteira gráfica do parágrafo pelo recuo e o espaço em branco no final da linha (linha oca). A *alínea marcada* com branco de uma ou várias linhas entre os parágrafos permite, no nível macrotextual, balizar as fronteiras de grupos de parágrafos e, portanto, as partes de um plano de texto.

Mudar de linha para iniciar um novo parágrafo serve para agrupar um conjunto de frases/períodos estreitamente relacionados ou, destacando-a, para realçar uma cláusula ou um período que formam uma frase gráfica. Isso permite, por exemplo, desligar (ou não) o discurso direto do seu contexto

narrativo ou argumentativo, separar uma narrativa de um cotexto dialógico ou argumentativo, ou explicativo, no qual está inserido, isolar um bloco descritivo ou fragmentar uma descrição em partes, ou uma narrativa em episódios etc. Assim, os parágrafos §2 e §3 do cartaz (13) passam por uma transformação significativa na tradução em inglês (13bis), colocada na parte inferior do cartaz (destaco em negrito as frases tipográficas 12, 14 e 15 em questão; ver anexos 2 e 3):

(13) [1] A TOUS LES FRANÇAIS [...]

§2 [6] Rien n'est perdu, [7] parce que cette guerre est une guerre mondiale. [8] Dans l'univers libre, des forces immenses n'ont pas encore donné. [9] Un jour, ces forces écraseront l'ennemi. [10] Il faut que la France, ce jour-là, soit présente à la victoire. [11] Alors, elle retrouvera sa liberté et sa grandeur. [12] **Tel est mon but, mon seul but!**

§3 [13] Voilà pourquoi je convie tous les Français, où qu'ils se trouvent, à s'unir à moi dans l'action, dans le sacrifice et dans l'espérance.

[14] **Notre patrie est en péril de mort.**

[15] **Luttons tous pour la sauver! [...]**

(13bis) [c1] **TO ALL FRENCHMEN.. [...]**

§2 [6'] Nothing is lost, [7'] because this war is a world war. [8'] In the free universe immense forces have not yet been brought into play. [9'] Some day these forces will crush the enemy. [10'] On that day France must be present at the Victory. [11'] She will then regain her liberty and her greatness.

§3 [12'] **That is my goal, my only goal!**

§4 [13'] That is why I ask all Frenchmen, wherever they may be, to unite with me in action, in sacrifice and in hope.

§5 [14'] **Our Country is in danger of death. [c15] Let us fight to save it! [...]**

[[c1] **A TODOS OS FRANCESES [...]**

§2 [6] Nada está perdido, [7] porque esta guerra é uma guerra mundial. [8] No universo livre, forças imensas ainda não foram empenhadas. [9] Um dia, essas forças esmagarão o inimigo. [10] É preciso que a França, nesse dia, esteja presente na vitória. [11] Então, ela encontrará de volta sua liberdade e sua grandiosidade.

§3 [12] **Esse é meu objetivo, meu único objetivo!**

§4 [13] Eis por que eu convido todos os franceses, onde quer que estejam, a se unirem a mim na ação, no sacrifício e na esperança.

§5 [14] **Nossa pátria está em perigo de morte. [c15] Lutemos para salvá-la! [...]**

[12] é destacado do §2 para formar um novo parágrafo. O §3 é retomado para formar um §4 construído em paralelo com o novo §3, paralelismo baseado no mesmo início de parágrafo por “That is...”. Por fim, [14] e [15], na posição de alíneas centrados em (13), são combinados para formar o último parágrafo (§5) do corpo argumentativo do cartaz em inglês. Isto reforça a unidade dessas duas frases, que formam uma unidade periódica na qual a dramatização de [14] justifica [15].

Na oralidade, são as pausas marcadas, os marcadores discursivos e as entonações descendentes, juntamente com a completude sintática e certos movimentos corporais, que servem como marcas textuais. Isso completa, evidentemente, o papel microtextual das pausas e da prosódia na marcação das construções deslocadas e de outros incisos microcrossintáticos. Em *Forms of talk*, Goffman (1978) destaca unidades que, na oralidade conversacional, para além dos períodos, podem ser consideradas como equivalentes do parágrafo: os turnos conversacionais (“*turns of talk*”) emparelhados sob a forma de intercâmbios bipartidos (“*two-party interchanges*”) estão ligados entre si por uma ou mais sequências (iso)tópicas ou percursos temáticos (“*topical runs*”):

Elocuções não são situadas em parágrafos, mas em turnos em situações de fala, implicando uma tomada temporária da palavra, assim como uma alternância de falantes. Os

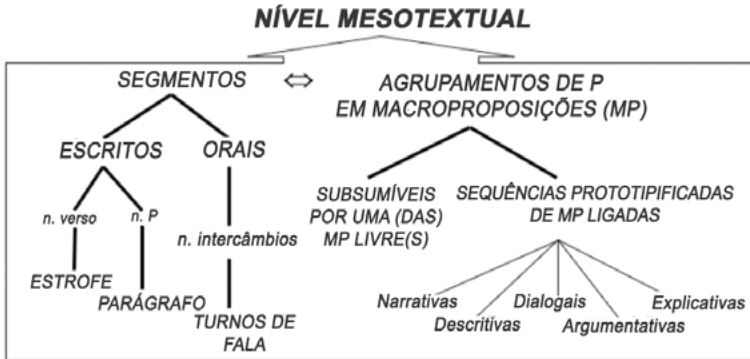
próprios turnos são, naturalmente, emparelhados em intercâmbios bilaterais. Os intercâmbios são ligados por fios marcados por uma espécie de topicalidade. Um ou mais desses fios tópicos constroem o corpo da conversação. (GOFFMAN, 1978, p. 787).²⁹

Os trabalhos sobre os textos conversacionais enfatizam que um diálogo-conversação é uma coconstrução, uma realização interativa (SCHEGLOFF, 1982) que se apresenta não somente como uma sucessão de intercâmbios, mas como uma estrutura hierarquizada de intercâmbios. Importa pouco que essa forma de textualização seja poligerada (intervenções de vários locutores), pois os participantes sucessivos estão, quer queiram quer não, engajados na coconstrução de um único texto.

O nível mesotextual da estruturação compreende, de fato, dois componentes cuja combinação é muito flexível: os *segmentos* no plano da divisão gráfica ou sonora dos enunciados e os *agrupamentos de frases/períodos (P) em macroproposições (MP)* no plano semântico (esquema 4, a seguir).

29 Utterances are housed not in paragraphs, but in turns at talk-occasions implying a temporary taking of the floor, as well as an alternation of takers. Turns themselves are naturally coupled into two-party interchanges. Interchanges are linked in runs marked off by some sort of topicality. One or more of these topical runs make up the body of a conversation. (GOFFMAN, 1978, p. 787).

Esquema 4



Enquanto unidades de sentido, os *segmentos*, enfatizados por alíneas na escrita e pausas marcadas na oralidade, são constituídos por um número indeterminado de *cláusulas* ligadas dentro de frases gráficas e períodos. A alínea e a pausa marcada conferem ao parágrafo (ou à estrofe, nos poemas, nas canções e nas cantigas) uma *conexidade* e uma *coesão semântica* subsumível por, ao menos, uma MP que resume o tema-tópico (papel dos títulos e intertítulos) ou o ato de discurso englobante (por exemplo, qualificando (13) como “Apelo de 18 de junho de 1940”).

As MP correspondem a sequências de processamento no curso das quais os agrupamentos de cláusulas, de frases e de períodos resultam na construção de unidades de sentido de maior nível de complexidade. Assim, no exemplo (15) da dedicatória de Saint-Exupéry, a cláusula hipotética “SE todas essas desculpas não são suficientes...” resume a sequência das três desculpas apresentadas e pode ser vista como uma forma de empacotar as quatro frases tipográficas anteriores. Vimos

a mesma operação de resumo de um conjunto de cláusulas por meio dos anafóricos “esse” do cartaz (13-c12) e “essa” do discurso de Valls (2- c3).

É esse mecanismo, chamado “*chunking*”, por Johnson-Laird (1988), que o conceito de MP abrange. Um “*chunk*” (literalmente, “pedaço grosso”) é um pacote, o resultado de um empacotamento que combina informações (cláusulas e períodos, frases gráficas) para lhes dar um sentido global. Uma MP combina elementos que estão bastante fortemente associados entre si, para fazer sentido, o que alivia cognitivamente a memória de trabalho e permite prosseguir o processamento do resto do texto. Na produção, o realce desses empacotamentos visa facilitar o trabalho interpretativo do destinatário. A operação de empacotamento baseia-se num trabalho de seleção de informações julgadas importantes e na eliminação de informações consideradas secundárias (FAYOL, 1992, p. 112-117).

A operação de condensação das informações envolve, em função dos conhecimentos dos interpretantes, pela utilização de conceitos superordenados que substituem listas ou séries, sequências de ações assimiladas a *scripts* de ação (ir a um restaurante ou ao teatro, pegar um avião ou um trem etc.) ou *cenas* prototípicas (cena doméstica, declaração de amor, funeral, duelo em um faroeste ou em um filme de capa e espada etc.). Esses *scripts* e essas *cenas* contêm actantes esperados, sequências acionais previsíveis e palavras estereotipadas. Essa operação de empacotamento não é puramente linear,

uma vez que certos blocos ou pacotes estão hierarquizados de acordo com padrões de agrupamentos, enquanto outros são mais flexíveis e circunstanciais. Esses agrupamentos-empacotamentos formam assim – na oralidade como na escrita – seja MP que chamaremos livres, seja MP ligadas a várias outras MP. É a esses agrupamentos que dou o nome de *sequências pré-formatadas* (ADAM, 2011a).

A *mesoestruturação sequencial* é, como os gêneros de discurso, objeto de um aprendizado paralelo ao da língua. Ao aprendermos a língua de um grupo social, aprendemos, ao mesmo tempo, os sistemas de gêneros discursivos nos quais essa língua realiza-se e que a restringem, mas também aprendemos a distinguir e a utilizar o que Swales (1990) considera como formas *pré-genéricas* de textualização. A teoria das sequências, desenvolvida em Adam (2011a), estuda cinco modos pré-formatados de articulação de sequências de frases/períodos em pacotes de MP hierarquizadas e ligadas: descritivos, narrativos, argumentativos, explicativos e dialogais. Nesses *empacotamentos sequenciais* pré-formatados e pré-genéricos, se cada MP é constituída por um número indeterminado de cláusulas, cada tipo de sequência compreende, em contrapartida, um número determinado de MP de base, muito fortemente ligadas entre si e mesmo ordenadas (exceto no caso da sequência descritiva, cuja ordem não é tão restritiva como a dos outros quatro tipos de sequências). Na escrita, cada uma destas MP pode formar um parágrafo, ou

essas MP ligadas podem ser agrupadas num único parágrafo, reforçando, assim, a legibilidade da sequência.

- Em uma *sequência narrativa*: ligação de uma MP1-*Situação inicial* com uma MP5-*Situação final*, ou *desfecho da história*, e de uma MP2-*Nó* com um MP4-*Desenlace*, entre as quais se insere uma MP3-*Re-Ação* ou *Avaliação*, como no exemplo (1), onde a primeira frase resume o conjunto do *fait-divers*: o infinitivo narrativo da abertura estabelece o quadro, enquanto que o uso do pretérito perfeito do verbo “ser” apresenta, desde então, o desenlace:

- (1) Dormir no vagão [= MP1] foi mortal [= MP5] para o Sr. Émile Moutin, de Marselha.
Ele estava apoiado na porta; [= MP2] (*não é o fato de dormir que desencadeia – nó – a história, mas, certamente, o fato de apoiar-se na porta*) esta abriu-se, [= MP3] (*causalidade acidental, sem intencionalidade*) ele caiu. [= MP4] (*causa final de morte = desenlace*)

- Em uma *sequência dialogal* (ou intercâmbio): uma MP1-*Pergunta* está ligada a uma MP2-*Resposta*, seguida de uma MP3-*Avaliação* dessa resposta, que encerra o intercâmbio.
- Em uma *sequência explicativa*: uma MP1-*Por quê?* está ligada a uma MP2-*Porque*, seguida (como no caso anterior) de uma MP3-*Avaliação* dessa explicação. O *Por quê* é, normalmente, precedido pela descrição de um *Objeto* ou de uma *Situação problemática*-MP0.

- Em uma *sequência argumentativa* mínima: uma MP1-*Dados(s)-argumento* leva, por inferência, a uma conclusão MP3-*Conclusão*. Essa transição é possibilitada por uma MP2-*Sustentação*. Essa estrutura de base é, frequentemente, precedida por uma MP0-*Tese anterior* (ou ponto de vista adverso que pode ser desenvolvido, abrangendo um *Argumento* adverso que leva a uma *Conclusão* adversa) que MP1 visa refutar. A possibilidade de um bloqueio da sustentação pode causar a bifurcação do movimento argumentativo: MP1 leva a MP3, exceto se houver *Restrição*-MP4. No caso dos entimemas do cartaz de 1940 (13) e do discurso do homem feio em (14), a passagem do argumento (MP1-premissa maior admitida) para a conclusão (MP3) é apresentada sem a sustentação implícita do silogismo (MP2-premissa menor).

Eco (1985a, p. 145) insiste no fato de que, no caso da narrativa, “[...] as macroproposições pelas quais o leitor atualiza a fábula não dependem de uma decisão arbitrária: elas devem, de alguma forma, atualizar a fábula veiculada pelo texto.” Isto é, para além do caso da narrativa, devem atualizar as etapas da construção de um sentido que a mesoestruturação dá a ler, mais ou menos explicitamente, sob a forma de “macroproposições consistentes” (ECO, 1985a, p. 146). Na sua *Apostille au “Nom de la rose”*, ele alude a esse conceito de *macroproposição* nos seguintes termos: “Na narratividade, o fôlego não é confiado a frases, mas a macroproposições mais amplas, a escanções de acontecimentos.” (ECO, 1985b, p. 50). À luz da noção de *processo* e dos cinco momentos

(*m*) constitutivos do aspecto, dispomos de um modelo que explica a dupla estrutura ternária da sequência narrativa: *antes do início do processo, processo propriamente dito, depois do processo*, por um lado, e por decomposição dos *momentos* do próprio processo, por outro: *início, desenvolvimento e fim*. Daí as três ou cinco MP que permitem resumir uma narrativa completa:

- m1 = ANTES do processo (ação iminente)	=MP1
- m2 = INÍCIO do processo (começar a, pôr-se a)	= MP2
- m3 = DURANTE o processo (continuar a)	= MP3
- m4 = FIM do processo (terminar de)	= MP4
- m5 = APÓS o processo (realização recente)	= MP5

Esta outra “*notícia em três linhas*” de Féneon segue perfeitamente esse modelo:

- (14) No lago de Annecy, três jovens nadavam [= MP1]. Um, Janinetti, desapareceu [= MP2]. Mergulho dos outros [= MP3]. Eles o trouxeram [= MP4], mas morto [= MP5].

Enquanto esta outra não segue exatamente a cronologia dos momentos:

- (15) Seu boné de guarda florestal havendo voado [= MP1], Cristian, que descia em carroça o penhasco Vologne (Vosges) [= MP2], saltou [= MP3] e, ao cair, [= MP4] morreu [= MP5].

No âmbito da oralidade, os especialistas dos intercâmbios conversacionais identificam fatos comparáveis. É o caso, por

exemplo, de Selting (2000), que se aproxima do que dissemos acima sobre as sequências de atos de discurso e os diferentes tipos de sequências:

Outros tipos de atividades que, rotineiramente, parecem ser construídas com mais de uma cláusula ou sentença são os “grandes pacotes”, ou “grandes projetos”, como, por exemplo, a contação de histórias ou piadas, as descrições, as orientações de direção ou rumo e a formulação de argumentos complexos em sequências argumentativas (SELTING, 2000, p. 482).³⁰

Não devemos confundir a dupla organização transfrástica do discurso, por um lado, com os *gêneros discursivos*, e, por outro, com “[...] as regras, transversais aos gêneros, que regem uma narrativa, um diálogo, uma argumentação, uma explicação...”. (MAINGUENEAU, 2014a, p. 19). Em um nível mesotextual pré-genérico e que, por isso, atravessa os gêneros, as sequências são organizações transfrásticas/periódicas que articulam e hierarquizam agrupamentos de enunciados em várias MP ligadas.

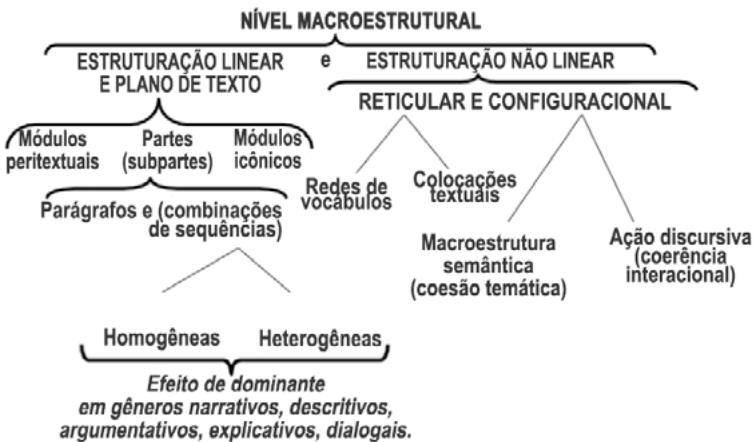
30 Other kinds of activities that routinely seem to be constructed with more than one clause or sentence are « big packages » or « larger projects » e. g. the telling of stories or jokes, descriptions, direction-giving, and the formulation of complex arguments in argumentation sequences. (SELTING, 2000, p. 482).

5.2 O NÍVEL MACROTEXTUAL

Uma dupla estruturação *linear* inter-P e trans-P (micro e mesotextual) e não linear (configuracional e reticular) faz de todo texto um sistema complexo de relações de interdependência, resumidas no esquema 5.

O efeito de texto resulta da combinação de uma organização linear (conexidade orientada, restringida pela sintagmática da língua em discurso) e de dois modos não lineares de construção de sentido: a percepção de um todo de sentido que faz a unidade do texto (*estruturação configuracional*) e a presença de redes de vocábulos recorrentes e coocorrentes (*estruturação “reticular”*, segundo o termo acima colocado) (LEGALLOIS, 2006; VIPREY, 2006).

Esquema 5



5. 2. 1 Estruturação reticular e configuracional

A unidade de um todo verbal pode ser gerada pela *coesão temática* que um título ou um resumo dão a ler e pela *coerência interacional de uma macroação discursiva*. Uma máxima moral de uma fábula ou de um conto, a reprodução de um prato pronto numa receita de cozinha ou de um móvel montado numa instrução de montagem são todas formas de atualização dessa estrutura configuracional.

Antes dos recentes desenvolvimentos da análise automática de dados textuais, Weinrich (1973) já falava do texto como uma “rede de determinações” e da compreensão como um duplo movimento progressivo e retrospectivo:

É manifestamente uma totalidade, em que cada elemento mantém, com os outros, relações de interdependência. Esses elementos e grupos de elementos seguem-se em uma ordem coerente e consistente, em que cada segmento textual compreendido contribui para a inteligibilidade do que se segue. Este último, por sua vez, uma vez decodificado, lança luz retrospectivamente sobre o precedente [...]. É assim que procedemos para compreender um texto. Toda frase (e pouco importa o que entendemos exatamente por esse termo) está subordinada a cada uma das outras na medida em que ela não é simplesmente decodificada em si mesma, mas participa na compreensão do conjunto das

outras. Isso prova a solidariedade de todos os elementos nessa *rede de determinações* que é um texto. (WEINRICH, 1973, p. 174; destaque).

A distribuição reticular das formas verbo-temporais por toda a superfície textual é descrita por ele como “um complexo de determinações, uma rede de valores textuais” (WEINRICH, 1973, p. 13). Vimos acima que as formas verbo-temporais associam-se a pronomes e advérbios para formar planos de enunciação cujos encadeamentos (continuidade e rupturas) ultrapassam, amplamente, as fronteiras frásticas para formar agrupamentos de subconjuntos locais.

As repetições de palavras, colocações e coocorrências são um fator determinante da textualidade. Passar do léxico (em língua) para a estruturação em vocábulos, próprio de um texto, requer um olhar e métodos livres da linearidade, tal como permite o processamento quantitativo de dados textuais:

A leitura digital dos computadores é uma leitura paradigmática suscetível, numa escala suprafrástica (o parágrafo, por exemplo, a parte, o *corpus*) e numa *lógica não sequencial*, de tratar das copresenças linguísticas atestadas, estudar a microdistribuição dos termos (as afinidades e repulsões lexicais locais), medir os entornos de uma unidade linguística pivô, evidenciar isotopias ou isotropias. (MAYAFFRE, 2007, p. 2; destaque).

Programas computacionais como *Lexico 3*, *Hyperbase* ou *Arborling*, que integram uma função de *topografia* ou *topologia textual*, permitem visualizar na tela, frase por frase, parágrafo por parágrafo ou parte por parte, por meio de quadrados sucessivos, a presença (ou não) e a coocorrência de vocábulos ao longo do fio contínuo de um texto ou de um *corpus* de textos (até três mil quadrados-parágrafos, ou seja, várias centenas de páginas de um ou mais textos, são visíveis numa tela tradicional). A combinação da leitura linear e da leitura tabular (FRESNAULT-DERUELLE, 1976; ADAM, 1991, p. 191-214; FLOREA, 2009) assume aqui todo o seu sentido: passar da linha, frase ou parágrafo, para a legibilidade de um texto tomado como um todo. Mayaffre (2007, p. 4-7) estuda, desse modo, o que acontece com vocábulos como “Europa” ou “fratura social” nos sucessivos discursos presidenciais de Jacques Chirac.

A legibilidade dos textos poéticos, inseparável de sua disposição no espaço gráfico da página, baseia-se na sua *tabularidade*: a função dos dispositivos métricos é ir além da legibilidade linear da linha do verso, a fim de relacionar unidades verbais distantes umas das outras e repartidas em estrofes (ou parágrafos, em poemas em prosa). A rima e o dispositivo espacial do poema encorajam o retorno e os ecos semânticos ou fonográficos (ANIS, 1983; ADAM; HEIDMANN, 2009, p. 102-112).

(17) ESTAÇÃO DAS SEMEADURAS. O ENTARDECER

	<i>Sujeito lírico</i>	<i>Núcleo verbal</i>	<i>Aposição caracterizante</i>	<i>Objeto humano</i>
(E1) É o momento crepuscular.	Eu	admiro,	sentado sob um portal,	
Eu admiro, sentado sob um portal,				
Esse resto de dia do qual se ilumina				Ø
(E2) A última hora do trabalho.		Eu contemplo, emocionado,		
Nas terras, de noite banhadas,				um VELHO
Eu contemplo,				
(E3) emocionado, os trapos				SUA silhueta
De um velho que joga aos punhados	NÓS	sentimos	Ø	ELE
A colheita futura nos sulcos.				
(E4)				ELE
Sua alta silhueta escura				
Domina as profundas lavouras.	E eu	medito,	obscura testemunha,	(5 elipses)
Nós sentimos a que ponto				
(E5) ele deve crer				
Na fuga útil dos dias.	Ø	Ø	Ø	gesto solene do SEMEADOR
Ele anda na planície imensa,				
Vai, vem, lança o grão ao longe,				
Reabre a mão, e recomeça,				
E eu medito, obscura testemunha,				
Enquanto que, desdobrando seus véus,				
A sombra, em que se mistura um rumor,				
Parece alargar até às estrelas				
O gesto solene do semeador.				

23 de setembro (1865)

Chansons des rues et des bois, Livre second, Sagesse, I (*Ama, crede*)

Victor Hugo constrói um dispositivo enunciativo no qual o sujeito lírico apaga-se, progressivamente (passagem de EU para um sujeito indeterminado e para o estatuto de OBSCURA TESTEMUNHA), em benefício do objeto do seu olhar (que aparece na estrofe 2 e desaparece, em benefício do seu gesto sagrado e simbólico, na estrofe 5).

A progressão lexical dos verbos (*admirar, contemplar, sentir e meditar*) torna legível uma interiorização progressiva sublinhada pelas posições. A distribuição e a modificação desses dados verbais dão a ler, de estrofe em estrofe, um sentido muito complexo: aqui nada menos que o estatuto do poeta romântico que se apaga, progressivamente, passando do *eu* do observador para o *sujeito indeterminado* e torna-se *obscura testemunha*, ao ponto de desaparecer da última estrofe (para um estudo da gênese desse texto, ver ADAM, 2018, p. 79-100).

5.2.2 Os planos de texto

Ao assegurar a visolegibilidade de um *plano de texto*, um título e intertítulos, um sumário ou uma tabela de conteúdos são marcadores da *estruturação configuracional*. Pela simples varredura do peritexto, eles tornam possível a leitura de um todo, a partir de uma percepção da organização hierárquica dos diferentes níveis textuais de profundidade. Esses enunciados, geralmente em forma de frases não verbais, resumem a *coesão temática* de um texto completo ou de suas partes e subpartes, que formam, elas próprias, várias unidades de sentido.

Foi visto, anteriormente, que o peritexto mínimo de um texto é a presença de um *título*, mas que podem vir se juntar, um *subtítulo*, um *lide*, um *resumo*, uma *dedicatória* e um *exórdio*, um *prefácio* e um *posfácio*. São os *enunciados peritextuais internos* (*intertítulos*, *numeração de seções* ou de *lugar de um texto em uma coletânea*, *ilustrações* e suas *legendas*, *notas*) que delimitam as fronteiras das subpartes, para fazer delas tantas subunidades de sentido, e sinalizam, assim, a presença de um plano de texto. Os *sumários* e as *tabelas de conteúdos* dão a ler, explicitamente, o plano de texto, de forma mais ou menos detalhada, conforme os gêneros de discurso.

Na escrita, um *plano de texto* torna mais ou menos visolegível as unidades trans-P que, entre o título e o ponto final, organizam os sentidos em *parágrafos*, *grupos de parágrafos*, *partes* ou *seções*, *subpartes*, *capítulos*. Essa visolegibilidade é o resultado de uma cooperação da macropontuação branca (alíneas, espaços em branco entre linhas, saltos de página) e a macropontuação preta (*intertítulos*, *numeração decimal* ou *marcação alfabética*, *pontos marcadores* ou *travessões de início de linha*). O grau de visolegibilidade dos planos de texto depende do número de enunciados peritextuais e da segmentação (tipo/logo)gráfica.

As textualidades orais dispõem de menos meios específicos de gestão de memória e de destaque do plano de texto. É por isso que os suportes visuais anexos exercem um papel importante: *PowerPoint*, *exemplário*, *telas* e *tabelas em geral* (DOQUET, 2017).

No conceito de *plano de texto*, é preciso integrar não apenas os *componentes ou módulos peritextuais verbais*, mas também os *componentes peritextuais icônicos* (vinhetas, fotos, gráficos, ilustrações e legendas de ilustrações, ornamentos tipográficos de final de capítulo ou livro, frisos florais). Como veremos mais adiante, os módulos gráficos são particularmente importantes nos textos icônicos plurissemióticos do tipo *receitas de cozinha, artigos de mídia escrita, publicidades, cartazes etc.*, mas também em *livros ilustrados, nas enciclopédias e nos manuais*, assim como nos *anúncios publicitários*.

Sob a dependência das línguas, dos gêneros e dos modelos intertextuais que circulam em uma formação social, os planos de texto dependem, muito amplamente, do grau de pré-formatação dos textos *pelos gêneros discursivos e pelas sequências pré-genéricas*. Isso quer dizer que fatores “descendentes”, que fazem parte do estoque de conhecimentos dos sujeitos, permitem apoiarem-se, tanto na produção, quanto na interpretação, em planos de texto que têm padrões pré-formatados. Isso cria expectativas e uma previsibilidade que facilitam o trabalho interpretativo, mas esses padrões textuais podem, certamente, por razões variadas, ser desviados, embaralhados ou ocultados. O produtor de um texto pode, em princípio, até mesmo renunciar a esses padrões, em nome de uma concepção da criatividade.

Os gêneros orientam a distribuição das sequências narrativas, do diálogo, da descrição, da argumentação e da explicação: um *conto maravilhoso* comporta, geralmente,

tanto narração quanto diálogos, mas muito pouca descrição e uma moral facultativa em forma de argumentação; um *texto teatral* é amplamente dominado pelo diálogo e pouco descritivo, mas pode comportar monólogos narrativos (ADAM, 2011b, p. 245-296); um *exemplum narrativo* é inserido em uma argumentação, e um *conto etiológico*, em um movimento explicativo em *por quê?*; na *anedota* e na *piada*, geralmente, o brusco encerramento da narrativa assume a forma de um jogo de palavras etc. (ADAM, 2011b).

Para tomar apenas um exemplo, a despeito da inegável diversidade genérica, a forma epistolar apresenta um plano de texto relativamente restrito. Para a tradição medieval, uma carta comporta cinco partes: a *salutatio*, a *captatio benevolentiae*, a *narratio*, a *petitio* (pedido ou objeto da carta) e a *conclusio*. A tradição clássica hesita entre cinco ou três grandes unidades: a entrada em contato com o destinatário da carta, que corresponde ao *exórdio* da retórica, a apresentação e o desenvolvimento do objeto do discurso e, por fim, a interrupção final do contato, ou conclusão. Embora monogerido, esse plano de texto está, como é natural, muito próximo da estrutura dos textos dialogais-conversacionais: duas *sequências fáticas*, de abertura e de fechamento, enquadram três *sequências transacionais* que constituem o corpo da interação. Os diferentes gêneros epistolares regulam as variações, tanto formais quanto estilísticas, desse dispositivo. Distinguiremos, portanto, muito simplesmente, em toda forma de epistolar, o seguinte plano de texto de base:

ABERTURA	EXÓRDIO	CORPO DA CARTA	PERORAÇÃO	FECHAMENTO
<i>Termos de endereçamento e indicações de lugar e tempo</i>				<i>Cláusula (fórmula de polidez e assinatura)</i>
<1>	<2>	<3>	<4>	<5>

Facultativas e mais ou menos desenvolvidas, as partes <2> e <4> do plano de texto são zonas discursivas de transição (abertura-preparação e fechamento-conclusão), entre os momentos inicial <1> e final <5>, com dominante fática, e o corpo da carta <3> propriamente dito. Elas comportam todas as características que a retórica atribui, tradicionalmente, ao exórdio <2> e à peroração <4>: por um lado, preparar <2> a recepção do intercâmbio, tratando com deferência a face do outro (do familiar ao mais solene) e introduzindo seu assunto, e, por outro, recapitular <4> e conseguir convencer, introduzindo, eventualmente, mais sentimento e preparando as futuras interações com o destinatário (em particular, sua resposta).

O gênero epístola dedicatória é um gênero argumentativo do epistolar. Aliás, em Heidmann e Adam (2010), estudo o exemplo do texto de Perrault, dedicado à filha do irmão do rei Luís XIV, *Mademoiselle*, conforme seu título, Elisabeth Charlotte d'Orléans. Ao mesmo tempo, esse texto serve de prefácio para *Histoires ou contes du temps passé: avec des Moralitez* (1697), de Charles Perrault, e apresenta a particularidade de, por delegação, ser assinado por seu filho, Pierre Perrault Darmancour (destaco em negrito, mas a repetição

do endereçamento “Mademoiselle”, que baliza as etapas do plano de texto, está em letras maiúsculas no texto original):

(18) <1> **A MADEMOISELLE**

MADemoISELLE,

<2> Alguém não achará estranho que uma Criança haja tido prazer em compor os Contos dessa Coletânea, mas admirar-se-á que haja tido a audácia de vo-los apresentar.

<3> **No entanto, MADEMOISELLE,** qualquer desproporção que nela haja, entre a simplicidade dessas Narrativas e as luzes de vosso espírito, se bem examinados esses Contos, ver-se-á que não sou tão censurável quanto pareço, inicialmente. Eles todos contêm uma Moral muito sensata, e que se descobre, mais ou menos, conforme o grau de penetração daqueles que os leem [...]. O desejo desse conhecimento incitou Heróis, e mesmo Heróis de vossa ascendência, a irem até choças e cabanas, para verem nelas, de perto e por si mesmos, o que ali se passava de mais particular: esse conhecimento lhes havendo parecido necessário para sua perfeita instrução.

<4> **O que quer que seja, MADEMOISELLE,**

Poderia eu melhor escolher, para tornar verdadeiro,

O que a Fábula tem de incrível?

E jamais, Fada, no tempo passado,

Deu à jovem Criatura,

Mais dons, e dons refinados,

Que vos deu a Natureza?

<5> Tenho um muito profundo respeito,

MADemoiselle,

De Vossa Alteza Real,

O mais humilde e muito obediente servidor,

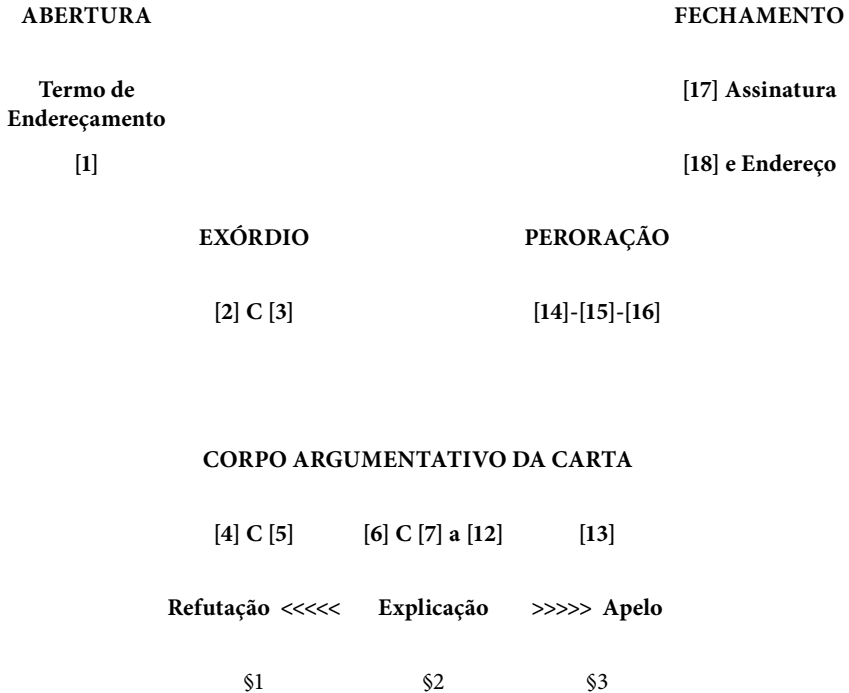
P.

Darmancour.

Tomando a forma da carta-dedicatória, esse texto adota, evidentemente, seu plano de texto canônico. Isso é mais surpreendente no caso do cartaz da Resistência Francesa (13) que, seguindo exatamente o mesmo plano de texto, reforça seu caráter de endereçamento “A todos os franceses” e a cada um, individualmente. Assim como o plano de (18) é marcado pela repetição do termo de endereçamento próprio à família real, o plano de texto do cartaz de 1940 é assumido pela tipografia: as maiúsculas em negrito e centradas de [1], os itálicos centrados em duas linhas de [2] e [3], a peroração centrada em três linhas de [14] a [16], e o fechamento deslocado, embaixo e à direita, em caracteres menores, com a assinatura manuscrita. Apenas o corpo argumentativo da carta é apresentado em forma de parágrafos justificados à esquerda e à direita, com recuo de início de parágrafo (esquema 6):

Esquema 6

PLANO DE TEXTO DO CARTAZ (13)



Em todos esses casos, tanto a produção quanto a interpretação partem de informações macrotextuais fornecidas pelo plano de texto, para organizar a informação em segmentos textuais hierarquizados. O trabalho de interpretação é facilitado para o reconhecimento, nos detalhes locais, dos traços dessas organizações estocadas na memória (inter)discursiva. Esses padrões textuais são, ao mesmo tempo,

aplicados, no caso de um texto particular, e ajustados – por vezes até modificados –, em favor de cada nova aplicação.

Certamente, a parte mais variável é o *corpo da carta* <3>. O plano de texto interno dessa parte do plano global só é pré-formatado no caso da correspondência administrativa, com as cartas oficiais. No epistolar ordinário e literário, ele é inventado na produção e descoberto na leitura, com base em índices do tipo daqueles cuja função mostramos anteriormente. É uma boa imagem da diversidade, sob relativa restrição, de todas as formas de organização macrotextual.

6 REGIMES MEDIOLÓGICOS E FORMAS DE TEXTUALIDADE

Em vista do que precede, a pergunta “O que é um texto?” deve ser estendida ao conjunto das FORMAS DE TEXTUALIDADE que decorrem dos regimes mediológicos de base que são o *oral*, o *escritural* (manuscrito ou impresso) e o *digital*. A esses três registros reconhecidos por Maingueneau (2014b, p. 85), é preciso acrescentar um regime *icônico*, que participa, amplamente, das diversas formas de textualização dos três outros regimes. Esses quatro regimes mediológicos determinam formas de textualidade ao mesmo tempo diferentes e entrecruzadas. A codificação digital possui, no entanto, uma propriedade especial:

[...] todas as inscrições, quaisquer que sejam, são susceptíveis de serem objeto de uma codificação baseada na binaridade (0/1) e regida por algoritmos, enquanto que os suportes de recepção apresentam um modelo de base – uma tela com uma saída de som – que permite receber, no mesmo aparelho, textos, imagens e sons. (VOUILLLOUX, 2017, §8).

O telefone portátil reúne esses três regimes mediológicos: a escrita e a fala, a imagem fixa e móvel, a navegação na Internet, a escrita e a leitura de textos digitais.

Uma definição do texto deve, portanto, dar conta não apenas das formas textuais próprias à escrita e próprias à oralidade, mas também da inserção de módulos icônicos, tanto na escrita (textos icônicos) quanto em componentes de certas interações orais (suportes icônicos que acompanham uma conferência, um curso ou uma emissão televisiva). Como falar de um texto, sem levar em conta o fato de que as páginas dos jornais, das revistas, dos manuais e das enciclopédias apresentam cada vez mais semelhanças com os dispositivos fragmentados das telas digitais?

Um pouco paradoxalmente, a escrita está, mais que nunca, presente: “Na Internet há, sobretudo, texto, e a *WEB* é majoritariamente *escritural* [...]. A principal atividade *em linha* é a escrita. O internauta é aquele que escreve [...]”. (PAVEAU, 2015, p. 337). O que Ruffel (2018, p. 23) diz de outra maneira: “Jamais o reino da escrita esteve tão expandido, jamais a ideia

de publicação, tão plural. Não há um dia sem que uma grande parte da humanidade publique um ou vários textos: em um *blog*, uma rede social ou outra qualquer”. E Goody (2006), especialista na interface entre o oral e o escrito, assinalava, já em 1987, que as propriedades da escrita não foram abolidas pelo “[...] mundo digital [...], ele sequer as substituiu. Não saímos do mundo da escrita. Hoje o mundo da escrita é muito mais complicado, só isso.”. (GOODY, 2006, p. 82).

No entanto, é preciso não esquecer que, ao introduzir a palavra *hipertexto*, Nelson (1965, p. 96) tinha por objetivo descrever “[...] um corpo de material escrito ou pictórico, interconectado de um modo tão complexo, que não poderia ser convenientemente apresentado ou representado em papel.”³¹. O hipertexto define-se por seu caráter não sequencial (NIELSEN, 1990 p. 1), pela natureza aberta das interconexões e, portanto, pelos percursos de leitura possíveis (ver, mais adiante, o esquema 8). A leitura de uma página impressa (romance, poema, página de jornal, de enciclopédia ou de manual escolar) difere, efetivamente, da leitura de uma página-tela e de uma página eletrônica da *WEB* (“em F”³², conforme NIELSEN, 2006, e discutido por PERNICE, 2017). Com a navegação hipertextual, a textualidade transforma-se, as modalidades de leitura mudam. A atenção e a memorização não são solicitadas da mesma maneira (GRAFTON, 2015, p.

31 “a body of written or pictorial material interconnected in such a complex way that it could not conveniently be presented or represented on paper”.

32 Refere-se ao padrão “F” de leitura na *WEB*. [N. T.].

17-32), ao ponto que se pode ser tentado a falar de uma espécie de subversão da lógica textual. Vendo-se a fragmentação das páginas de tela na Internet, tem-se, muitas vezes, menos a ver com um texto do que com “um mosaico de módulos heterogêneos” (MAINGUENEAU, 2014b, p. 81). Trata-se de ver se esses módulos – que exploram as fontes dos outros regimes mediológicos, integrando à escrita, imagens fixas ou móveis e som – constituem texto e examinar as eventuais relações cotextuais que os unem.

O sentimento de completude – grau de textura – é mais forte no caso do escrito impresso e do oral monologal planejado do que nas formas poligeradas orais e digitais (logo adiante, T¹ e T⁴; ver PAVEAU, 2015, p. 349-350), bem mais abertas, heterogêneas e fragmentadas, tanto enunciativamente (múltiplos autores) quanto semioticamente (imagens, textos gráficos e textos sonoros misturados).

Podem-se distinguir quatro grandes *formas de textualidade de base* (T¹ a T^{4.3}) e três *formas intermediárias ou mistas* (T⁵, T⁶ e T⁷). As diferentes formas de textualidade colocadas no centro do dispositivo (T³, T^{4.1}, T^{2.2} e T^{2.3}) são mais homogêneas, e as formas de textualidade colocadas na periferia são mais heterogêneas. É aí, aliás, que se sobrepõem o oral poligerado e a conversação (T¹) e a forma extrema das textualidades digitais (T^{4.3}), de tipo fórum ou *blog* com discussões. O que é resumido no esquema 7, cujas rubricas estão detalhadas logo adiante:

Esquema 7

REGIMES MEDIOLÓGICOS & FORMAS DE TEXTUALIDADE

ORAL	T¹ POLIGERADOS	T^{1.1} Polifilos T^{1.2} Diálogos	T⁶ ORALITURAS
	T² MONOGERADOS	T^{2.1} Improvisados T^{2.2} Memorizados T^{2.3} Oralizados	
ESCRITURAL ICÓNICO	T³ ESCRITOS	T^{3.1} Manuscritos T^{3.2} Impressos T^{3.3} Editados	T⁵ HIPERESTRUTURAS TEXTUAIS
	T⁴ DIGITAIS	T^{4.1} Digitalizados T^{4.2} Digitais T^{4.3} Digitais nativos	
DIGITAL			T⁷ ICONOTEXTOS

6.1 OS REGIMES ORAIS DE TEXTUALIDADE

Na oralidade, é preciso distinguir os *textos poligerados*, coconstruídos por vários locutores e cuja unidade é, frequentemente, problemática, e os *textos monogerados*, enunciados por um orador único, em uma situação presencial ou à distância (transmissão e registro audiofônico ou audiovisual). Na oralidade presencial,

A mensagem linguística transita pelo canal sonoro e tem por suporte a voz, enquanto que as expressões corporais (fisionômicas, gestuais, posturais) transitam pelo canal visual e têm por suporte as zonas corporais semiofóricas (olhos, rosto, dedos, mãos, braços, ombros) [...]. (VOUILLOUX, 2017, §8).

O desaparecimento do canal visual entre interlocutores tem, portanto, consequências na intercompreensão. Quanto à completude dos movimentos textuais, ela é gradualmente mais forte em T^2 (sem excluir o monólogo delirante) que em T^{1-2} (apesar do controle exercido pelo moderador de um debate ou por quem conduz uma entrevista) e, sobretudo, que em T^{1-1} . Como resume e lembra muito bem, Vouilloux (2017, §8),

Na comunicação linguística oral, devem-se [...] levar em conta fenômenos não intencionais, de ordem sintomática, e, portanto, indiciais, que afetam o código linguístico (lapsos), ou desvanecem o suporte vocal ou corporal (a voz, o gesto “dizem” o que a mensagem linguística não diz).

6.1.1 Textualidades orais poligeradas: o texto conversacional (T¹)

As textualidades orais poligeradas correspondem tanto aos *diálogos* (interação com um comerciante, conversação telefônica, conversa de rua, entrevista ao vivo etc.) quanto aos *multilogos*, ou *polilogos*, que envolvem mais de dois participantes (debate, conversação em grupo etc.). Nos dois casos, os falantes sucessivos são engajados na coconstrução de um texto único, e Kerbrat-Orecchioni (1990, p. 197) encontra, assim, a etimologia do texto-tecido:

Uma conversação é um “texto” produzido coletivamente, cujos diversos fios devem se amarrar, de uma certa forma – sem o que, com a ajuda de uma metáfora que deriva também dessa isotopia da tessitura, pode-se falar de conversação “descosturada”.

Aliás, como ela especifica, nesse tipo de texto-em-interação,

[...] dois (ou mais) interlocutores/interlocutoras [...] *coconstroem* uma espécie de “texto” modelado *on-line*, interrompendo-se continuamente, ajustando a cada instante seus comportamentos mútuos e *negociando*, ao longo do desenrolar da interação, os diversos aspectos de seu funcionamento (sua abertura e seu fechamento, a alternância dos turnos de fala, os temas tratados, os sinais manipulados, as interpretações efetuadas, as opiniões lançadas, as identidades determinadas, os “lugares” e os papéis reivindicados...). (KERBRAT-ORECCHIONI, 2015, p. 29).

A ideia de uma marcação delimitada pelo encontro e pela separação de ao menos dois participantes, em um dado tempo e um dado lugar, parece uma boa definição de partida. Basta, porém, considerar a imprecisão do recorte de uma peça de teatro em *cenais* – delimitadas, em princípio, pelas entradas e saídas dos personagens –, para se perceber os limites dessa definição. A unidade de uma interação tem, sobretudo, alguma coisa a ver com o ou os temas abordados. É por isso que as mudanças de objeto de conversação são negociadas pelos participantes, e essas modificações estruturam as diferentes partes de um texto conversacional. No entanto, é preciso não esquecer a advertência de Maingueneau (2014b, p. 85): “Na oralidade conversacional ordinária, os parceiros não podem apreender como texto, globalmente e do exterior, a atividade de fala na qual estão engajados.” A gestão *em fluxo* (tanto na escrita como na oralidade) não favorece a elaboração de uma textualidade unificada, tal como definida anteriormente, mas as formas fragmentadas de textualidade não são menos textos, no sentido de unidades comunicativas significantes.

Os especialistas concordam em propor a existência de uma macrounidade que chamam de “conversação”, “interação”, “evento de comunicação” ou, ainda, de “encontro”. O *texto conversacional* é, então, definido como uma estrutura hierarquizada de seqüências e de turnos de fala:

Para os analistas da conversação, no entanto, são seqüências e turnos dentro de seqüências, em vez de frases ou declarações isoladas, que

se tornaram as unidades primárias de análise. (ATKINSON; HERITAGE, 1984, p. 5).

Distinguiremos, portanto, *a intervenção*, ou turno de fala de um locutor, unidade monologal, e *a troca*, que articula, entre si, vários turnos de fala: *intervenção inicial* de um locutor, seguida de uma *intervenção reativa* de um outro locutor e de um fechamento da troca, se nenhuma reação negativa vier a provocar uma subnegociação. A troca constitui uma *sequência dialogal elementar*, sob a dependência de uma restrição, de acordo entre os interactantes, a respeito de sua completude. O *texto conversacional* é constituído de uma série de sequências articuladas em subconjuntos tópicos-temáticos, formadores das partes identificáveis de um plano de texto conversacional que se constrói no curso da interação.

As diferentes unidades do texto conversacional são objeto de “julgamentos de completude” (BURGER; JACQUIN, 2015, p. 278) e de um trabalho colaborativo dos interactantes. Em caso de divergência, intervêm negociações metaconversacionais, em todos os níveis de completude: “A completude textual de uma longa tomada de turno de fala distingue-se da completude da sequência na qual essa tomada de turno inscreve-se, até mesmo do conjunto da reunião da qual ela participa.” (*Id. Ibid.*). Como mostram Burger e Jacquin (2015), a percepção de um ponto de completude potencial, sintática e prosodicamente marcada, favorece a mudança de locutor, colocando um termo em um turno de fala.

As *sequências transacionais*, que constituem o corpo da interação, devem ser diferenciadas das *sequências fáticas* de abertura e de fechamento, que constituem as fronteiras do texto conversacional, ou texto-em-interação. A partir das observações de Jakobson (1963) e Benveniste (1974, p. 86-88) – que se referem à teoria pragmática da linguagem de Malinowski –, sabe-se que a abertura de um texto-em-interação comporta uma fase ritual mais ou menos longa, conforme os grupos e as tradições socioculturais. Jakobson (1963, p. 217) fala da possibilidade de “uma troca profusa de fórmulas ritualizadas”, ou mesmo “[...] de diálogos inteiros, cujo único objetivo é prolongar a conversação.”. Como afirma Benveniste (1974, p. 88), “Está-se aqui no limite do ‘diálogo?’”.

6.1.2 Textualidades orais monogeradas (T²)

Do ponto de vista textual, podem-se distinguir três tipos de textualidades orais monogeradas: uma forma *improvisada* e duas formas *planificadas*:

- T^{2.1} *Os monólogos improvisados*. Muito frequentemente, trata-se de intervenções mais ou menos longas, que podem assumir a forma da inserção de uma narrativa ou da exposição de um ponto de vista na conversação. O solilóquio absoluto é um caso muito particular de representação da fala interior (BERGOUNIOUX, 2001), profundamente dialógico, que foi literalizado sob a forma do monólogo interior.

- T^{2.2} *Os monólogos narrados, performances resultantes de uma aprendizagem e de uma transmissão oral.* Contos de tradições orais, narrativas mitológicas arcaicas e das sociedades tribais, canções, provérbios, adivinhações, adágios, epopeias e genealogias das tradições africanas (BORNAND, 2005) etc., são textos transmitidos oralmente. Especialista nas “literaturas orais” e nos gêneros da poesia oral, Zumthor (1983, p. 131) enfatiza que esses textos possuem duas características: “Frequentemente, um sinal integrado marca o início e o fim do poema, para o isolar, por um duplo obstáculo, do fluxo dos discursos ordinários.”. Esse é todo o sentido do “Era uma vez...”, do “Naquele tempo...” e do “Tiririm, tiririm... e a historinha chegou ao fim!”. No interior dessas “fronteiras textuais”, mais ou menos marcadas, a língua é, muitas vezes, formulaica e arcaizante. Essa performance não tolera bem as hesitações, correções, “remendos” e “arrepentimentos” (ZUMTHOR, 1983, p. 126), que caracterizam, em geral, o monólogo improvisado e a conversa oral (T^{2.1}).

T^{2.3} *Textos oralizados* apoiam-se em uma preparação escrita anterior. Esse terceiro caso corresponde às *produções mais formais e fortemente ritualizadas*, como a cerimônia, a declaração política memorizada ou lida (ilustrado pelo exemplo (2^{bis}), anteriormente), a aula e a conferência, igualmente lidas ou apoiando-se, mais ou menos livremente, em uma folha impressa ou um *slide* projetado em tela. Essas formas de oralização de um escrito aproximam T^{2.3} de T³, ao ponto que é necessário considerar o caso das textualidades mistas, que misturam, explicitamente, a oralidade e a escrita.

6.1.3 Na junção das textualidades orais e escriturais: as *oralituras* (T⁶)

Os neologismos *oratura* (DOR, 1982; HAGÈGE, 1986, p. 110; BOWAO; RAHMAN, 2014) e *oralitura* (CHAMOISEAU, 1997, p. 255) assinalam o intrincamento da *oralidade* com a *escritura*, nas formas textuais que põem em causa a oposição radical dos dois polos. Dois casos devem ser considerados. T^{6.1}: a *presença de escrita na oralidade*, como nos textos que acabamos de citar (declaração lida em uma tela de *prompter* ou memorizada, conferência ou aula com suporte escrito (citações, resumos, plano), e T^{6.2}: a *presença da oralidade na escrita*, como no estilo oralizado da literatura, o diálogo romanesco, teatral e cinematográfico, a escrita de SMS etc.

Os conceitos de *oratura* e de *oralitura* foram forjados para o que é chamado, por vezes de forma oximórica, as “literaturas orais” (BIEBUYCK; BORNAND; LEGUY, 2008), isto é, a prática dos aedos, griôs, cantores e outros contadores de histórias das sociedades dominadas pela transmissão de tradições não escritas (T^{2.2}). Em nossa proposta, estenderemos e deslocaremos o conceito de *oralitura*, por um lado, para o conjunto das práticas discursivas orais produtivas de *textos oralizados* que, frequentemente, apoiam-se não apenas em um escrito anterior (T^{2.3}), mas que mistura, explicitamente, a oralidade e a escrita, alternando leitura de certas passagens e improvisação (T^{6.1}), e, por outro, em direção dos textos escritos literários que integram, estilisticamente, certos traços da

oralidade e forjam, como são exemplos as obras de Marguerite Duras e Charles-Ferdinand Ramuz, uma oralitura que é um ritmo, um “movimento da voz na escrita” (MESCHONNIC, 2006, p. 317), solidarizando a literatura e o falar (T^{6.2}).

Bruneau (1972, p. 109) recua o desenvolvimento de uma “língua literária falada” aos irmãos Goncourt³³, e Philippe (PHILIPPE; PIAT, 2009, p. 64-65), ao Alphonse Daudet das *Lettres de mon moulin*, a Jules Vallès e a Jules Renard. De Victor Hugo a Émile Zola, os diálogos romanescos já estavam invadidos por uma fala popular (DUFOUR, 2004), que tocava até mesmo, em *L'assommoir*, a voz do narrador. Após a Segunda Guerra Mundial, a literatura apegou-se menos à representação dos falares sociais (paradigma oral) que à “lembrança da língua falada”, conforme uma bela expressão de Céline (PHILIPPE; PIAT, 2009, p. 84). Na escrita literária, a passagem do modelo oral para o modelo vocal tende a se reconciliar com a fala como meio sonoro (MEIZOZ, 2001; MAHRER, 2017). É o que Philippe (PHILIPPE; PIAT, 2009) propõe chamar *o paradigma*, ou *modelo, vocal*, inventado pelo Jean Giono de *Colline* (1929) e de *Un de Baumugnes* (1929), pelo Louis-Ferdinand Céline de *Mort à crédit* (1936), e ao qual Ramuz (1992) faz referência, desde 1926, em uma carta a seu editor, Bernard Grasset:

33 Os irmãos Goncourt, Edmont (1822-1896) e Jules (1830-1870), são dois escritores franceses do Naturalismo. Escreveram conjuntamente romances e a obra *L'Art du dix-huitième siècle*. (N. T.).

Escrevi (tentei escrever) uma língua falada: a língua falada por aqueles com os quais nasci. Tentei me servir de uma língua-gesto que continuasse a ser aquela da qual as pessoas se serviam em torno de mim, não da língua-signo que estava nos livros. E me criticaram fortemente. (RAMUZ, 1992, p. 53).

A essa manifestação da oralidade na escrita corresponde, como em espelho, a presença da escrita na oralidade. No caso da aula ou da conferência acompanhada de uma projeção de *slides*, o texto mistura um *escrito projetado* a um *oral pronunciado*, que não apenas coexistem, mas constroem, conjuntamente, um texto heterogêneo. Essa combinação é ativa tanto na produção (o oral apoia-se, mais ou menos, em um escrito previamente elaborado) quanto na recepção (a escuta e a leitura são conduzidas conjuntamente, em que se tem um apoio, certamente, mas também uma concorrência semiológica e cognitiva):

Os *slides* apresentam um escrito que, ontologicamente, precede o oral, mas que, no momento da enunciação, acompanha-o e o completa. O discurso oral não pode deixar de se articular com o escrito do *slide*, e pode-se analisá-lo como ajustes a esse escrito, um certo número de reformulações parafrásticas orais, quer elas resultem em enunciar mais uma vez, em parte, o que já está no *slide*, quer, ao contrário, em evitar essa repetição. (DOQUET, 2017, §36).

6.2 OS REGIMES ESCRITURAIS DE TEXTUALIDADE

Nós ordenamos na categoria dos “textos escritos” não apenas os textos manuscritos (T^{3.1}), digitados (datilografados) ou impressos (T^{3.2}) e editados (T^{3.3}), mas também os textos digitalizados (T^{4.1}), assim como dois regimes mistos de textualidade, que misturam o verbal e o icônico: as *hiperestruturas* (T⁵), cujas textualidades digitais favoreceram sua ascensão, e os *iconotextos* (T⁷).

Os diálogos escritos literários (diálogos em discursos direto, indireto, indireto livre e narrativizado), filosóficos (diálogo filosófico) e jornalísticos (discurso reportado de pessoas, gênero da entrevista reescrita para ser publicada) são, é claro, formas escriturais de textualização, a despeito de sua maior ou menor proximidade com T^{1.2}.

6.2.1 Textualidades escritas no sentido estrito (T³)

A categoria dos textos escritos compreende um vasto conjunto de textos manuscritos (T^{3.1}): da lista de compras, das anotações de aula e da correspondência manuscrita, ao grafite em uma parede e ao rascunho de um escritor. A questão da textualidade dos rascunhos preparatórios dos escritores – qualificados como *pré-textos* – está no centro das pesquisas genéticas (MAHRER, 2009; MAHRER; NICOLLIER-SARAILLON, 2015). O caso dos manuscritos estabelecidos pelos copistas, da Idade Média ao Classicismo, está um pouco à parte, uma vez que não se trata de textos escritos pela própria

mão do autor, podendo vir acompanhados de iluminuras e até mesmo de comentários. A passagem do manuscrito (T^{3.1}) ao digitado, escrito com máquina de escrever ou impresso (T^{3.2}), ou mesmo digitalizado (T^{4.1}), é interessante, pois implica uma ferramenta técnica de substituição da mão, ou até a intervenção de outros atores, particularmente no caso da impressão e da edição (T^{3.3}).

Ao passar do manuscrito ao livro ou ao artigo impresso em uma revista ou em um jornal, ou mesmo ao texto projetado em uma tela (*prompter* ou *slide*), todo um trabalho de formatação tipográfica, tornado possível por tratamentos de texto cada vez mais sofisticados e acessíveis, transforma o conteúdo linguístico primeiro dos enunciados. Compreende-se, em consequência, que uma definição do texto seja obrigada a incluir os fatos de pontuação textual, sobre os quais falamos anteriormente. O texto escrito é também uma *imagem gráfica* que se estende em um “espaço gráfico” (ANIS, 1995), ou “área escritural” (PEYTARD, 1982, p. 120- 123). A página, a página dupla e a tela de *slide* são unidades submetidas a uma leitura linear e tabular e, nesse ponto, diferem do rolo antigo e do rolamento em tela de um texto digitalizado (T^{4.1}): a numeração dos parágrafos é a consequência do desaparecimento da unidade página.

O próprio da escrita é ser submetida a duas atividades de leitura: uma *leitura linear* dos enunciados sucessivos (para o francês: da esquerda para a direita e retorno para a esquerda no final da linha) e uma *leitura tabular*, isenta da linearidade.

6.2.2 Textualidades iconotextuais (T⁷)

O regime mediológico da imagem é dificilmente separável dos três outros regimes com os quais ele se combina, para fazer texto. Um grande número de produções escritas é, com efeito, acompanhado de ilustrações, iluminuras, vinhetas, imagens, fotografias, esquemas e infográficos (que misturam o verbal, o desenho e a cor). Na origem do conceito de *iconotexto*, Montandon (1990) dá uma definição literária restrita que é preciso expandir:

Os iconotextos são obras tanto plásticas quanto escritas, dadas como uma totalidade indissociável. Fruto da colaboração de um artista plástico (pintor, fotógrafo etc.) e de um escritor, que podem ser uma só e a mesma pessoa (como Blake, Michaux etc.) ou várias [...]. (MONTANDON, 1990, p. 9).

No campo literário, não faltam textos que misturam o verbal e desenhos ou imagens fotográficas, como, por exemplo, *O pequeno príncipe*, de Saint-Exupéry, e *Nadja*, de André Breton, ou susceptíveis de uma dupla via, como apenas texto e como iconotexto: é o caso de *Lettera amorosa*, de René Char e ilustrada por Georges Braque, mas também dos *Contos*, de Charles Perrault, ou do *Dom Quixote*, de Miguel de Cervantes, ilustrados por Gustave Doré para as edições Hetzel. Qualquer que seja, a fábula de La Fontaine é um bom exemplo de um plano de texto genericamente determinado e que integra uma ilustração em forma de vinheta.

FABLE SECONDE



1. Indicação numérica do lugar da fábula na coletânea,
2. Vinheta,
3. Título,
4. Narrativa encaixando diálogo (discursos direto, indireto e indireto livre,
5. Moral.

Le Corbeau & le Renard.

M aître Corbeau fur un arbre perché, Tenoit en fon bec un fromage.

Maître Renard par l'odeur alleché Luy tint à peu près ce langage :

Et bon jour, Monsieur du Corbeau :

Que vous estes joly ! que vous me semblez beau !

Sans mentir fi vostre ramage Se rapporte à vostre plumage,

Vous estes le Phœnix des hostes de ces Bois.

A ces mots le Corbeau ne se sent pas de joye : Et pour monstrier sa belle voix,

Il ouvre un large bec, laisse tomber sa proye.

Le Renard s'en faifit, & dit, Mon bon Monsieur, Apprenez que tout flateur

Vit aux dépens de celuy qui l'écoute.

Cette leçon vaut bien un fromage sans doute.

Le Corbeau honteux & confus

Jura, mais un peu tard, qu'on ne l'y prendroit plus

Um dispositivo semelhante encontra-se na edição original (1697) dos oito contos em prosa de Charles Perrault: 1. Vinheta, 2. Título, 3. Subtítulo genérico (exceto para o terceiro conto), 4. Narrativa em prosa (que compreende 50% de diálogo), 5. Friso ou ornamento tipográfico, 6. Moralidade(s) em verso, 7. Ornamento tipográfico ou em branco. Primeira página (p.1) e duas últimas (p. 45 e p. 46) do primeiro conto da coletânea:



**LA BELLE
AUBOIS
DORMANT
CONTE.**

I L estoit une fois un Roi & une Reine, qui estoient si fâchez de n'a-

as bois dormant. 45
elle y avoit fait mettre.
Le Roi ne laissa pas d'en estre fâché, elle estoit sa mere, mais il s'en consola bien-tost avec sa belle femme & ses enfans.

MORALITE'.

A Tendre quelque temps pour avoir un Eponx,
Riche bien-fait, galant & doux.
La chose est assez naturelle,
Mais l'attendre cent ans & toujours en dormant,
On ne trouve plus de femelle,
Qui dormist si tranquillement.

46 La belle, &c.
La Fable semble encor vouloir nous faire entendre,
Que souvent de l'hymen les agreables nœuds,
Pour estre differẽz n'en sont pas moins heureux,
Et qu'on ne perã rien pour attendre;
Mais le sexe avec tant d'ardeur,
Aspire à la foy conjugale,
Que je n'ay pas la force ny le cœur,
De luy prescher cette morale.



Primeira página (p. 183) e as duas últimas (p. 228 e p. 229) do último conto, com indicação do “FIM” da coletânea:



**LE PETIT
POUCET.
CONTE.**

I L estoit une fois un Bucheron & une Bucheronne, qui avoient sept enfans tous Garçons. L'aîné n'avoit que dix ans, &

228 *Le petit*
bien, il revint chez son pere, où il n'est pas possible d'imaginer la joye qu'on eut de le revoir. Il mit toute la famille à son aise, il achepta des Offices de nouvelle création pour son pere & pour ses freres; & par là il les établit tous, & fit parfaitement bien la Cour en même-temps.



MORALITE'.

O N ne s'afflige point d'avoir beaucoup d'enfans,
Quand ils sont tous beaux, bien-faits & bien grands,
Et d'un exterieur qui brille;
Mais si l'un d'eux est foible ou ne dit mot,
On le méprise on le raille, on le pille,
Quelquefois cependant c'est ce petit marmot
Qui fera le bonheur de toute la famille.

F I N.

Embora o conceito de *iconotexto* tenha sido forjado por um tipo de escrita literária e de livro ilustrado por um artista plástico (NERLICH, 1990, p. 268), ele ganha por ser estendido a todos os casos de combinação do verbal com o icônico. Heidmann (2014, p. 50) propõe falar-se de “dinâmica

iconotextual”, para descrever o entrelaçamento significativo do verbal e do icônico. Isso é particularmente evidente nos cartazes publicitários (LUGRIN, 2006; PAHUD, 2009), na conferência e na propaganda política, nos jornais e nas revistas (fotografias e desenhos legendados), nos sítios eletrônicos (ou páginas eletrônicas), na menor receita ou ficha de cozinha, nos guias de viagem, de alpinismo ou de trilha, sem deixar de falar nos casos do cartão postal, do desenho animado e da fotonovela.

O plano pré-formatado dos cartazes publicados na mídia escrita ou em suportes urbanos é perfeitamente identificável na publicidade “*Kanterbräu*” (19), que associa, exemplarmente, vários tipos de módulos:

(19)



- Três *módulos verbais*: um *slogan de atração* (Kanterbräu est si bonne/Qu'on ne peut s'en passer [Kanterbräu é tão boa/Que não se pode passar sem ela), um *slogan de base e/ou de marca* (Kanterbräu³⁴. La bière de Maître Kanter [Kanterbräu. A cerveja do Mestre Kanter) e um módulo *redigido* (em forma de capítulo, no caso, de uma narrativa distribuída em três capítulos, em uma campanha), aos quais é preciso acrescentar, para certos produtos (como o fumo e o álcool), uma menção legal de advertência.
- Dois módulos icônicos: uma *imagem de atração* (fotográfica ou desenhada, como na publicidade da Kanterbräu, excepcionalmente constituída de uma série narrativa de três imagens), que cria um contexto, ou mundo referencial, e uma *imagem de produto* (muitas vezes, fotográfica), fortemente referencial e denotativa (imagem do produto, situada embaixo, à direita).
- Dois módulos mistos: *uma logomarca e o nome da marca*, nos quais, frequentemente, o verbal é fortemente iconizado, no que se refere aos meios tipográficos.

Esses módulos formam um repertório de partes complementares (o verbal guia a leitura da imagem, e a imagem apresenta um

34 No original: “un *slogan d'accroche*, un *slogan d'assise et/ou de marque*”. Na falta de termos correlatos em português, fazemos uma tradução por adaptação: *slogan de atração* (situado no início, ou parte superior, do anúncio publicitário; *slogan de base* (no final do anúncio, ou parte inferior); *slogan de marca*, o *slogan-assinatura* de uma determinada marca. [N. T.]

contexto descritivo que orienta a leitura do verbal) e facultativas: cada iconotexto publicitário distribui esses módulos de forma mais ou menos original, como pode ser confirmado por este outro exemplo, desprovido de módulo redigido:

(20)

<p>Slogan de atração >>> (constituindo módulo redigido)</p> <p>Imagem de atração >>></p> <p>Imagem do produto >>></p> <p>Slogan de marca >>></p>	
--	---

Entre as grandes tendências da evolução da mídia, é evidente o desenvolvimento da parte visual dos jornais e das revistas, a tal ponto que a fotografia e a infografia tornaram-se componentes principais da cearização da informação pela escrita jornalística (MOURIQUAND, 1997, p. 12-13). O texto jornalístico é, portanto, a soma da escrita (artigos), da composição (peritexto), da fotografia, do desenho e da infografia.

- O *desenho de mídia* pode se encontrar só ou com um título, uma legenda e uma assinatura (MOIRAND, 2015).

Essa autonomização topográfica e a presença de um peritexto fazem dele então, sem dúvida, um iconotexto completo à parte. O desenho de mídia pode, simplesmente, ilustrar um artigo (iconotexto), mas pode, igualmente, completar um artigo, para fornecer um ponto de vista particular (humorístico e crítico, no caso da caricatura) e constituir, com o artigo, uma hiperestrutura textual (T⁵).

- Da mesma maneira, a *fotografia* pode aparecer só, com legenda, formando assim um iconotexto, mas pode também acompanhar um artigo (a legenda sendo, então, frequentemente, uma citação ou paráfrase de uma passagem do artigo) e formar com ele, nesse caso, um iconotexto.
- Enfim, as inovações tecnológicas permitiram o desenvolvimento das *infografias* (MOURIQUAND, 1997, p. 24-25). A infografia reagrupa todas as imagens fabricadas por meio da ferramenta informática: cartas geográficas, imagem virtual, esquemas, gráficos, quadros, diagramas; imagens mescladas de escrita e que servem, igualmente, de suporte para o oral (T^{6.1}).

6.2.3 Entre escritural e digital: hiperestruturas textuais (T⁵)

A hiperestrutura textual é uma unidade de escrita e de leitura teorizada, de início, no campo do jornalismo (GROSSE; SEIBOLD, 1996; LUGRIN, 2000a, 2000b; ADAM; LUGRIN, 2006). Entre o *jornal* e a *revista*, unidades macrotextuais

superiores de estruturação da informação (com seus *cadernos* e suas *rubricas*) e o *artigo*, unidade textual inferior de estruturação (simples curta notícia ou informação, artigo com seu peritexto ou artigo acompanhado de uma foto com legenda referencial lacônica), é necessário considerar um nível intermediário e facultativo: o *dossier* (com número não definido de páginas e de textos correlacionados, podendo até mesmo tornar-se um *caderno* autônomo) e a *hiperestrutura textual* (hiperestrutura elementar, em uma meia-página, ou complexa, em uma ou duas páginas, associando vários artigos (artigo principal, ou hiperartigo, e artigos complementares) e uma ou várias infografias e/ou fotografias com legenda mais ou menos desenvolvida).

Esses textos, que tratam de um mesmo evento midiático, são, geralmente, reunidos por um grande título (acompanhado, frequentemente, de um subtítulo bastante estendido, para ser considerado como um lide) e por uma moldura que delimita o perímetro da hiperestrutura. Os textos-artigos reunidos podem ser assinados por um só jornalista (*fragmentação* de um texto julgado longo demais e distinção dos gêneros) ou por vários jornalistas (*agrupamento* de textos de gêneros diferentes). Os artigos secundários são, geralmente, distribuídos em torno de um artigo principal e separados desse último por seu próprio peritexto (um título e uma assinatura, pelo menos), por riscos e, às vezes, por um fundo colorido.

A noção de texto

TÍTULO PRINCIPAL

LIDE
ARTIGO PRINCIPAL
(em cinco colunas)

SEGUNDO ARTIGO
(com fundo entramado)

LEGENDA

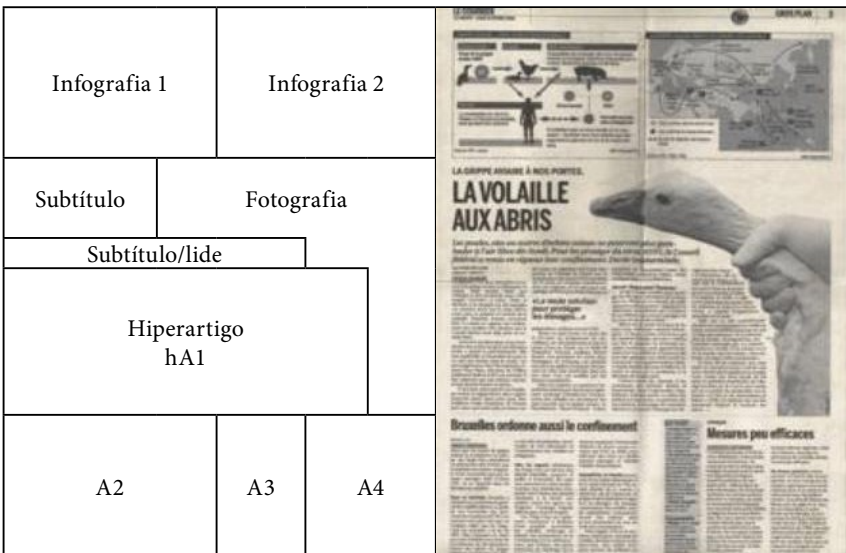
INFOGRAFIA

TERCEIRO ARTIGO
(com fundo tramado)



RUBRICA regional
(fora da hiperestrutura)

Publicidade política
(fora da hiperestrutura)



Esses agrupamentos de textos, muito frequentemente acompanhados por iconotextos fotográficos e/ou infográficos, estão igualmente presentes em outras práticas discursivas, como os manuais de ensino, as enciclopédias, os guias topográficos de alpinismo, escalada e trilha, as fichas de instrução em geral (receitas de cozinha, por exemplo). Assistimos também ao desenvolvimento de gêneros de hiperestruturas específicas, como a *hiperestrutura esportiva* (nas páginas-rubricas “esportes” dos jornais e da mídia especializada) e, sobretudo, a *hiperestrutura específica* (ADAM; LUGRIN, 2000), presente nas páginas com perfil didático e, mais amplamente, nas páginas de “Ciências”, que são propagadas na mídia. A hiperestrutura específica apresenta, sob a forma de módulos didáticos em interação, uma informação científica vulgarizada e frequentemente acompanhada de uma importante infografia. O mesmo ocorre com a hiperestrutura esportiva: fotos de uma ação de um jogo, composição de equipes, tabela numerada dos resultados, narrativa do jogo, entrevista, comentário, retrato de um jogador ou de um treinador.

6.3 DO TEXTO AO TEXTO DIGITAL NATIVO: OS REGIMES DIGITAIS DE TEXTUALIDADE

O tipo precedente de textualização pôs em evidência “[...] uma tendência geral da mídia a favorecer uma leitura fragmentada e visual da informação, tal como na Internet.” (LUGRIN, 2000b, p. 87). A multimídia favorece uma escritura

e uma leitura não lineares (LUGRIN, 2000b, p. 91, fala de escritura e de leitura “fractais”). A leitura torna-se navegação no interior de um *hipertexto* estruturado em redes, que permite, por definição, múltiplos percursos: “O hipertexto, contrariamente ao livro, é pensado como uma soma não sequencial de informações, soma que torna possível múltiplos percursos de consulta.”. (CORMERAIS; MILON, 1998, p. 78). Como afirma Nielsen (1990, p. 1), “O hipertexto é *não sequencial*. Não há apenas uma ordem que determine a sequência na qual o texto deve ser lido.”³⁵.

No que diz respeito às hiperestruturas textuais, encontramos os dois funcionamentos mencionados (LUGRIN, 2000b, p. 91): a *fragmentação da escritura da multimídia* por segmentação manifesta-se na tela e por ligações no próprio interior de um sítio eletrônico. Quanto ao *agrupamento*, é a consequência da fonte enciclopédica de conhecimentos que a Internet apresenta, do desenvolvimento exponencial das páginas da *WEB* e das ligações com outros sítios eletrônicos que podem ser abertos, potencialmente sem limites. Essa navegação é, no entanto, determinada pela codificação do texto, pelas ligações preestabelecidas, pelos programas e pelos algoritmos que orientam as escolhas do utilizador-leitor, muito menos livre que ele imagina.

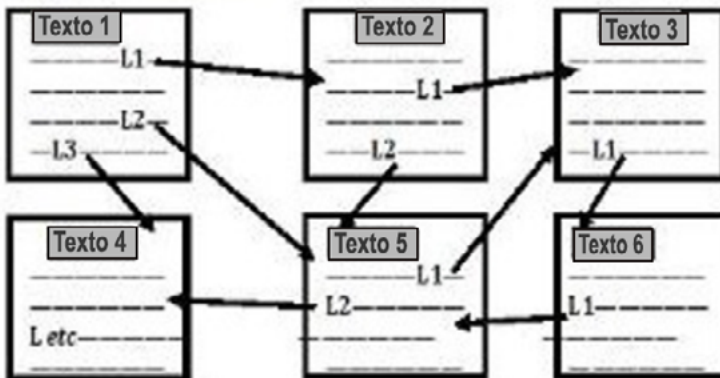
Um documento hipertextual não se apresenta como uma totalidade textual, com início e fim estáveis, mas como um

35 “O hipertexto é *não sequencial*. Não há apenas uma ordem que determine a sequência na qual o texto é para ser lido”.

ajuntamento de textos escritos, imagens e registros sonoros conectados por ligações eletrônicas (SLATIN, 1991, p. 56). É o percurso do internauta, sua própria navegação, que faz texto: o leitor fabrica o texto que ele lê (NIELSEN, 1990, p. 2; MAINGUENEAU, 2014b, p. 86). A navegação hipertextual torna-se possível pelas ligações escritas ou icônicas que remetem a textos ou a registros sonoros, ou audiovisuais, ou a documentos icônicos (imagens, desenhos, infográficos, filmes). Essas ligações (L1, L2 etc.) podem haver sido previstas pelo autor do hipertexto, mas a interrogação desse ou daquele ponto de um dos textos encontrados pode muito bem ser decidida pelo próprio leitor, que passa, então, por uma ligação do tipo *URL* ou por um motor de busca, que lhe permite ter acesso a essa ou àquela informação. A linearidade sequencial é, então, conduzida pela atração da rede.

Como mostra o esquema 8 (inspirado em Nielsen, 1990),

Esquema 8



a leitura de um texto T1 apresenta três opções: passar de T1 a T2, a partir da ligação L1, ou de T1 a T5, a partir de L2, ou de T1 a T6, a partir de L3. O percurso que leva de T1 a T5, por exemplo, é tanto direto (a partir de L2) quanto indireto, passando por T2 (a partir de L1 de T1 e de L2 de T2), ou passando pelas ligações L1 de T2, L1 de T3 e L1 de T4.

O digital leva as possibilidades textuais imaginadas a seus limites, desde 1967, com Raymond Queneau, em *Un Conte à votre façon* [Um conto à sua maneira] (narrativa hipertextual da “História das três ervilhas espertas”), prolongadas pelos livros interativos nos quais o desenvolvimento da história depende das escolhas operadas pelo leitor (*livros-jogos* ou *Livres dont vous êtes le héros* [Livros dos quais você é o herói]): cada percurso de leitura leva a um dos textos tornados possíveis pela flexibilidade combinatória dos fragmentos.

Podem-se distinguir três tipos de textualidades digitais, que correspondem às diferentes concepções do texto derivadas das fases sucessivas de desenvolvimento da *WEB* (DE ANGELIS, 2018b, p. 462-463): Os *textos digitalizados*, os *textos digitais* propriamente ditos e os *textos digitais nativos* (PAVEAU, 2015, p. 348). Essas distinções permitem abordar a variedade dos conteúdos hospedados pelo meio Internet: textos, sítios multimídia, bancos de dados, redes sociais (VOUILLOUX, 2017, §8).

- Na “*WEB* estática” (*WEB* 1.0), os textos escritos passam de um suporte manuscrito, digitado (datilografado) ou impresso em papel, a um suporte eletrônico, por meio de um programa ou sendo escaneado, e colocado ou não, *em linha*. Ao reproduzir o modelo do texto-livre e da cultura impressa (T^3), a escrita desses textos *digitalizados* ($T^{4.1}$) está próxima da escrita do suporte papel. Uma vez digitalizado, o texto oferece, no entanto, uma certa liberdade de navegação, a partir da função “*buscar*”. A integração de elementos paratextuais e intertextuais no intratexto é facilitada, sem falar na grande rapidez de acesso a documentos (textos, imagens, sons) que resulta da desmaterialização de uma verdadeira biblioteca virtual.
- A fase da *WEB* 2.0, a “*WEB* dinâmica”, é a do *texto digital* ($T^{4.2}$). Como nos mostra De Angelis (2018b, p. 462), o conteúdo das páginas muda conforme a busca dos usuários e conforme a interação estabelecida entre o visitante, que formula a busca, e o servidor, que trata essa busca. A escrita é, dessa vez, concebida pelo suporte digital, os textos, que se tornam cada vez mais breves e são, também, cada vez mais interconectados.

As características das hiperestruturas textuais (T^5) encontram-se, é claro, nos textos digitais que, diferentemente das hiperestruturas, comportam ligações externas para outros textos, eles próprios integrando ligações, e isso, potencialmente, ao infinito. Essa abertura do texto desdobra-se em uma fragmentação da superfície da página-tela em informações

paralelas e publicitárias, mais ou menos em relação com a página-texto (como (23), que comporta um módulo de publicidade política abaixo e à direita, não relacionado com a informação abordada pela hiperestrutura textual). Daí uma muito grande heterogeneidade, uma leitura fragmentada de textos, frequentemente curtos, e de imagens, e uma difração da atenção. A leitura de pictogramas – os *smileys* [*emoticons*, *emojis*], que levam vantagem sobre a verbalização das emoções –, imagens e vídeos substitui a leitura de documentos escritos que ultrapassam o limite dos 280 caracteres.

- Com a “WEB semântica” (WEB 3.0), a exploração dos dados é feita na escala dos *big data*. Aliás, Paveau (2015, p. 349) fala de *textos digitais nativos* (T^{4.3})

para designar os textos produzidos em linha, nativamente. Além de sua deslinearização, o texto digital nativo apresenta traços de aumento enunciativo, tecnogenericidade e plurisemioticidade.

A autora toma o exemplo de um bilhete, assinado por um autor, em um *blog*, mas aumentado com as discussões pelas quais coautores coconstroem o texto, até o fechamento da discussão. No caso do tratamento do texto *em linha*, vários autores, identificados por marcas gráficas (cores diferentes), redigem juntos e compartilham, simultaneamente, um texto que se aproxima, também, do caso dos polílogos poligerados da oralidade (T¹).

Os textos digitais nativos parecem, em um espantoso círculo temporal repetitivo, com os textos medievais retocados pelos copistas e outros recitantes. Como nos mostra Zumthor (1972, p. 41), o texto medieval, com forte vínculo com a oralidade, identifica-se com o objeto livro apenas como um objeto auditivo, fluido e móvel. A inserção da glosa e do comentário em um texto aberto é encontrada nas discussões que se inserem em um texto *em linha* e, mais ainda, quando se trata de um escrito colaborativo *em linha*. Essa instabilidade dos textos digitais, facilmente copiados-cortados-colados, está na origem do retorno massivo do plágio, consequência do enfraquecimento da autoralidade como autoridade. A onipotência libertária da Internet permite a cada um submeter os textos às variações e aos recortes que eram próprios aos textos antigos: “O autor desapareceu: resta o sujeito da enunciação, uma instância locutora integrada ao texto e indissociável de seu funcionamento: “[isto] fala””. (ZUMTHOR, 1972, p. 69).

A codificação das imagens por pixels descontínuos permite a mesma manipulação desses pontos independentes uns dos outros e a produção de falsas informações visuais (assim como verbais) indetectáveis. Os vídeos falsificados (*deep fake*) deliciam, certamente, os humoristas, mas, sobretudo, os escritórios de fabricação de falsas informações (*fake news*) que invadem a *WEB*.

CONCLUSÃO

Levar em conta os regimes metodológicos e as diferentes formas de textualidade que deles decorrem mostra que a definição do conceito de texto não pode ser limitada à escrita e que ela precisa ser modulada. A definição que esboçamos aqui desenha um quadro e convoca outros trabalhos linguísticos de *corpus* (que completem os que conduzimos sobre a publicidade, a mídia escrita, os textos instrucionais e o discurso literário). A descrição linguística fina e sistemática dos diferentes níveis de estruturação e de todas as formas textuais, tanto do *regime oral* quanto do *regime escritural*, do *regime digital* e dos *regimes mistos*, só terá a contribuir com os diferentes domínios das ciências e das disciplinas do texto e do discurso (COSSUTTA; MAINGUENEAU, 2019, §20-22; ver, igualmente, SIOUFFI, 2018) e, mais amplamente, das ciências da informação e da comunicação, assim como da didática.

OBRAS DE REFERÊNCIA (ORDEM CRONOLÓGICA)

1. COSERIU, Eugenio. *Lingüística del texto: introducción a la hermenéutica del sentido*. Edition et annotation d'Oscar Loureda Lamas. Madrid: Arco-Libros, 2007.
2. HALLIDAY, Michael Alexander Kirkwood; HASAN, Ruqaiya. *Cohesion in English*. London: Longman, 1976.
3. LUNDQUIST, Lita. *La cohérence textuelle: syntaxe, sémantique, pragmatique*. Copenhague: Nyt Nordisk Forlag Arnold Busck, 1980.
4. BEAUGRANDE Robert A.; DRESSLER Wolfgang U. *Introduction to textlinguistics*. London: Longman, 1981.
5. RASTIER, François. *Sens et textualité*. Paris: Hachette, 1989.
6. ADAM, Jean-Michel. *La linguistique textuelle: introduction à l'analyse textuelle des discours*. Paris: A. Colin, 2019 [2005, 2008, 2011].

REFERÊNCIAS

- ADAM, Jean-Michel. *Eléments de linguistique textuelle*. Bruxelles: Mardaga, 1990.
- ADAM, Jean-Michel. Lecture tabulaire: une macro-analyse du texte théâtral classique. In. *Langue et littérature*. Paris: Hachette, 1991. p. 191-214. Disponível em: https://www.unil.ch/files/live/sites/fra/files/shared/Chapitre_II-5.pdf.
- ADAM, Jean-Michel. *Autour du concept de texte: pour un dialogue des disciplines de l'analyse des données textuelles*. Conférence plénière d'ouverture des JADT. Besançon, 19-21 avril 2006. Disponível em: http://lexicometrica.univ-paris3.fr/jadt/JADT2006-PLENIERE/JADT2006_JMA.pdf.
- ADAM, Jean-Michel. *Les textes: types et prototypes*. Paris: A. Colin, 2011a [1992].
- ADAM, Jean-Michel. *Genres de récits: narrativité et généricité des textes*. Louvain-la-Neuve: Academia/L'Harmattan, 2011b.
- ADAM, Jean-Michel. L'analyse textuelle des discours: l'exemple de "Vive le Québec libre!". In: CORCUERA, J. Fidel et al. (éds.). *Les discours politiques: regards croisés*. Paris: L'Harmattan, 2016. p. 11-31.
- ADAM, Jean-Michel. *Souvent textes varient*. Paris: Classiques Garnier, 2018.

ADAM, Jean-Michel; HEIDMANN, Ute. *Le texte littéraire*. Louvain-la-Neuve: Academia Bruyland, 2009.

ADAM, Jean-Michel; LUGRIN, Gilles. L'hyperstructure: un mode privilégié de présentation des événements scientifiques?. *Carnets du Cediscor*, n. 6, p. 133-149, 2000.

ADAM, Jean-Michel; LUGRIN, Gilles. Effacement énonciatif et diffraction co-textuelle de la prise en charge des énoncés dans les hyperstructures journalistiques. *Semen*, n. 22, p. 127-144, 2006.

ALLISON, Sarah et al. Style at the Scale of the Sentence. *Literary Lab Pamphlet*, n. 5, p. 1-29, 2013.

ALGEE-HEWITT, Marc; HEUSER, Ryan; MORETTI, Franco. On Paragraphs. Scale, Themes, and Narrative Form. *Pamphlets of the Stanford Literary Lab*, n, 10, p. 1-22, Oct., 2015.

AMACKER, René. Avant-propos et Introduction. In. SAUSSURE, F. de. *Science du langage: de la double essence du langage*. Édition des Écrits de linguistique générale établie par René Amacker. Genève: Droz, 2011.

ANIS, Jacques. Vilisibilité du texte poétique. *Langue française*, n. 59, p. 88-102, 1983.

ANIS, Jacques. Vers une typologie des espaces graphiques des documents lus et produits par les jeunes en formation professionnelle courte: pour une pédagogie de la "vilisibilité". *Linx*, n. 6-1, p. 243-258, 1995.

APOSTEL, Léo. Communication et action. In: PARRET, H. et al. (éds.). *Le langage en contexte*. Amsterdam: John Benjamins, 1980. p. 191-315.

APOTHÉLOZ, Denis. *Rôle et fonctionnement de l'anaphore dans la dynamique textuelle*. Genève: Droz, 1995.

ATKINSON, John Maxwell; HERITAGE, John (éds.). *Structure of social action: studies in conversation analysis*. Paris: Éditions de la Maison des Sciences de l'homme, 1984.

AUTHIER-REVUZ, Jacqueline. *Ces mots qui ne vont pas de soi: boucles réflexives et non-coïncidences du dire*. Paris: Larousse, 1995. 2 v.

BADIR, Sémir. La notion de *texte* chez Hjelmslev. *Texto!*, octobre, 1998. Disponível em: http://www.revue-texto.net/Dialogues/Debat_Hjelmslev/Badir_Notion.html.

BAKHTIN, Mikhail M. Les genres de la parole; Le problème du texte. In: BAKHTIN, Mikhail M. *Esthétique de la création verbale*. Paris: Gallimard, 1984 [1979]. p. 263-308; 309-338.

BEAUGRANDE, Robert A. de. Critères d'évaluation des modèles du processus de lecture. In: DENHIÈRE, Guy (éd.). *Il était une fois... compréhension et souvenir de récits*. Lille: Presses Universitaires de Lille, 1984 [1981]. p. 315-379.

BEAUGRANDE, Robert A. de. Text linguistics. In: VERSCHUEREN, J. et al. (éds.). *Handbook of Pragmatics*. Amsterdam: John Benjamins, 1995. p. 536-544.

BENVENISTE, Emile. Ferdinand de Saussure à l'École des Hautes Études. *Annuaire 1964-1965*. 4. section. Paris: École Pratique des Hautes Études, 1965. p. 20-34.

BENVENISTE, Emile. *Problèmes de linguistique générale II*. Paris: Gallimard, 1974.

BERGOUNIOUX, Gabriel (éd.). *Langue française: la parole intérieure*, n. 132, 2001.

BERRENDONNER, Alain; REICHLER-BÉGUELIN Marie-José. Décalages: les niveaux de l'analyse linguistique. *Langue française*, n. 81, p. 99-126, 1989.

BERRENDONNER, Alain. Redoublement actantiel et nominalisations. *Scolia*, n. 5, p. 215-244, 1995.

BERRENDONNER, Alain. *Grammaire de la période*. Bern: Peter lang, 2012.

BERRENDONNER, Alain; GROUPE de Fribourg. *Grammaire de la période*. Bern: Peter lang, 2012.

BIEBUYCK, Brunhilde; BORNAND, Sandra; LEGUY, Cécile (éds.). *Cahiers de littérature orale*, n. 63-64, 2008.

BLINKENBERG, Andreas. *L'ordre des mots en français moderne*: première partie. Copenhague: Munksgaard, 1928.

BONHOMME, Marc. *Pragmatique des figures du discours*. Paris: Honoré Champion, 2005.

BONHOMME, Marc. *Le discours métonymique*. Berne: Peter Lang, 2006.

BORNAND, Sandra. *Le discours du griot généalogiste chez les Zarma du Niger*. Paris: Karthala, 2005.

BOWAO, Charles-Zacharie; RAHMAN, Shahid (éds.). Entre l'orature et l'écriture. *Cahiers de Logique et d'Épistémologie*, 2014. Disponível em: <https://www.collegepublications.co.uk/cahiers/?00020>.

BRONCKART, Jean-Paul. *Activité langagière, textes et discours*: pour un interactionnisme socio-discursif. Lausanne-Paris: Delachaux & Niestlé, 1997.

BRONCKART, Jean-Paul. Genres de textes, types de discours et “degrés” de langue. Hommage à François Rastier. *Textol!*, v. XIII, n. 1, janvier, 2008.

BRUNEAU, Charles. *Histoire de la langue française*. Paris: A. Colin, 1972. v. XII-2.

BURGER, Marcel; JACQUIN, Jérôme. La textualisation de l'oral: éléments pour une description de la construction collaborative de la complétude. In: ADAM, J.-M. (éd.). *Faire texte: frontières textuelles et opérations de textualisation*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2015. p. 277-318.

BUSQUETS, Joan; VIEU, Laure; ASHER, Nicolas. La SDRT: une approche de la cohérence du discours dans la tradition de la sémantique dynamique. *Verbum*, n. 13 (1), p. 73-101, 2001.

CAPT, Vincent; JACQUIN, Jérôme; MICHELI, Raphaël. Les sphères de contextualisation: réflexion méthodologique sur les passages de texte à texte(s) et la constitution des corpus. *Corpus*, n. 8, p. 129-147, 2009.

CARTER-THOMAS, Shirley. *La cohérence textuelle*. Paris: L'Harmattan, 2000.

CHAMOISEAU, Patrick. *Écrire en pays dominé*. Paris: Gallimard, 1997.

CHARAUDEAU, Patrick. Le maelstrom de l'interdiscours. In: SOULAGES, Jean Claude (dir.). *L'analyse de discours: sa place dans les sciences du langage et de la communication*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015. p. 125-138.

CHARLES, Michel. *Introduction à l'étude des textes*. Paris: Seuil, 1995.

CHARLES, Michel. *Composition*. Paris: Seuil, 2018.

CHAROLLES, Michel. Les plans d'organisation du discours et leurs interactions. In: MOIRAND, Sophie et al. (éd.). *Parcours linguistiques de discours spécialisés*. Berne: Peter Lang, 1993. p. 301-314.

CHARTIER, Roger. Histoire et littérature. *In*: CHARTIER, Roger. *Au bord de la falaise: l'histoire entre certitudes et inquiétude*. Paris: Albin Michel, 1998. p. 269-287.

CHERCHI, Lucien. L'ellipse comme facteur de cohérence. *Langue française*, n. 39, p. 118-128, 1978.

COMBETTES, Bernard. *Pour une grammaire textuelle: la progression thématique*. Bruxelles: De Boeck-Duculot, 1983.

COMBETTES, Bernard. Introduction et reprise des éléments d'un texte. *Pratiques*, n. 49, p. 69-84, 1986.

COMBETTES, Bernard. Les marqueurs de topicalisation dans *Histoire d'un voyage en terre du Brésil* de Jean de Léry. *In*: NEVEU, F. (éd.). *Phrases, syntaxe, rythme, cohésion du texte*. Paris: SEDES, 1999. p. 25-40.

COMBETTES, Bernard. Grammaticalisation de la phrase complexe et évolution de la cataphore. *In*: KRONNING, H. et al. (éds.). *Langage et référence*. Uppsala: Acta Universitatis Uppsaliensis, 2001. p. 105-114.

CONDILLAC, Etienne Bonnot de. *Traité de l'art d'écrire*. Orléans: Editions Le Pli, 2002 [1803].

CONTE, Maria-Elisabeth. Text in Hjelmlev. *Il Protagora*, Università degli Studi di Lecce, n. 7-8, p. 171-179, 1985.

CORBLIN, Francis. *Indéfini, défini et démonstratif: constructions linguistiques de la référence*. Genève-Paris: Droz, 1987.

CORBLIN, Francis. *Les formes de reprises dans le discours: anaphores et chaîne de référence*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 1995.

CORMERAIS, Franck; MILON, Alain. La navigation multimédia et le retour au projet encyclopédique. *Communication et langages*, n. 116, p. 77-91, 1998.

COSERIU, Eugenio. Determinación y entorno: de los problemas de una lingüística del hablar. *Romanistisches Jahrbuch*. Berlin, n. 7, p. 29-54, 1955-1956. [repris dans *Teoría del lenguaje y lingüística general*, Madrid, Gredos, 1973, p. 282-323; traduit en français dans Coseriu 2001, p. 31-67].

COSSUTTA, Frédéric; MAINGUENEAU, Dominique. L'analyse du discours philosophique: bilan et perspectives. *Argumentation et analyse du discours*. 2019. Disponível em: <http://journals.openedition.org/aad/2981>. Acesso em: 15 abr. 2019.

CULIOLI, Antoine. Toute théorie doit être modeste et inquiète: entretien avec J.-L. Lebrave et A. Grésillon. *Genesis*, p. 147-155, 2012.

DAHLET, Véronique. *Ponctuation et énonciation*. Guyane: Ibis Rouge, 2003.

DANEŠ, Frantisek. Functional Sentence Perspective and the Organization of the Text. In: DANEŠ, Frantisek. *Papers on Functional Sentence Perspective*. Prague: Academia; La Haye: Mouton, 1974. p. 100-128.

DAVALLON, Jean *et al.* *Lire, écrire, récrire*: objets, signes et pratiques des médias informatisés. Paris: Éditions de la Bibliothèque Publique d'Information, 2003. Disponível em: <http://books.openedition.org/bibpompidou/394>. Acesso em: 15 mai. 2013.

DE ANGELIS, Rossana. La notion de *texte* entre linguistique et sémiotique pendant les années 1970- 1990. In: ABLALI, D. *et al.* (éds). *Texte et discours en confrontation dans l'espace européen*. Berne: Peter Lang, 2018a. p. 133-148.

DE ANGELIS, Rossana. *Textes et textures numériques: le passage de la matérialité graphique à la matérialité numérique*. *Signata*, n. 9, p. 459-484, 2018b.

DEGAND, Liesbeth; SIMON, Anne-Catherine. L'analyse en unités discursives de base: pourquoi et comment?. *Langue française*, n. 170, p. 45-59, 2011.

DEMOUGIN, Jacques (éd.). *Dictionnaire historique, thématique et technique des littératures*. Paris: Larousse, 1985-1986.

DENDALE, Patrick; COLTIER, Danielle (éds.). *La prise en charge énonciative*. Bruxelles: De Boeck-Duculot, 2011.

DESCLÉS, Jean-Pierre; GUENTCHÉVA, Zlatka. Fonctions discursives: passé simple et imparfait. In: GREISCH, Jean et alii (éd.). *Le texte comme objet philosophique*. Paris: Beauchesne, 1987. p. 111-137.

DIJK, Teun Adrianus van. *Some aspects of text grammars*. The Hague: Mouton, 1972.

DIJK, Teun Adrianus van. Text grammar and text logic. In: PETÖFI, J. S.; REISER, H. (éds.). *Studios in text grammar*. Dordrecht: Reidel, 1973. p. 17-78.

DIJK, Teun Adrianus van. Attitudes et compréhension de textes. *Bulletin de psychologie*, v. XXXV, n. 356, p. 557-569, 1981-1982.

DIONNE, Ugo. *La voie aux chapitres: poétique de la disposition romanesque*. Paris: Seuil, 2008.

DOQUET, Claire. L'oral en appui sur l'écrit : décalages (méta) énonciatifs. *Corela*, v. 15, n. 2, 2017. Disponível em: <http://journals.openedition.org/corela/5061>. Acesso em: 22 nov. 2018.

DOR, Rémy. *Chants du toit du monde: textes d'orature Kirghize*. Paris: Maisonneuve & Larose, 1982.

- DUBOIS, Jean *et al.* (éd.). *Dictionnaire de linguistique*. Paris: Larousse, 1972.
- DUCROT, Oswald. Présupposés et sous-entendus. *Langue française*, n. 4, p. 30-43, 1969.
- DUCROT, Oswald. *Les mots du discours*. Paris: Minuit, 1980.
- DUCROT, Oswald; TODOROV, Tzvetan. *Dictionnaire encyclopédique des sciences du langage*. Paris: Seuil, 1972.
- DUFOUR, Philippe. *La pensée romanesque du langage*. Paris: Seuil, 2004.
- ECO, Umberto. *Lector in fabula*. Paris: Grasset, 1985a [1979].
- ECO, Umberto. *Apostille au "Nom de la rose"*. Paris: Grasset, 1985b.
- ERTZSCHEID, Olivier. De la note de bas de page au lien hypertexte: philosophie de l'identique et stylistique de l'écart. *La Licorne*, n. 67, p. 199-211, 2003.
- FAYOL, Michel. Le résumé: un bilan provisoire des recherches en psychologie cognitive. In: CHAROLLES, M.; PETITJEAN, A. édés., *L'activité résumante*. Metz: Centre d'Analyse Syntaxique de l'Université de Metz, 1992. p. 105-124.
- FIRBAS, Jan. On defining the theme in functional sentence perspective analysis. *Travaux linguistiques de Prague*, n. 1, p. 267-280, 1964.
- FLOREA, Marie-Laure. Tabularité: des textes aux corpus. *Corpus*, n. 8, p. 177-196, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *L'archéologie du savoir*. Paris: Gallimard, 1969.
- FRANÇOIS-GEIGER, Denise. Être linguiste aujourd'hui?. *La Linguistique*, n. 24/2, p. 3- 16, 1988.

FRESNAULT-DERUELLE, Pierre. Du linéaire au tabulaire. *Communications*, n. 24, p. 7- 23, 1976.

FUCHS, Catherine. L'ambiguïté et la paraphrase, propriétés fondamentales des langues naturelles. In: FUCHS, C. (éd). *Aspects de l'ambiguïté et de la paraphrase dans les langues naturelles*. Berne: Peter Lang, 1985. p. 7-35.

GARDES TAMINE, Joëlle. *Pour une grammaire de l'écrit*. Paris: Belin, 2004.

GENETTE, Gérard. *Seuils*. Paris: Seuil, 1987.

GIVÓN, Talmy. L'approche fonctionnelle de la grammaire. *Verbum*, v. XX, n. 3, p. 257- 288, 1998.

GOFFMAN, Erving. Response cries. *Language*, v. 54, n. 4, p. 787-815, 1978.

GOODY, Jack. La place du livre dans le monde de l'écrit. Entretien entre Jack Goody et Michel Melot. *Pratiques*, n. 131/132, p. 76-82, 2006.

GRAFTON, Anthony. *La Page de l'Antiquité à l'ère du numérique*. Paris: Louvre, 2015.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Du sens*. Paris: Seuil, 1970.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Sémiotique et sciences sociales*. Paris: Seuil, 1976a.

GREIMAS, Algirdas Julien. *Maupassant : la sémiotique du texte: exercices pratiques*. Paris: Seuil, 1976b.

GROSSE, Ernst Ulrich; SEIBOLD, Ernst. *Panorama de la presse parisienne*. Frankfurt am Main/Berne: Peter Lang, 1996.

GROUPE de Fribourg. *Grammaire de la période*. Berne: Peter Lang, 2012.

GROUPE μ . *Rhétorique générale*. Paris: Larousse, 1977.

GUENTCHEVA, Zlatka. Manifestations de la catégorie du médiatif dans les temps français. *Langue française*, n. 102, p. 8-23, 1994.

GUENTCHEVA, Zlatka. *L'énonciation médiatisée*. Paris: Peeters, 1996.

HAGÈGE, Claude. *L'homme de paroles*. Paris: Fayard, 1986.
(Folio-Essais).

HARRIS, Zellig Sabetai. Discourse analysis. *Language*, n. 28-1, p. 1-30, 1952a.

HARRIS, Zellig Sabetai. Discourse analysis: a sample text. *Language*, n. 28-4, p. 474-494, 1952b.

HAUSMANN, Franz Josef; BLUMENTHAL, Peter. Présentation: collocations, corpus, dictionnaires. *Langue française*, n. 150, p. 3-13, 2006.

HEIDMANN, Ute. Ces images qui (dé)trompent...: pour une lecture iconotextuelle des recueils manuscrit (1695) et imprimé (1697) des contes de Perrault. *Féeries*, n. 11, p. 47- 69, 2014.

HEIDMANN, Ute; ADAM, Jean-Michel. *Textualité et intertextualité des contes*. Paris: Classiques Garnier, 2010.

HJELMSLEV, Louis. *Prolégomènes à une théorie du langage*. Paris: Minuit, 1971 [1943].

ISENBERG, Horst. *Der Begriff "Text" in der Sprachtheorie*. Deutsche Akademie der Wissenschaften, Berlin, Arbeitsstelle Strukturelle Grammatik, ASG-Bericht 8, roneo 21p. Présentation et traduction

- BOURDIN, J.-F.; DUHEM, P. La grammaire de texte en pays de langue allemande. *Langages*, n. 26, p. 70-74, 1972 [1970].
- ISENBERG, Horst. Überlegungen zur Texttheorie. In: IHWE (ed.). *Literaturwissenschaft und Linguistik: Ergebnisse und Perspektiven*. Frankfurt am Main: Athenäum Verlag, 1971 [1968]. p. 155-172.
- JAKOBSON, Roman. *Essais de linguistique générale*. Paris: Minuit, 1963.
- JOHNSON-LAIRD, Philip N. *The computer and the mind: an introduction to Cognitive Science*. Cambridge, MA: Harvard University Press, 1988.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Les interactions verbales*, Paris, A. Colin 1990. t. 1.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. *Les actes de langage dans le discours: théorie et fonctionnement*. Paris: Nathan, 2001.
- KERBRAT-ORECCHIONI, Catherine. De l'analyse de discours à l'analyse des discours, in *L'analyse de discours. Sa place dans les sciences du langage et de la communication*, Rennes, Presses Universitaires de Rennes, 2015, p. 27-36.
- KESIK, Marek. *La cataphore*. Paris: PUF, 1989.
- KLEIBER, Georges. *Anaphores et pronoms*. Louvain-la-Neuve: Duculot, 1994.
- KLEIBER, Georges. Sur la présupposition. *Langages*, n. 186, p. 21-36, 2012.
- KYHENG, Rossitza. Hjelmslev et le concept de texte en linguistique. *Texto!*, v. X, n. 3, septembre, 2005.

LABOV, William; WALETZKY, Joshua. Narrative analysis: oral versions of personal experience. In: HELM, J. (Ed.). *Essays on the verbal and visual arts*. Seattle: Washington Univ. Press, 1967. p. 12-44.

LAKOFF, George. *Women, fire, and other dangerous things: what categories reveal about the mind*. Chicago: University of Chicago Press, 1987.

LANDOLSI, Houda. *L'exemplification et ses marqueurs*. Uppsala: Uppsala Universitet, 2018.

LANG, Ewald. Quand une “grammaire de texte” est-elle plus adéquate qu’une “grammaire de phrase”. *Langages*, n. 26, p. 75-80, 1972.

LANGACKER, Ronald W. L'énonciation typographique: hier et demain. *Communication et langage*, n. 68, p. 68-85, 1986.

LANGACKER, Ronald W. (éd.). *Le texte et son inscription*, Paris: CNRS, 1989.

LANGACKER, Ronald W. Cognitive grammar. In: DROSTE, F.G.; JOSEPH, J.E. (éds.). *Linguistic theory and grammatical description*. Amsterdam: J. Benjamins, 1991. p. 275-306.

LANGACKER, Ronald W. *Grammar and conceptualization*. Berlin: Mouton de Gruyter, 1999.

LANGACKER, Ronald W. *Cognitive grammar: a basic introduction*. New York: Oxford University Press, 2008.

LAUFER, Roger. L'énonciation typographique: hier et demain, *Communication et langage*, n. 68, p. 68-85, 1986.

LAUFER, Roger (éd.). *Le texte et son inscription*. Paris: CNRS, 1989.

LEFEBVRE, Julie. L'appel-renvoi de note comme observatoire de l'interprétation des ponctuations blanche et noire. *Langue française*, n. 172, p. 69-82, 2011.

LEFEBVRE, Julie. Nous le verrons plus bas, voir ci-dessus, je ne reviens pas ici: retour sur les propriétés de la langue écrite. *Actes du 4^e Congrès Mondial de Linguistique Française*. Paris: ILF, 2014.

LEGALLOIS, Dominique. Des phrases entre elles à l'unité réticulaire du texte. *Langages*, n. 163, p. 56-70, 2006.

LE GOFFIC, Pierre. Phrase et intégration textuelle. *Langue française*, n. 170, p. 11-28, 2011.

LONGACRE, Robert E. *Discourse, paragraph and sentence structure in selected philippine languages: sentences structure*. Santa Ana: Summer Institute of Linguistics, 1968. v. 2.

LONGACRE, Robert E. The Discourse Strategy of an Appeals Letter. In: MANN, William C.; THOMPSON, Sandra A. (ed.). *Discourse description*. Amsterdam: John Benjamins, 1992. p. 109-130.

LONGACRE, Robert E. Le mélange des genres dans l'hyperstructure. *Semen*, n. 13, p. 65-96, 2000b.

LONGACRE, Robert E. *Généricité et intertextualité dans le discours publicitaire de presse écrite*. Berne: Peter Lang, 2006.

LUGRIN, Gilles. Les ensembles rédactionnels: multitexte et hyperstructure. *Médiatiques*, 2000a. p. 34-36.

LUGRIN, Gilles. Le mélange des genres dans l'hyperstructure, *Semen*, n. 13, p. 65-96, 2000b.

LUGRIN, Gilles. *Généricité et intertextualité dans le discours publicitaire de presse écrite*. Berne: Peter Lang, 2006.

LUNDQUIST, Lita. Le *Factum Textus*: fait de grammaire, fait de linguistique ou fait de cognition?. *Langue française*, n. 121, p. 56-75, 1999.

MAHRER, Rudolf. De la textualité des brouillons: prolégomènes à un dialogue entre linguistique et génétique des textes. *Modèles linguistiques*, v. XXX, n. 59, p. 50-70, 2009.

MAHRER, Rudolf. *Phonographie: la représentation écrite de l'oral en français*. Berlin: Walter de Gruyter, 2017.

MAHRER, Rudolf; NICOLLIER-SARAILLON, Valentine. Les brouillons font-ils texte?: le cas des plans pré-rédactionnels de C. F. Ramuz. In: ADAM, J.-M. (éd.). *Faire texte: frontières textuelles et opérations de textualisation*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2015. p. 195-275.

MAINGUENEAU, Dominique. *Discours et analyse du discours*. Paris: A. Colin, 2014a.

MAINGUENEAU, Dominique. Aux limites de la généricité. In: MONTE, M.; PHILIPPE, G. (éds.). *Genres et textes: déterminations, évolutions, confrontations*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, 2014b. p. 77-88

MANN, William C.; THOMPSON, Sandra A. Rhetorical structure theory: toward a functional theory of text organisation. *Text*, n. 8(3), p. 243-281, 1988.

MATHESIUS, Vilém. Les thèses de 1929. *Change*, n. 3, p. 21-49, 1969 [1929].

MATSUZAWA, Kazuhiro. Puissance de l'écriture fragmentaire et "cercle vicieux". *Genesis*, n. 35, p. 41-58, 2012. Disponible em: <http://genesis.revues.org/1037>.

MAYAFFRE, Damon. L'analyse de données textuelles aujourd'hui: du corpus comme une urne au corpus comme un plan: retour sur les travaux actuels de topographie/topologie textuelle. *Lexicometrica: topographie et topologie textuelles*. 2007. Disponible em: <http://lexicometrica.univ-paris3.fr/numspeciaux/special9/mayaffre.pdf>.

MEIZOZ, Jérôme. *L'âge du roman parlant (1919-1939)*. Genève: Droz, 2001.

MESCHONNIC, Henri. *La rime et la vie*. Paris: Gallimard, 2006. (Folio-essais).

MOIRAND, Sophie. Le rôle anaphorique de la nominalisation dans la presse écrite. *Langue française*, n. 28, p. 60-78, 1975.

MOIRAND, Sophie. Entre discours, langue et mémoire : une analyse de la communication médiatique comme discours verbal et visuel. In: SOULAGES, Jean Claude (dir.). *L'analyse de discours: sa place dans les sciences du langage et de la communication*. Rennes: Presses Universitaires de Rennes, 2015. p. 115-122.

MOLINO, Jean. Interpréter. In: REICHLER, C. (Dir.). *L'interprétation des textes*. Paris: Minuit, 1989. p. 9-52.

MONTANDON, Alain (éd.). *Iconotextes*. Paris: Ophrys, 1990.

MOREL, Mary-Annick; DANON-BOILEAU, Laurent. *Grammaire de l'intonation*. Paris: Ophrys, 1998.

MOURIQUAND, Jacques. *L'écriture journalistique*. Paris: PUF, 1997.

NERLICH, Michael. Qu'est-ce qu'un iconotexte?. In: MONTANDON, A. (éd.). *Iconotextes*. Paris: Ophrys, 1990. p. 255-302.

NEVEU, Franck. De la syntaxe à l'image textuelle: ponctuation et niveau d'analyse linguistique. *La Licorne*, n. 52, p. 201-215, 2000. Disponível em: <http://licorne.edel.univ-poitiers.fr/document5688.php>. Acesso em: 01 ago. 2014.

NEVEU, Franck. Critique du concept d'homonymie textuelle. *Langages*, n. 163, p. 86-98, 2006.

NEVEU, Franck. De la syntaxe à l'image textuelle: ponctuation et niveau d'analyse linguistique. *La Licorne*, n. 52, p. 201-215, 2014.

NELSON, Ted H. Complex information processing: a file structure for the complex, the changing and the indeterminate. In: WINNER, L. (éd.). *ACM/CSC-ER Proceeding of the 1965 20th National Conference*. New York: ACM, 1965. p. 84-100.

NIELSEN, Jakob. *Hypertext and hypermedia*. San Diego: Academic Press, 1990.

NIELSEN, Jakob. F-Shaped Pattern For Reading Web Content (original eyetracking research), 17/04/2006. Nielsen Norman Group (NN/g). 2006. Disponível em: <https://www.nngroup.com/articles/f-shaped-pattern-reading-web-content-discovered/>. Acesso em: 08 jan. 2019.

NØLKE, Henning; KLØTTUM, Kjersti; NORÉN, Coco. *ScaPoLine: la théorie scandinave de la polyphonie linguistique*. Paris: Kimé, 2004.

PAHUD, Stéphanie. *Variations publicitaires sur le genre*. Zurich: Artesia, 2009.

PAVEAU, Marie-Anne. Ouverture: en naviguant en écrivant: réflexions sur les textualités numériques. In: ADAM, Jean-Michel (éd.). *Faire texte: frontières textuelles et opérations de textualisation*. Besançon: Presses Universitaires de Franche-Comté, 2015. p. 337-353.

PERNICE, Kara. F-Shaped pattern of reading on the Web: misunderstood, but still relevant. Nielsen Norman Group (NN/g). 2017. Disponível em: <https://www.nngroup.com/articles/f-shaped-pattern-reading-web-content-discovered/>. Acesso em: 08 jan. 2019.

PERNOT, Laurent. *L'Art du sous-entendu*. Paris: Fayard, 2018.

PÉRY-WOODLEY, Marie-Paule. *Les écrits dans l'apprentissage*. Paris: Hachette, 1993.

- PETÖFI, János S. *Vers une théorie partielle du texte*. Hamburg: Helmut Buske, 1975.
- PETÖFI, János S.; REISER, Hannes. *Studies in text grammar*. Dordrecht: Reidel, 1973.
- PEYTARD, Jean (éds.). *Littérature et classe de langue*. Paris: Hatier-Crédif, 1982.
- PHILIPPE, Gilles; PIAT, Julien (éds.). *La langue littéraire*. Paris: Fayard, 2009.
- PRANDI, Michele. Les fondements méthodologiques d'une grammaire descriptive de l'italien. *Langages*, n. 167, p. 70-84, 2007.
- PRANDI, Michele. *L'analisi del período*. Roma: Carocci, 2013.
- PROVOST-CHAUVEAU, Geneviève. Problèmes théoriques et méthodologiques en analyse du discours. *Langue française*, n. 9, p. 6-21, 1971.
- RABATEL, Alain. *La construction textuelle du point de vue*. Lausanne: Delachaux & Niestlé, 1998.
- RAMUZ, Charles Ferdinand. Lettre à Bernard Grasset, dans *Deux lettres*. Lausanne: L'Âge d'homme, 1992 [1926].
- RASTIER, François. Les fondations de la sémiotique et le problème du texte: questions sur les *Prolégomènes à une théorie du langage* de Louis Hjelmslev. In: ZINNA, A. (éd.). *Hjelmslev aujourd'hui*. Brepols: Turnhout, 1997. p. 141-164. [Repris dans *Texto!*, 1997].
- RASTIER, François. Passages et parcours dans l'intertexte. *Texto!*, v. XIII, n. 4, p. 1-20, 2008.
- REISER, Hannes. On the development of text grammar. In: DRESSLER, W. U. (éd.). *Current Trends in Textlinguistics*. Berlin: W. de Gruyter, 1978. p. 6-20.

RICOEUR, Paul. Qu'est-ce qu'un texte?. In: RICOEUR, Paul. *Du texte à l'action: essais d'hermeneutique*, II. Paris: Seuil, 1986. p. 137-159.

RIEGEL Martin. Cohérence textuelle et grammaire phrastique. In: CALAS, F. (Dir.). *Cohérence et discours*. Paris: P.U.Sorbonne, 2006. p. 53-64.

RIEGEL, Martin; PELLAT, Jean-Christophe; RIOUL, René. *Grammaire méthodique du français*. Paris: PUF, 1994.

RUFFEL, Lionel. L'imaginaire de la publication: pour une approche médiatique des littératures contemporaines. *Revue des sciences humaines*, n. 331, p. 11-24, 2018.

RUWET, Nicolas. Parallélismes et déviations en poésie. In: KRISTEVA, J.; MILNER, J.-C.; RUWET, N. (éds.). *Langue, discours, société: pour Emile Benveniste*. Paris: Seuil, 1975. p. 307-351.

RUWET, Nicolas. Blancs, rimes et raisons: typographie, rimes et structures linguistiques en poésie. *Revue d'Esthétique: rhétoriques sémiotiques*, n. 1-2, p. 397-426, 1979.

SALEM, André. *Pratique des segments répétés: essai de statistique textuelle*. Paris: Klincksieck, 1987.

SAUSSURE, Ferdinand de. Sur le nominatif pluriel et le génitif singulier de la déclinaison consonnantique en lithuanien. *Recueil des publications scientifiques de Ferdinand de Saussure*. 1922 [1894].

SAUSSURE, Ferdinand de. *Écrits de linguistique générale*. Edités par Simon Bouquet et Rudolf Engler. Paris: Gallimard, 2002.

SAUSSURE, Ferdinand de. *Anagrammes homériques*. Edités par Pierre-Yves Testenoire. Limoges: Lambert-Lucas, 2013.

SCHEGLOFF, Emanuel Abraham. Discourse as an interactional achievement: some uses of "uh huh" and other things that come

between sentences. In: TANNEN, D. (éd.). *Analyzing discourse: text and talk*. Washington [D. C.]: Georgetown University Press, 1982. p. 71-93.

SCHLEIERMACHER, Friedrich Daniel Ernst. *Herméneutique*. Paris; Lille: Cerf; PUL, 1987 [1805-1833].

SEGRE, Cesare. *Avviamento all'analisi del testo letterario*. Torino: Einaudi, 2006 [1985-1999].

SELTING, Margret. The construction of units in conversational talk. *Language in Society*, n. 29, p. 477-517, 2000.

SIMON, Anne-Catherine. Effacement énonciatif et effet de non-prise en charge des discours représentés dans deux hyperstructures du magazine *Citato*. In: DENDALE, Patrick; COLTIER, Danielle (éds.). *La prise en charge énonciative*. Bruxelles: De Boeck-Duculot, 2011. p. 143-159.

SIMON, Anne-Catherine; DEGAND, Liesbeth. Unités discursives de base et leur périphérie gauche dans LOCAS-F: un corpus oral multigenre annoté. *Actes du 4^e Congrès Mondial de Linguistique Française*. Paris: ILF, 2014.

SIMONIN-GRUMBACH, Jenny. Pour une typologie des discours. In: KRISTEVA, J.; MILNER, J.-C.; RUWET, N. (éds.). *Langue, discours, société: pour Emile Benveniste*. Paris: Seuil, 1975. p. 85-121.

SIOUFFI, Gilles. Médialité et séquentialité. *Cahiers de praxématique*, n. 71, 2018. Disponível em: <http://journals.openedition.org/praxematique/4962>.

SLAKTA, Denis. L'ordre du texte. *Études de linguistique appliquée*, n. 19, p. 30-42, 1975.

SLAKTA, Denis. *Sémiologie et grammaire de texte: pour une théorie des pratiques discursives*. 1980. Thèse d'état - Université de Paris X, Nanterre, France. 2 v.

SLAKTA, Denis. Grammaire de texte: synonymie et paraphrase. In: FUCHS, C. (éd.). *Aspects de l'ambiguïté et de la paraphrase dans les langues naturelles*. Berne: Peter Lang, 1985. p. 123-140.

SLATIN, John M. Composing hypertext: a discussion for writing teachers. In: BERK, E.; DEVLIN, J. (éds.). *Hypertext/hypermedia handbook*. New York: Intertext Publications, 1991. p. 55-64.

SOUTET, Olivier. *Linguistique*. Paris: PUF, 2005 [1995].

STATI, Sorin. *Le transphrastique*. Paris: PUF, 1990.

SWALES, John M. *Genre analysis: English in academic and research settings*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

TESTENOIRE, Pierre-Yves. *Ferdinand de Saussure à la recherche des anagrammes*. Limoges: Lambert-Lucas, 2013.

TESTENOIRE, Pierre-Yves. Les théories du texte contemporaine à l'aune des anagrammes. In: ABLALI, D. et al. (éds.). *Texte et discours en confrontation dans l'espace européen*. Berne: Peter Lang, 2018. p. 447-462.

VANDERVEKEN, Daniel. La théorie des actes de discours et l'analyse de la conversation. *Cahiers de linguistique française*, n. 13, p. 9-61, 1992.

VIEHWEGER, Dieter. Savoir illocutoire et interprétation des textes: In: CHAROLLES, M., FISCHER, S.; JAYEZ, J. (éds.). *Le discours: représentations et interprétations*. Nancy: P.U. de Nancy, 1990. p. 41-51.

VIPREY, Jean-Marie. Structure non séquentielle des textes. *Langages*, n. 163, p. 71-85, 2006.

VOLOŠINOV, Valentin N. *Marxisme et philosophie du langage*. Limoges: Lambert-Lucas, 2010 [1929].

VOUILLOUX, Bernard. Médium(s) et média(s): le médial et le médiatique. *Fabula: les colloques: création, intermédialité, dispositif*. 2017. Disponível em: <http://www.fabula.org/colloques/document4419.php>. Acesso em: 15 fev. 2019.

WEIL, Henri. *De l'ordre des mots dans les langues anciennes comparées aux langues modernes*. Paris: Didier, 1991 [1879].

WERLICH, Egon. *A text grammar of English*. Heidelberg: Quelle & Meyer, 1976.

WEINRICH, Harald. *Grammaire textuelle du français*. Paris: Didier; Hatier, 1989.

WEINRICH, Harald. *Tempus*. Belin: Kohlhammer, 1994 [1964; 1971]. [Trad. française. *Le temps*. Paris: Seuil, 1973].

ZUMTHOR, Paul. *Essai de poétique médiévale*. Paris: Seuil, 1972.

ZUMTHOR, Paul. *Introduction à la poésie orale*. Paris: Seuil, 1983.

ANEXO 1

La Manta. De l'allure. Et du tempérament!

McCormick MANTA 420000 FR



Nouveau. Manta 1240, 136 ch. Préparation Irmscher.

Manta. Le coupé qui a la cote: le favori en Europe. Ce n'est pas par hasard!

Il y a d'abord sa ligne racée, incomparable. Grâce à elle, la Manta se détache du peloton des autres voitures. Voilà pour l'allure.

Côté tempérament, voyez plutôt les performances de la nouvelle Manta 1240 avec son foudroyant moteur à injection 2.4 l: de 0 à 100 km/h en 8,8 sec., vitesse de pointe de plus de 200 km/h!

Ajoutez à cela un châssis sport surbaissé, des jantes larges en métal léger, des freins à disque ventilés à l'avant, des amortisseurs à pression

de gaz Bilstein et un équipement sport complet. En plus, pour le modèle Dakar, des ailes élargies, des coupe-vent, un différentiel autobloquant 2F, etc.

Le prix de la Manta? Il invite à un essai immédiat!

Manta: 1240 dès Fr. 27'025.-, GSi ou GT, coupé ou combi-coupé (moteur à injection 2.0i, 110 ch), dès Fr. 17'750.-. Financement ou leasing avantageux par CRÉDIT OPEL.

OPEL 
FIABILITÉ ET PROGRÈS

La nouvelle génération Opel. Le N° 1 en Suisse

ANEXO 2



A TOUS LES FRANÇAIS

*La France a perdu une bataille!
Mais la France n'a pas perdu la guerre!*

Des gouvernants de rencontre ont pu capituler, cédant à la panique, oubliant l'honneur, livrant le pays à la servitude. Cependant, rien n'est perdu!

Rien n'est perdu, parce que cette guerre est une guerre mondiale. Dans l'univers libre, des forces immenses n'ont pas encore donné. Un jour, ces forces écraseront l'ennemi. Il faut que la France, ce jour-là, soit présente à la victoire. Alors, elle retrouvera sa liberté et sa grandeur. Tel est mon but, mon seul but!

Voilà pourquoi je convie tous les Français, où qu'ils se trouvent, à s'unir à moi dans l'action, dans le sacrifice et dans l'espérance.

**Notre patrie est en péril de mort.
Luttons tous pour la sauver!**

VIVE LA FRANCE !



TO ALL FRENCHMEN...


TOUS LES FRANÇAIS:



GÉNÉRAL DE GAULLE

**QUARTIER GÉNÉRAL,
1, CARLTON GARDENS,
LONDON, S.W.1**

ANEXO 3



TO ALL FRENCHMEN..

*France has lost a battle!
But France has not lost the war!*

A makeshift Government may have capitulated, giving way to panic, forgetting honour, delivering their Country into slavery. Yet nothing is lost!

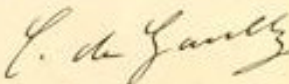
Nothing is lost, because this war is a world war. In the free universe immense forces have not yet been brought into play. Some day these forces will crush the enemy. On that day France must be present at the Victory. She will then regain her liberty and her greatness.

That is my goal, my only goal!

That is why I ask all Frenchmen, wherever they may be, to unite with me in action, in sacrifice and in hope.

Our Country is in danger of death. Let us fight to save it.

LONG LIVE FRANCE!



GENERAL de GAULLE
HEADQUARTERS,
4, CARLTON GARDENS,
LONDON, S.W.1.

Printed by Park & Cross Ltd. T51:1911



Este livro foi produzido sob
supervisão da equipe da EDUFRRN
em novembro de 2021

ISBN 978-65-5569-190-0



9 786555 691900 >